



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MÉRCIA CRISTINA DA SILVA ASSIS

**ENTRE PEDRAS, PROSTITUIÇÃO E LAMAS:
um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro,
Recife/PE**

**Recife
2017**

MÉRCIA CRISTINA DA SILVA ASSIS

**ENTRE PEDRAS, PROSTITUIÇÃO E LAMAS:
um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Rosa Maria Cortês de Lima.

**Recife,
2017**

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

A848e Assis, Mércia Cristina da Silva
Entre pedras, prostituição e lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE / Mércia Cristina da Silva Assis. - 2018.
158 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Rosa Maria Cortês de Lima.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.
Inclui referências e anexos.

1. Crack. 2. Prostituição. 3. Pobreza. I. Lima, Rosa Maria Cortês de (Orientadora). II. Título

361 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2018 – 096)

MÉRCIA CRISTINA DA SILVA ASSIS

**ENTRE PEDRAS, PROSTITUIÇÃO E LAMAS:
um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE**

Aprovada em 30 de agosto de 2017

BANCA EXAMINADORA

**PROF^a. DR^a. ROSA MARIA CORTÊS DE LIMA
ORIENTADORA**

**PROF^a. DR^a. MARIA NATÁLIA PEREIRA RAMOS
EXAMINADORA EXTERNA**

**PROF^a. DR^a. MARIA DE FÁTIMA GOMES DE LUCENA
EXAMINADORA INTERNA**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai e a minha mãe, por todo apoio e colaboração nestes tempos turbulentos e difíceis. Durante esse percurso, foram fundamentais para meu fortalecimento e empenho nas jornadas que decidi enfrentar. Somos unidos e fortes, mesmo quando a distância física persiste. Todo amor, gratidão e carinho para Maciel Nicolau e Tereza Cristina.

Aos irmãos Márcio e Marcelino por acreditarem na minha capacidade e incentivarem as decisões mais arriscadas.

A minha prima/irmã Maria Heloisa e a Roberto Reis por serem companheiros dos risos e lágrimas. Firmamos parcerias nos cuidados, diálogos, reflexões e esforços. Obrigada por acreditarem em mim e afirmarem sempre (nos meus momentos de loucuras) que sou capaz de terminar o que às vezes não consigo.

Nesta lista, incluo Ivaldo Marciano, eterno companheiro das lutas e batalhas. Durante meu curto período acadêmico construímos uma relação de intensa troca de conhecimentos. Obrigada por todo incentivo, carinho e parcerias. A produção que se encerra nestas páginas foi construída por nós dois, através da leitura atenta que me apontou erros, lacunas, desafios, caminhos.

Aos amigos e companheiros do Mestrado em Serviço Social, em especial Laís, Lucas, Carol, Inê, Mayara, Ranieri, Tatiane, Ericka e Rafaela. Vocês foram fundamentais nos momentos de receio e descrédito. Juntos construímos momentos inesquecíveis.

Aos amigos de longa data que foram compreensíveis e companheiros a todo o momento, mesmo quando estive ausente. Em especial: Queno, Sergiane, Aline, Wana, Jorge, Magaly, Stella, Jaqueline, Ivan, Otávio, João Paulo, Soraia, Jadson, e Karen.

Aos companheiros do Programa ATITUDE que viabilizaram o processo de coleta de dados e com toda a paciência construíram estratégias de atuação no dia a dia. Minha permanência com vocês tornou-se fundamental para viabilizar os objetivos desta pesquisa.

Em especial, a Prof^a Rosa Cortês por aceitar o desafio da orientação e por partilhar comigo conhecimentos e sorrisos. Obrigada pela confiança e paciência.

Por fim, e não menos importante, agradeço a todas as mulheres que aceitaram partilhar um pouco de suas trajetórias nesta pesquisa. Descobri, neste percurso, a importância do diálogo e da escuta atenta. Ao me aproximar de vocês, aprendi a admirar as resistências elaboradas frente às opressões e barbáries que sofrem.

RESUMO

A presente pesquisa teve o objetivo de analisar as relações entre o consumo de *crack* e prostituição de mulheres nos manguezais nas proximidades da Avenida Artur Lima de Cavalcanti, nomeada pelos sujeitos da pesquisa por Chupa-chupa, no bairro de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco. Para tanto, a pesquisadora acompanhou mulheres inseridas no Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus familiares (ATITUDE), que presta assistência aos/às usuários/as de *crack* e outras drogas. O contato com as usuárias de *crack*, através do programa, possibilitou a construção de vínculos e diálogos que resultaram em oito entrevistas realizadas nas unidades de acolhimento e nas ruas e manguezais do bairro de Santo Amaro. Optou-se pela análise de natureza qualitativa, por compreender que tal abordagem possibilitaria explicar em profundidade os significados e características do fenômeno estudado. Dessa forma, foram realizadas análises a partir da perspectiva de gênero, levando em consideração a intersecção dessa categoria com as dimensões de raça e classe social. Tal abordagem permitiu compreender as diferenças, hierarquias e assimetrias que atravessam o cotidiano de mulheres e que perduram, inclusive, nas abordagens científicas sobre a temática. Essas questões estão eivadas de complexidades nos marcos do capitalismo contemporâneo, pois é no advento desse modo de produção que o consumo de substâncias psicoativas ganha novos contornos, gerando, inclusive, consumos danosos para saúde e para segurança pública. Santo Amaro é historicamente lugar de contrastes e contradições, revelando elevados índices de pobreza que perduram coexistindo lado a lado com áreas de expressiva riqueza da capital pernambucana. Assim, esta pesquisa também reflete sobre os determinantes históricos que dão forma ao bairro. Os resultados apontam que as trajetórias das mulheres são marcadas pelas múltiplas violências situadas desde o período da infância, perpassando a adolescência e perdurando na fase adulta. Além disto, as violências sofridas são reflexo da ausência de direitos básicos como o acesso à moradia, educação, saúde e emprego/renda. Essas mulheres fazem parte da produção do espaço urbano em meio a um complexo cenário de relações sociais banhadas pelas múltiplas desigualdades. A partir dos seus relatos, foi possível enfatizar as múltiplas experiências que elas vivenciaram, afastando pressupostos essencialistas no que tange às identidades femininas. Ademais, através dos relatos, notou-se que a perspectiva que prima por uma suposta natureza feminina amordaça e silencia as pluralidades ao abrir precedentes para violações daquelas consideradas transgressoras dos papéis postos como representativos do gênero que representam. Essas mulheres, no cotidiano, precisam encarar as contradições e assimetrias sociais de gênero, quando são culpabilizadas por não corresponderem às expectativas sociais, impostas ao universo feminino, seja nos papéis sociais de mães ou de esposas, ou quando tomam as ruas e são acusadas como moralmente inferiores. Tais assimetrias, naturalizadas e eivadas de justificativas biológicas, colocam as mulheres em condição de desviantes, de destoantes da moral e de responsáveis pelas condições em que vivem. A sociedade não leva em consideração, portanto, os obstáculos materiais e simbólicos enfrentados por elas nas distintas classes sociais, com mais evidência e violência para as mulheres mais empobrecidas. Por fim, ao localizar a prostituição nesse contexto de consumo de *crack*, as condições se asseveram, pois, ao manterem relações ininterruptas e intensas com as drogas, os corpos sofrem com o estigma radicalmente relacionado com o lugar que ocupam, espaços que revelam marcas de suas condições enquanto mulheres na cidade.

Palavras-chaves: Crack. Gênero. Prostituição. Pobreza. Violências.

SUMMARY

This research aimed at analyzing the relationship between crack consumption and female prostitution in mangroves close to the Artur Lima de Cavalcanti Ave., region named Chupa-Chupa by the participants of the research, in the Recife neighborhood of Santo Amaro, Pernambuco. For this purpose, the researcher accompanied women enrolled in the Program for Integral Attention to Drug Users and their Families (abbreviation in Portuguese: ATITUDE), which provides assistance to users of crack and other drugs. The contact with crack users, through the program, enabled the construction of links and dialogues that resulted in eight interviews conducted at the shelters and also on the streets and mangroves of Santo Amaro neighborhood. In this research, there was a choice for the qualitative analysis because this approach allows a deep explanation of the meanings and characteristics of the studied phenomenon. Hence, analyzes were carried out from the gender perspective, taking into consideration the intersection of this category with the dimensions of race and social class. Through this approach it was possible to understand the differences, hierarchies and asymmetries that pervade the daily life of women and that persist in the scientific interpretations of the subject. These issues are fraught with complexities within the framework of modern capitalism, because it was from the advent of this economic system that the consumption of psychoactive substances took on new nuances, creating consumption damages not only to health but also to public security. Historically, Santo Amaro is a place of contrasts and contradictions, showing high levels of poverty that continue to exist side by side with areas of expressive richness in the capital of Pernambuco. Thus, this research also reflects on the historical causes that gave shape to the neighborhood. The findings reveal that the life stories of women are marked by multiples violence since their childhood, passing through adolescence and lasting in their adulthood. Moreover, violence against women reflects the absence of basic rights such as access to housing, education, health and employment/ income. These women are part of the production of urban space in the middle of a complex scenario of social relations full of multiple inequalities. From their reports, it was possible to highlight the multiple experiences that they have experienced, removing essentialist presuppositions regarding feminine identities. In addition, through the reports, it was noticed that the perspective that focus on a supposed feminine nature gags and silences the pluralities because it allows violations of those considered transgressors of the roles commonly linked to women. The interviewees, throughout their daily lives, have to deal with the contradictions and social asymmetries of gender, when they are considered guilty of not fulfilling the social expectations imposed on the feminine universe, either in the social roles of mothers or wives, or when they walk the streets and are indicted as morally inferior. Such asymmetries, naturalized and full of biological justifications, put women in the condition of deviants of morality and as being responsible for the conditions in which they live. Therefore, society does not take into account the material and symbolic obstacles tackled by them in different social classes, with more evidence and violence for the most impoverished women. Finally, by locating prostitution in the context of crack consumption the conditions are worse due to the uninterrupted and intense relationship with drugs their bodies suffer from the stigma severely related to the place they occupy, spaces that reveal marks of their conditions as women in the city.

KEYWORDS: Crack. Gender. Prostitution. Poverty. Violence

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões de Santo Amaro e da Av. Artur de Lima Cavalcanti	47
Figura 2 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife.....	49
Figura 3 – Bairro de Boa Viagem, Recife-PE	49
Figura 4 - Bairro do Pina, Recife-PE.....	49
Figura 5 – Tráfico e uso do crack por bairro (2011-2012)	51
Figura 6 – Crack apreendido na periferia de	53
Figura 7 – Polícia Federal apreende cocaína e crack em Piedade	53
Figura 8 – Principais pontos de prostituição no Centro do Recife	79
Figura 9 – Boa Viagem entregue ao sexo e às drogas	80
Figura 10 – Discriminação atinge prostitutas.	81
Figura 11 – Pontos de prostituição percorridos pelas entrevistadas	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação dos sujeitos da pesquisa	21
Tabela 2 - PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Aspectos metodológicos	16
1.2 Dos aspectos éticos	24
2 PEDRA: aspectos sobre o <i>Crack</i>.....	26
2.1 Drogas: breve histórico e definições.....	28
2.2 Mulheres e drogas: reflexões a partir de uma abordagem de gênero.....	35
2.3 <i>Crack</i> no Recife e em Santo Amaro: nas fronteiras das desigualdades	44
3 PROSTITUIÇÃO: mulheres, entre o lar e a rua na cidade do Recife.	61
3.1 Prostituição no Brasil: uma longa história.....	64
3.2 Prostituição de mulheres no Recife	77
3.3 Vidas à margem da sobrevivência: quem são os sujeitos da pesquisa?	83
4 LAMA: entre pobreza e violências.....	101
4.1 “<i>Dinheiro na mão, calcinha no chão</i>”: caminhos trilhados até o Chupa-chupa	103
4.2 “<i>Num é escolha não - sofrimento</i>”: a prostituição no Chupa-chupa	113
4.3 “<i>Eu só sei que preciso viver!</i>”: os perigos nas ruas.	123
4.4 “<i>Tô toda marcada feito animal</i>”: cicatrizes do (des)amor	130
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS.....	143
ANEXO A.....	153
ANEXO B.....	155
ANEXO C.....	157

1 INTRODUÇÃO

Alguns espaços da cidade são lembrados pelas características geográficas, praias, ruas estreitas, becos. Outros, pelos prédios antigos, templos, museus; outros territórios, em específico, são caracterizados pela pobreza, pela prostituição e pelo uso de drogas. A Avenida Artur Lima de Cavalcanti, localizada em Santo Amaro, é um desses locais apontados como cenário da prostituição cotidiana de mulheres que consomem *crack* e outras drogas. Ao se apropriarem dos manguezais, essas mulheres vivenciam uma rotina de consumo de *crack* e de prostituição. Esse ambiente, tão desfavorável, foi objeto de uma apropriação por parte dessas mulheres, a ponto de terem nomeado o local com um nome diferente daquele com o qual oficialmente foi batizado: “Chupa-chupa!”.

Durante a nossa inserção enquanto profissional de Serviço Social na Abordagem Social de Rua do Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e Seus Familiares (Programa ATITUDE), da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas de Pernambuco, deparamo-nos com o fenômeno do *crack*, e os inúmeros reflexos dos consumos dependentes dessa substância nos indivíduos, em suas famílias e no cotidiano da cidade. Enquanto profissional, estive em busca das histórias de vida e de experiências dos sujeitos acolhidos pelo Programa. Além disso, indagávamo-nos acerca dos significados sociais, pessoais e culturais relacionados ao fenômeno do consumo das drogas.

Em meio às atribuições e competências do dia a dia, os manguezais de Santo Amaro aparecem nas estratégias de atuação dos serviços de Assistência Social e Saúde (que lidam com os usuários de drogas), bem como nas páginas dos jornais. Diferente dos anos 1990, quando as mulheres usuárias do *crack* pouco apareciam nos dados e pesquisas sobre os consumos dessa droga, na atualidade a realidade mostra-se diferente. O consumo de *crack* tem ganhado relevância em alguns estudos e também em estratégias de algumas políticas públicas, pois foram percebidas, ao longo dos anos características e particularidades nas formas de atenção voltadas às mulheres. Essa visibilidade dos indicadores de gênero, bem como de raça e classe social, também decorre do amadurecimento dos diversos campos da ciência ao reconhecer que esses eixos são relevantes para as análises que buscam mensurar a dinâmica social e os rebatimentos das desigualdades na vida dos indivíduos e coletividades.

As mulheres, nesse cenário, apresentam especificidades que alguns estudos atuais discutem, mostrando o recorte de gênero sobre a questão do consumo de drogas. Dentre outras características, verifica-se a prostituição como recurso para adquirir a droga, assim

como o crescimento do número de mulheres encarceradas em decorrência do tráfico ou do próprio consumo. Além disso, outras questões despontam, a exemplo da gravidez de risco, da exposição às doenças sexualmente transmissíveis etc. Assim, concluímos, nesta pesquisa, que essas mulheres no cotidiano precisam encarar as contradições e as assimetrias sociais de gênero, quando culpabilizadas por não corresponderem às expectativas sociais impostas ao universo feminino, seja nos papéis sociais de mães ou de esposas, ou quando tomam as ruas e são acusadas como moralmente inferiores. Tais assimetrias, naturalizadas e eivadas de justificativas biológicas, colocam as mulheres em condição de desviantes, de destoantes com a moral e de responsáveis pelas condições que vivem. A sociedade não leva em consideração, portanto, os obstáculos materiais e simbólicos enfrentados por elas nas distintas classes sociais, com mais evidência e violência para as mulheres mais empobrecidas.

Assim sendo, os consumos de drogas têm sido objeto de diferentes reflexões. Certamente ainda serão motivo para várias pesquisas, nas mais distintas áreas do conhecimento, gerando livros e artigos científicos. A complexidade do fenômeno exige uma abordagem que supere visões homogeneizantes, e que não relegue aos usuários a condição de passivos e de pessoas destituídas de razões. Na contemporaneidade, as drogas são diversas e assim também o são os consumidores e suas formas de lidar com elas. Estamos nos referindo a um fenômeno eivado de heterogeneidades e isso não nos permite esgotar as análises em respostas simples, pautadas em juízos de valor, que nos impeçam de compreender a complexidade do problema.

São diversas as necessidades dos usuários de drogas e o Brasil, nos anos recentes, obteve largos avanços na consolidação e no fortalecimento da política sobre drogas. Contudo, tais avanços estão sendo continuamente tensionados e desmontados por uma conjuntura política, econômica, social e cultural banhada numa crise aguda que tem retomado paradigmas moralistas, criminais e religiosos para responder às problemáticas decorrentes das relações sociais de produção e reprodução nos marcos do capitalismo. Isso nos mostra que os direitos não são eternos e necessitam sempre de lutas para consolidá-los, preservá-los e ampliá-los. Tais desmontes e tensões reverberam na vida das pessoas, principalmente naquelas e naqueles que historicamente no Brasil são explorados e marcados pelas desigualdades econômicas, políticas, jurídicas, raciais e de gênero, que não podem ser vistas separadamente.

Segundo Duailibi, Ribeiro e Laranjeira (2008), os primeiros estudos realizados na cidade de São Paulo revelaram que o *crack* popularizou-se nas ruas a partir de 1989, e seus

consumidores eram homens com menos de 30 anos, desempregados, com baixa escolaridade e enfrentando problemas nas relações familiares.

O *crack* é uma substância sintética, que pode ser fabricada em lugares com poucos equipamentos, exigindo baixo investimento tecnológico e financeiro. Tais características fazem do *crack* uma droga de fácil produção, acesso e comercialização (NETO *et. al*, 2013). Seu consumo, mesmo com pouco tempo de uso, revela consequências devastadoras para os usuários. Tais efeitos perpassam as condições de saúde, bem como revelam riscos sociais decorrentes do consumo. As taxas de homicídio, em decorrência do envolvimento com a substância, os crimes de furtos e roubos, dentre outros, são alguns dos aspectos que cercam o fenômeno em questão.

Apesar das pesquisas comprovarem que são os homens os principais usuários do *crack*, o consumo vem crescendo entre as mulheres. Para Nappo *et. al.* (2004) as diversas violências, gravidez de risco, prostituição e doenças sexualmente transmissíveis são riscos e vulnerabilidades vivenciados pelas mulheres usuárias dessa substância. A prostituição de mulheres que usam o *crack*, nesse contexto, aparece como forma de manter o acesso à droga de maneira regular.

Recentemente, a partir de 2012, a imprensa pernambucana, tem buscado retratar grupos de mulheres que se prostituem e consomem o *crack* nos manguezais e margens do Rio Capibaribe no bairro de Santo Amaro. Segundo as matérias, as mulheres utilizam os manguezais para realizar a oferta do sexo, conseguindo assim recursos para o consumo do *crack* e outras drogas. Essas matérias enfatizam diversas situações vivenciadas por essas mulheres: violência sexual e física, confrontos com a polícia, envolvimento com o tráfico de drogas, dentre outros.

O cenário em questão está localizado nos manguezais da Av. Artur Lima de Cavalcanti, em Santo Amaro. Trata-se de uma importante via de acesso que liga Recife a Olinda. Esta avenida, entretanto, ganhou outro nome: Chupa-chupa. Aqui se observa uma especificidade da questão, pois o nome Chupa-chupa faz referência às práticas sexuais realizadas nos manguezais. O presente estudo objetivou analisar as relações entre os consumos de *crack* e a prostituição feminina nos manguezais localizados na av. Artur Lima de Cavalcanti. Além disso buscou-se: identificar os motivos que incidiram na vida das mulheres para o início do consumo de *crack* e da prostituição nos mangues; discutir as experiências das mulheres no cotidiano de prostituição e consumo de crack no Chupa-chupa e caracterizar o território da pesquisa, ressaltando os aspectos socioespaciais e as diversas desigualdades (de classe social, gênero, raça).

Para tanto, levamos em conta as experiências das usuárias de *crack* como forma de entender suas especificidades, buscando compreender a relação entre o consumo de drogas e prostituição e a forma como esses fenômenos se materializam no cotidiano das mulheres usuárias. Foram as condições da experiência que nos permitiram entender as diferentes nuances do consumo de drogas e da prostituição de mulheres naquele local. Dentre tantos locais possíveis para a prostituição e para o uso de drogas, pode-se pensar nas razões que levaram essas mulheres a escolherem os manguezais situados na citada avenida. Nossas perguntas iniciais foram: Quem são essas mulheres e quais são as relações que elas estabelecem entre o consumo do *crack* e a prostituição nos manguezais e margens do Rio Capibaribe, nas dimensões da avenida Artur Lima de Cavalcanti?

Refletir, problematizar e identificar as realidades de mulheres usuárias de *crack* em contexto de prostituição envolve aspectos políticos e éticos essenciais no ato de produzir conhecimento. A escolha das práticas dessas mulheres enquanto objeto de análise consubstancia-se pela necessidade de compreender as experiências de sujeitos com marcas de desigualdades de classe social, raça, gênero e origem, e que ao longo da história brasileira são acusadas, segundo Silva (2000), pela disseminação de doenças, vícios e desvios morais. Contudo, mesmo com as inúmeras acusações e empreendimentos para exterminá-los do espaço urbano, a prostituição e o consumo de drogas, continuam presentes em praticamente todas as cidades, sejam nos espaços públicos ou privados. A prostituição, embora combatida e muitas vezes banida, se perpetua transgredindo normas. Mesmo havendo o reconhecimento da comercialização do sexo por homens, situaremos de forma específica as mulheres por compreendermos que elas continuam historicamente liderando a oferta do sexo como mercadoria. E para que essa liderança ocorra vários são os aspectos que influenciam. Basta analisarmos as condições de vida e a existência das mulheres brasileiras que continuam tendo seus corpos fetichizados, violados e desumanizados. Com o advento do *crack*, a prostituição ganha novos contornos, revelando-se um fenômeno heterogêneo e variado no tempo e no espaço.

Nessa relação, surge para a presente pesquisa a relação entre o consumo de *crack* e a prostituição feminina, nos manguezais de Santo Amaro, evidenciando no debate os determinantes históricos que dão forma ao bairro (Santo Amaro) e ao lugar (Chupa-chupa). Essas mulheres fazem parte da produção do espaço urbano em meio a um complexo cenário de relações sociais banhadas pelas múltiplas desigualdades. Por sua vez, esses espaços revelam marcas das condições dessas mulheres na cidade.

Nesse panorama, em estudos recentes (NAPPO, 2004; ALMEIDA *et. al.*, 2016), a comercialização do sexo por mulheres para manter o consumo regular do *crack* está relacionada aos riscos que os homens, em contexto de consumo, pouco vivenciam. Ou seja, os homens enfrentam menos situações de violências sexuais e em geral não estão submetidos à prostituição para consumo da substância. Mesmo com as pesquisas indicando dados epidemiológicos e ilustrativos sobre a condição das mulheres em contexto de prostituição e uso de drogas, pouco sabemos quem são essas mulheres e quais são as motivações que as levam a adentrar em tais realidades.

Ao se desenvolver políticas públicas voltadas para o enfrentamento dos danos relacionados ao consumo de *crack*, bem como de outras drogas, contribui-se para uma maior aproximação/compreensão das realidades de sujeitos atravessados, muitas vezes, pelas opressões e desigualdades de classe, raça e gênero que são indissociáveis e históricas (HIRATA, 2014). Isso possibilita aos profissionais de Serviço Social e de áreas afins, órgãos governamentais e não governamentais que atuam em programas, projetos e ações intervenções mais condizentes com as demandas dos sujeitos que circulam e existem na cidade.

Como pensar uma realidade em que manguê, miséria, prostituição e uso de drogas estão intrinsecamente associados? E como traduzir um fenômeno cuja realização se dá num lugar, inicialmente pensado e planejado para um fim, ganhou um nome e teve seu espaço redefinido, com usos e significados pautados a partir de práticas historicamente consideradas desviantes?

Longe de serem “degeneradas” e marginais, essas mulheres podem ser vistas como prova das contradições e dos contrastes criados pelas desiguais relações sociais entre homens e mulheres, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo que fomenta a radicalização da desumanização de determinados setores da população. O Chupa-chupa, no âmago da amargura, constitui-se a saída para que as mulheres possam dispor de substâncias ilícitas e para praticar a prostituição.

Essas mulheres não decidiram, de forma cônica, serem usuárias de substâncias ilícitas. Elas são, em última análise, o fruto da negociação e do conflito entre a desordem e a ordem de vidas marcadas pelas dificuldades geradas pela pobreza e pelas diversas violências. Elas se apropriaram do espaço e o habitaram como refúgio, sobretudo em decorrência da impossibilidade de poderem dispor de outros locais e de outras estratégias de sobrevivência. Salientamos que, entre a diversidade de substâncias classificadas enquanto drogas, padrões de

consumo, significados atrelados e sujeitos envolvidos, escolhemos como público da pesquisa as usuárias que mantêm relações regulares e radicais com o *crack* e a prostituição.

No primeiro capítulo mostramos as origens da “pedra”, nome pelo qual o *crack* é popularmente conhecido, e também discutimos como, nos discursos atuais, essa droga se tornou temida e “demonizada”. Além disso, debatemos o quanto determinadas representações em torno das drogas mudaram ao longo da história da humanidade e, atualmente, imprimem uma série de condutas voltadas aos seus consumidores. Veremos que a partir dos marcos do capitalismo, o consumo de determinadas drogas ganharam novos significados, regras, atribuições e interdições. Os aspectos gerais que estão associados ao uso do *crack* e as definições do que é uma substância ilícita estão presentes na primeira parte desta dissertação.

Na sequência, prosseguimos discutindo questões relacionadas ao uso de drogas por mulheres, ou melhor, as especificidades desse uso quando comparado ao uso por homens. Observaremos a importância de analisar as diferenças do uso das substâncias sob o olhar do gênero. Nessa perspectiva, abordamos as distinções que estão imbuídas pelos aspectos socioculturais que envolvem os múltiplos consumos das mais variadas substâncias. Longe de queremos essencializar ou tratar os consumos de drogas por homens e mulheres de maneira monocausais, compreendemos que há particularidades no que tange as características e necessidades desse segmento social, tanto no que diz respeito aos efeitos bem como aos aspectos sociais e culturais que o envolve. Ao levar em consideração a perspectiva do gênero, como fator que nos revela distinções e particularidades sobre as vivências das mulheres, podem-se criar políticas públicas voltadas para as necessidades reais dos diversos setores envolvidos com o consumo de drogas.

Além disso, finalizando o primeiro capítulo, mostramos o caminho do *crack* na capital de Pernambuco e, mais especificamente, em Santo Amaro, bairro que abriga o território nomeado por Chupa-chupa. Veremos que riqueza e pobreza, equipamentos públicos e ausência do poder público constituem a tônica desse bairro que possui números marcados pelo contraste. Centramos o debate nos índices que revelam o baixo desenvolvimento humano e as condições de persistência da pobreza no bairro. Ao escolher tal caminho, colocamos no cerne da questão a condição de pobreza como elemento que integra o problema.

No segundo capítulo, caminhamos no debate sobre gênero, abordando a presença da prostituição no Recife sob uma perspectiva histórica. Mostraremos que a prostituição no Recife tem territórios e uma história, e esta foi contada por diversas vozes. Ao que parece, contudo, pouco se levou em conta o ponto de vista das principais interessadas. Assim perguntamos: quem são essas mulheres? E que caminhos as levaram até este território,

nomeado de Chupa-chupa? Para tais questões, foi fundamental ouvir os seus discursos e analisar suas estratégias.

No terceiro capítulo, refletimos sobre os caminhos até o Chupa-chupa e sobre as relações que estabelecem atualmente naquele lugar. Mostramos como, em seus discursos, as mulheres expressam o cotidiano de violências e os conflitos com o tráfico de drogas, com os clientes e com outros usuários. Para tais situações, elas estabelecem estratégias de sobrevivências diversas, no sentido de estabelecer relações de parcerias, que, embora sejam fluídas e temporárias, são de fundamental importância para o enfrentamento das adversidades. Além disso, pontuam as dificuldades diante das doenças sexualmente transmissíveis. Tal dimensão, nos revela a relação umbilical entre a condição de adoecimento do corpo com as violações que lhe são acometidas. Analisamos como essas mulheres são tratadas como “mercadoria avariada”, abordadas sob os códigos da violências, radicalizadas nos valores que recebem e nas agressões sexuais perpetradas e extremadas quando vivem nas ruas de uma cidade grande e desigual como o Recife.

1.1 Aspectos metodológicos

O presente estudo parte da trajetória social, individual e profissional da pesquisadora. Analisar as relações entre consumo de *crack* por mulheres significa compreender que as relações sociais não têm o mesmo gênero, a mesma idade, nem a mesma origem e que sobrevivem de diferentes formas e em circunstâncias históricas distintas. Com essa perspectiva, tomamos como ponto de partida a noção que as relações sociais integram uma unidade que abarca os constructos de gênero/sexo, classe social e raça.

Nesse sentido, a busca por reconstruir a diversidade das relações sociais investigadas no curso desta pesquisa estabeleceu como mote o reconhecimento da complexidade horizontal da vida social. Por meio disso, a análise explicativa da realidade da realidade aqui discutida considerou a sua dimensão histórica, política, econômica e social, na particularidade espacial vivida e experienciada pelas mulheres usuárias de *crack* que se prostituem nos manguezais.

Dentre as mais diversas experiências de consumo de drogas, pelos mais variados sujeitos e coletividades, lançamos reflexões e problematizações para ambientes e experiências de consumos dependentes. Isso significa dizer que o campo em questão abarca uma parcela muito pequena dentre os usuários de drogas no Recife. Assim, partimos do reconhecimento de

que os consumos de *crack* são heterogêneos e singulares, mas, ao mesmo tempo, relacionados com a totalidade da vida social. Interessou-nos o contato mais próximo com as usuárias de *crack*, nos seus próprios contextos de consumo de drogas no universo empírico desta investigação. Nesse sentido, os participantes da pesquisa foram: mulheres que consomem *crack* e se prostituem.

Dessa forma, o conceito de gênero tornou-se central para esta pesquisa, sendo operado enquanto categoria analítica, pois expõe criticamente as dimensões das relações entre as identidades masculinas e femininas e possibilita associar tais realidades a outros marcadores sociais – raça/etnia, classe, geração, origem. Nesse contexto, as relações de gênero são apontadas, neste estudo, como um constructo sócio-histórico-cultural, em oposição a premissas que defendem as diferenças, hierarquias e assimetrias entre os gêneros como naturais, a- históricas e parte da essência dos sujeitos.

Desse modo, está mais do que evidente o fato de que as questões mais presentes nos conflitos da contemporaneidade dizem respeito aos problemas relacionados com a raça, gênero, classe social, orientações/identidades sexuais e religiosas. Em relação à raça, há que se definir alguns referenciais para este conceito. Antes de tudo, raça deve ser entendida como um constructo sócio-histórico-cultural. Não existe enquanto realidade genética. O que há, nesse sentido, é a espécie *homo sapiens*. Mas, como bem sabemos, os seres humanos hierarquizam as pessoas a partir da cor da pele, tipo de cabelo, traços do rosto, dentre outros aspectos. Assim, raça existe enquanto discurso, norteando práticas, concepções, valores. Então ressaltamos: um homem negro pode vir a ser oprimido, mesmo que ocupe um lugar privilegiado em nossa sociedade. Os exemplos existem aos montes sobre estes casos de negras e negros que foram ofendidos ou discriminados, mesmo que façam parte das classes sociais mais abastadas. Não podemos deixar de citar que a problemática referente às questões de ordem racial também são eivadas de contradições e debates diversos.

Creemos que o uso de determinadas categorias conceituais generalizantes, a exemplo de raça, devem ser sempre contextualizadas, para que não sofram do fenômeno da “naturalização científica”. O conceito “negro” deve sempre ser entendido também como um constructo, e nunca como algo dado (BOURDIEU; WACQUANT, 2002). Em relação às orientações sexuais e religiosas, há que se considerar o fato de serem estas questões poderosas “fabricantes” de conflitos sociais. A forma das pessoas amarem, assim como de rezarem é historicamente objeto de lutas, guerras e perseguições. Partindo dessas compreensões, está pesquisa não constrói um conhecimento universal sobre as experiências das usuárias de *crack*

que se prostituem. Parte-se de uma perspectiva parcial e local - compreendida por Donna Haraway (1995) como saberes localizados.

No que tange ao trabalho de campo, este ocorreu no período de dezembro de 2016 a março 2017 para coleta e análise dos dados. Tal periodização permitiu que a pesquisadora encontrasse mais de uma vez os sujeitos da pesquisa, levando em consideração que esta interação revelou o interesse da pesquisadora pelas experiências de vida e pelo cotidiano das mulheres participantes da pesquisa. Nesse contexto de construção de vínculos e de confiança, o pesquisador precisa deixar claro de onde fala, os seus objetivos e interesses.

Os critérios elencados para inclusão dos participantes foram: o gênero, em sua dimensão subjetiva, tendo como referência o gênero feminino; consumidoras de *crack* que vivem em contexto de prostituição na avenida Artur Lima de Cavalcanti. As pessoas usuárias de *crack*, que estão no território estudado, que não se identificam enquanto gênero feminino foram excluídas da pesquisa, tendo em vista atingir os objetivos propostos pela pesquisa. Assim, oito foram as mulheres entrevistadas (sendo todas elas maiores de 18 anos), respeitando os critérios de inclusão e exclusão. No universo das usuárias que fazem consumo de *crack* e se prostituem no território supracitado, também levamos em consideração para a escolha das participantes a frequência ao território os aspectos da frequência no território nos variados horários e o aspecto da raça/cor.

Nessa empreitada alguns pontos devem ser destacados. Dada a periculosidade, decorrente do ambiente escolhido, ir a campo sozinha não esteve nos horizontes deste estudo, pois tal conduta poderia expor tanto a pesquisadora como os sujeitos da pesquisa a um contexto de vulnerabilidade, tendo em vista as construções de vínculos ainda não estabelecidos, as relações que o tráfico de drogas tem no lugar, bem como a relação conflituosa entre o aparelho policial e as práticas ilegais de comercialização de drogas. Por causa desses aspectos, a coleta de dados em campo contou com o auxílio do Programa ATITUDE que lida cotidianamente com o público em questão. A relação com esse Programa possibilitou a frequência da ida a campo na avenida citada, bem como facilitou a vinculação da pesquisadora com as usuárias entrevistadas. Foi importante interagir e ser guiada no campo pelos profissionais que já possuem *vínculos* e estratégias específicas direcionadas aos sujeitos sociais por eles acessados. Nesse sentido, o acompanhamento das atividades institucionais abriu novos horizontes, pois foram elas as mediadoras da relação entre os sujeitos da pesquisa e os objetivos da pesquisa. Considerou-se que os *vínculos* de confiança estabelecidos entre os profissionais e os usuários não foram afetados pelos objetivos e procedimentos da pesquisa,

tão pouco o planejamento e as estratégias elaborados cotidianamente pelos profissionais foram afetados pela proposta da pesquisa.

O Programa ATITUDE foi importante mediador nas relações, facilitando o primeiro contato para as entrevistas e possibilitando um ambiente de vinculação e empatia. As pesquisas são situações comuns para os profissionais que integram o programa costumam receber pesquisadores e facilitar a relação e o acompanhamento dos usuários que estão nas unidades. A inserção no ATITUDE nas Ruas teve particular importância, pois permitiu o diálogo mais próximo com os profissionais que estão atuando no território e conhecendo os desafios e possibilidades enfrentados no dia a dia.¹

As primeiras entrevistas aconteceram no Atitude Mulheres, unidade de longa permanência voltada às mulheres usuárias de *crack*. O serviço busca prestar assistência às mulheres do município do Recife, mas acolhe também usuárias advindas de outros municípios de Pernambuco. O serviço também acolhe mulheres com filhos menores de idade, bem como aquelas que estão grávidas. O núcleo preparou-se para receber essas demandas, compreendendo que, para o cuidado dessas mulheres seria importante incluir os filhos com o intuito de fortalecer os vínculos com os mesmos.

Ao chegar à unidade para a entrevista, a abordagem foi centrada na apresentação e no reconhecimento dos espaços do núcleo. Algumas usuárias buscavam informações sobre os objetivos da pesquisa, sobre a escolha daquela unidade. Outras encaravam a situação em

¹ O Programa ATITUDE- reconhecido em âmbito nacional e internacional pela prestação de assistência a usuários de drogas, ao consolidar e articular de maneira integral, territorial e intersetorial o acolhimento pautado na redução de danos - apresenta uma diversidade de núcleos e modalidades de atuação visando o cuidado integral e a diminuição dos fatores de riscos que incidem nas vivências dos usuários de *crack* no estado de Pernambuco. É coordenado pelo governo de Pernambuco, através da secretária de desenvolvimento social e direitos humanos. O ATITUDE nas ruas presta assistência nos locais de consumo e de frequência dos usuários de drogas, possibilitando a vinculação com esses sujeitos nas mais diversas localidades da cidade. Pauta-se pela lógica de que o usuário de drogas não necessita estar restrito a uma unidade de atendimento para receber a assistência necessária. O núcleo ATITUDE Acolhimento e Apoio recebe diariamente usuários de *crack* ofertando alimentação, higiene, lazer, atendimento psicossocial. Nesta modalidade, o usuário pode frequentar diariamente o ambiente e sair do espaço assim que desejar. O núcleo ATITUDE Acolhimento Intensivo busca ofertar um espaço de longa permanência para usuários que estão em evidente risco de vida e fragilização de vínculos sociais. O período de permanência varia de 3 a 6 meses, a depender do projeto de vida estabelecido pelo usuário com a colaboração dos profissionais. Além de respeitar os desejos do usuário, de continuar ou não no serviço, possibilita a inserção produtiva e a reconstrução de vínculos familiares, por vezes rompidos ou fragilizados. O núcleo ATITUDE Acolhimento Mulheres objetiva acolher mulheres em contexto de consumo de *crack*. Possibilita a construção de vínculos entre os filhos e as mães, por compreender que a maternidade é um direito das usuárias e historicamente tem sido negado por diversas instituições. Por fim, o Aluguel Social que mantém como objetivo ofertar acompanhamento profissional em uma fase de fortalecimento de autonomia desses usuários nos ambientes que vivem, através do pagamento do aluguel de residência por até 6 meses. Vale salientar, que todas essas modalidades de assistência aos usuários/as de drogas não estabelecem como critério a permanência compulsória e a ausência de consumo de drogas. Pautados na redução de danos, o programa compreende que o usuário tem o direito de fazer escolhas, inclusive de diminuir, cessar ou permanecer no consumo de *crack* e de outras drogas.

silêncio, buscando observando a atuação da pesquisadora no espaço. Nesse momento, os profissionais foram os facilitadores essenciais para estabelecer os contatos e os primeiros diálogos.

As visitas, quase diárias, aproximaram e aceleraram o vínculo de confiança, bem como possibilitou a inserção da pesquisa na sistemática da unidade. Os locais coletivos de convivência (sala, mesa de refeições, quartos, terraços) foram momentos de encontros e conversas, por vezes triviais, entre equipe, pesquisadora e usuárias. As atividades em grupos realizadas pelos profissionais também foram essenciais para o contato com as histórias de vida e as reflexões que as mulheres faziam sobre cotidiano, família, projetos de vida etc. Não foram poucas as vezes que as lágrimas apareciam como expressão do sofrimento. Em um ambiente eivado de pequenos conflitos, os encontros coletivos fortaleciam os vínculos entre elas e amornavam as tensões.

Depois da primeira entrevista, muitas foram às solicitações para serem escutadas. O desabafo apareceu como uma possibilidade de reflexão e de contar sua história. A pesquisa foi sendo reconhecida, mesmo quando tocava em pontos delicados. O fim das atividades no dia terminava com o desejo do retorno e promessas de futuros diálogos. Quando ocorria a procura espontânea, logo surgia a questão: “por que falar da vida, contar sua história para uma entrevistadora?”. Algumas respondiam que se sentiam ansiosas, angustiadas, outras, no entanto, relatavam felicidade e necessidade do “desabafo”:

É bom desabafar, né? Num é sempre que vem gente falar, perguntar sobre mim. Eu fico feliz que tu sendo novinha vem me ver, falar dessas coisas. Viver nessa vida não é bom, não. Só sabe quem passa. Não tenho mais família, meu amigo é Deus e mais ninguém. Tenho um boyzinho na mesma situação e a gente se ajuda. Quero me recuperar pra virar gente de novo (CLARICE, 25 anos).

O discurso de Clarice elucida o abandono e o estigma que as mulheres em contexto de prostituição e consumo de crack enfrentam no dia a dia. Diante dos abandonos de grupos sociais não envolvidos no universo do consumo de crack, elaboram estratégias de manterem relações de parcerias, principalmente com pessoas que vivem nas mesmas condições nas ruas que frequentam. Além disto, a falar sobre a vida influência nas reflexões sobre os projetos de vida, embora a fluidez de desejos demarque, em boa parte do tempo, os discursos das mulheres. Percebia-se em alguns momentos o desejo de distanciar-se do contexto em que vivem, reelaborando suas vivências longe das ruas, mas, em outras situações, o discurso enveredava para as permanências e os possíveis prazeres do consumo de drogas. No caso de

Clarice, por vezes dizia querer mudanças de práticas e costumes, principalmente de consumo de drogas; em outras, encarava o Chupa-chupa como uma grande festa. Essa última percepção era acompanhada por frases “não tenho solução” e “vou morrer usando pedra”.

Foram realizadas oito entrevistas durante a inserção da pesquisa no Programa ATITUDE. A priori, alguns dados nos chamam atenção. Baixa escolaridade e vivências com a prostituição desde a adolescência são dados que revelam as similitudes entre as trajetórias de vida. Observemos o quadro a baixo:

Tabela 1 – Identificação dos sujeitos da pesquisa

	Idade	Origem	Escolaridade	Filhos	Cor ²	Estado Civil	Religião	Droga de predileção	Período de vivência na prostituição	Valores cobrados
Clarice	25 anos	Igarassu	1º série – Fundamental I	2	Preta	Casada	Disse não ter religião	Crack / álcool	12 anos	5 a 50 reais
Morgana	41 anos	Recife	1º série – Fundamental I	3	Preta	Solteira	Disse não ter religião	Crack	Mais de 25 anos	5 a 50 reais
Ruth	27 anos	Recife	8º série – Fundamental II	Não	Morena	Solteira	Disse não ter religião	Crack	14 anos	10 a 70 reais
Luane	26 anos	Recife	8º série – Fundamental II	2	Morena Preta	Solteira	Evangélica	Crack	5 anos	5 a 50 reais
Marisa	23 anos	Recife	7º série – Fundamental II	Não	Morena	Solteira	Religião de terreiro	Crack e álcool	7 anos	5 a 80 reais
Rosa	32 anos	Recife	Não alfabetizada	3	Branca	Solteira	Disse não ter religião	Crack / Álcool / Cola	16 anos	5 a 50 reais
Iris	35 anos	Paulista	Não alfabetizada	4	Morena	Solteira	Disse não ter religião	Crack / Álcool	17 anos	20 a 100 reais
Roberta	29 anos	Recife	5º série – Fundamental II	2	Morena Preta	Solteira	Disse não ter religião	Crack / cola	11 anos	5 a 70 reais

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

No que tange às entrevistas e diálogos, foi importante perceber que o roteiro pré-estabelecido norteava alguns assuntos e prioridades, mas possibilitava adaptações, tendo em vista as particularidades das histórias de vida e a forma, que, por vezes, as entrevistadas conduziam o diálogo, enfatizando alguns aspectos em detrimento de outros. Permitir o desenrolar dos diálogos, mesmo que os fatos relatados não estejam alinhados ao objetivo da pesquisa, revelou-se como de fundamental importância, pois as conversas retratavam a importância de determinadas experiências de vida para os sujeitos entrevistados. Interromper determinadas falas, por vezes, retraia as mulheres e soava como insensibilidade e desrespeito.

Por vezes, a entrevista se desenrolava a partir do início de questionamentos sobre a entrevistadora. As respostas das dúvidas foram encaradas com naturalidade, principalmente,

² No quesito cor estabelecemos a forma como as entrevistadas se autodeterminavam quando questionadas sobre a cor da sua pele.

porque permitia o fortalecimento da confiança entre entrevistadora e entrevistadas. Dessa forma, alguns questionamentos surgidos das entrevistadas favoreceram o diálogo fluído e contínuo. A continuidade de visitas possibilitou uma relação de confiança ao ponto de algumas questões, encaradas como constrangedoras inicialmente, serem gradativamente enfrentadas sem acanhamentos.

As conversas giravam em torno da família, vivência nas ruas, consumo de drogas, prostituição, projeto de vida, desafios encontrados e dificuldades nas relações com outras usuárias na unidade. Neste último ponto, diariamente eram percebidas as tensões, conflitos e alianças articuladas pelas entrevistadas na unidade de acolhimento. Os furtos de objetos pessoais era situação comum e principal questão difusora de tensões. Tais momentos geravam brigas, vinganças e ameaças. Contudo, quando o assunto estava relacionado aos filhos presentes, havia um esforço conjunto para manter o cuidado e o bem-estar dos menores. Todas demonstravam algum grau de implicação com o cuidado das crianças, buscando educar, alimentar, limpar e acalantar. Pouco escutávamos menores chorando e, quando acontecia, logo eram acolhidos e cuidados pela mais próxima, que não necessariamente seria a genitora. Vale destacar que o serviço citado construiu ações sistemáticas de acompanhamento das mulheres usuárias de *crack* que se prostituem nos manguezais de Santo Amaro, sem que, para isso, tais usuárias necessitassem estar restritas a um ambiente de longa permanência.

Dada à natureza deste estudo, a abordagem qualitativa foi imprescindível para a execução dos objetivos propostos. Nas ciências sociais e humanas, tal abordagem está longe de estabelecer consensos. Segundo Minayo (2003), a pesquisa de caráter qualitativo permite observar a complexidade dos fenômenos tendo os valores, opiniões, representações, hábitos como norte analítico. Dentre a variedade que abarca os métodos e instrumentos da pesquisa qualitativa, alguns foram relevantes para o presente estudo:

- a. *Pesquisa bibliográfica*: São fontes científicas elaborada por diferentes autores em suas mais variadas perspectivas que contribuem para a produção de conhecimento sobre o assunto e a temática pesquisada (OLIVEIRA, 2012).
- b. *Observação direta*: considerada parte essencial do trabalho de campo, pois, como observador, o pesquisador estará numa relação face a face com as pessoas observadas. Ao participar da vida das pessoas observadas no seu cotidiano, tornar-se possível colher dados dentro do contexto sob observação, sofrendo a influência do contexto, modificando e sendo modificada por ele.

- c. *Diário de campo*: permite a anotação, sistematização e descrição das situações observadas. Esta estratégia busca reconstituir a diversidade das relações sociais a serem investigadas, “possibilitando anotar as circunstâncias que envolvem uma entrevista, o que cerca o entrevistador e o entrevistado, distinguindo particularmente a pessoa que relata” (GUIMARÃES NETO, 2011, p. 28).
- d. *Entrevista semiestruturada de conteúdo aberto*: Segundo Minayo (2010), combina questões abertas e fechadas, permitindo que o entrevistado não se prenda às perguntas formuladas. A pessoa entrevistada fala diretamente sobre um tema, e as perguntas daquele que investiga são feitas na busca do aprofundamento das reflexões. As informações coletadas dizem respeito às reflexões do próprio sujeito sobre a sua realidade, constituindo-se enquanto representação de suas ideias, crenças, maneira de pensar e projeções para o futuro (MINAYO, 2003, p. 263). As entrevistas foram gravadas, com anuência das entrevistadas, como forma de possibilitar o suporte para a análise dos dados.
- e. *Documentos técnicos institucionais*: permite o acesso a informações sistematizadas pelos serviços sobre os sujeitos que são acompanhados pelos serviços e programas. Nesses documentos, são observados os dados sobre as vidas dos sujeitos e também as impressões dos profissionais que realizam os acompanhamentos.

Através desse percurso de procedimentos e técnicas, tornou-se necessário iniciar um processo de desvelamento das questões existentes e, para isso, realizar entrevistas semiestruturadas. Vale destacar a relevância da observação direta, cuja escolha pode ser explicada por várias razões, uma das quais é a dificuldade dos sujeitos verbalizarem seu próprio cotidiano e suas práticas.

Por fim, a investigação tomou variados instrumentos de coleta para subsidiar as análises e interpretações sobre as práticas dos sujeitos participantes da pesquisa. Nosso principal recurso foi a entrevista semiestruturada com roteiro aberto, contudo as conversas informais, as observações e a análise dos documentos técnicos institucionais, foram estratégias complementares que auxiliaram a compreensão das experiências das usuárias de *crack* em contexto de prostituição. Para isso, alguns eixos tornaram-se primordiais tanto para a elaboração da entrevista semiestruturada quanto para as observações diretas realizadas. São questões que versam sobre as condições socioeconômicas, o consumo de drogas (em especial do *crack*), a relação entre a prostituição e o mangue e as interações dessas mulheres com os serviços de acompanhamento no território.

No que tange aos aspectos da análise dos dados empíricos, a sistematização e a organização dos conteúdos deram sustentação à análise dos fenômenos. Nesse momento, buscou-se ordenar, estruturar e apreender os múltiplos significados extraídos das informações angariadas, bem com identificar diferentes achados empíricos, buscando tendências, variações e similaridades. A organização e sistematização dos dados empíricos dialogaram com as categorias teóricas (pobreza, relações de gênero, prostituição e consumo de drogas). O processo passou pela transcrição de gravações de áudio, arranjo dos dados anotados no diário de campo e sistematização dos dados encontrados nos documentos institucionais técnicos dos serviços. Nesse movimento, a síntese das interpretações dos dados desses processos leva em consideração a mediação entre os objetivos propostos pelo estudo, as bases teóricas que conduzem as reflexões do pesquisador e os achados empíricos (DESLANDES, 2013).

Desse modo, o tratamento dos dados foi feito através das técnicas da análise de conteúdo. Os agrupamentos das informações escritas foram classificados a partir das categorias teóricas e empíricas. Para Richardson (1989, p. 198), esse momento significa “[...] isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para a comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira”.

1.2 Dos aspectos éticos

A participação nesta pesquisa foi voluntária, não envolvendo nenhum tipo de remuneração. Os sujeitos da pesquisados puderam recusar o convite, assim como retirar seu consentimento em qualquer fase do estudo. A participação na pesquisa não acarretou prejuízos na realização de atividades cotidianas, sendo previamente combinados com os sujeitos os dias e horários mais favoráveis para os encontros, os quais foram realizados junto às instituições municipais ou estaduais que os acompanham.

As informações coletadas foram utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto. Somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas nos arquivos da pesquisadora Mércia Cristina da Silva Assis, no endereço Rua João Frago de Medeiros, nº 69, Bairro Cohab, Ribeirão-PE, CEP: 55520-000. Esse material foi arquivado de forma a garantir acesso restrito à pesquisadora e terá a guarda por cinco anos nos arquivos digitais de computador pessoal e pastas de arquivos, quando será deletado. A colaboração dos sujeitos pesquisados foi por meio de entrevistas semiestruturadas de conteúdo aberto,

instrumento utilizado para a coleta dos dados a partir de autorização estabelecida no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Anexos).

No que tange aos benefícios, a pesquisa teve por objetivo contribuir para a produção de conhecimento sobre a relação entre o gênero e o consumo de *crack*, bem como sobre a transversalidade do gênero nas políticas sociais que versam sobre a saúde mental. Os resultados da pesquisa poderão beneficiar na compreensão do consumo de *crack* e nas práticas de cuidado ofertadas a esse público. Além disso, a oportunidade de falar sobre as práticas de consumo e sobre a prostituição propiciou um momento de reflexão para os participantes. As conclusões provenientes do estudo poderão contribuir enquanto subsídios para ações com o público que consome drogas.

Vale salientar que os aspectos éticos desta pesquisa pautam-se na resolução número 466, de 12 de dezembro de 2012. Tal resolução versa sobre proteção da dignidade humana dos participantes de pesquisas científicas que envolvem seres humanos. Portanto, a pesquisa apenas foi iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco – CEP/CCS/UFPE

2 PEDRA: ASPECTOS SOBRE O CRACK.

Neste capítulo, discutiremos algumas questões sobre o consumo de drogas, enfatizando os aspectos que permeiam o uso do *crack*, no sentido de caracterizar o cenário contemporâneo de uso dessa substância. Desse modo, situaremos o consumo de *crack* levando em consideração seus efeitos e classificações, mas também o contexto em que ele surge e se espalha em todo território nacional. Para tanto, dialogaremos com a bibliografia específica que discutiu de alguma forma sobre os usos de drogas consideradas lícitas e ilícitas, no sentido de discutir a relação que tais consumos mantêm com o atual contexto mundial, de aprofundamento da questão social e de retração das funções de proteção social do Estado. Ressalta-se que as abordagens que serão discutidas, tomaram como centralidade as perspectivas socioculturais. Ou seja, terão maior importância, ao longo destas linhas, as abordagens que focaram o uso da droga e o usuário em seu contexto social.

Nesse cenário de imersão de toda dimensão da vida nas leis do mercado, alguns sujeitos sociais emergem nesse contexto de uso de *crack* como aqueles que mais sofrem com a estigmatização e o abandono social. Como foco, articularemos tais debates com a questão de gênero, especificamente levando em consideração as realidades das mulheres consumidoras de crack. Tais aproximações possibilitarão visualizar que os usos desta substância, além de ser uma experiência que altera corpos e mentes, são marcados por contextos específicos que afetam homens e mulheres de maneiras distintas. Como exemplo, pode-se afirmar que para as mulheres que mantêm uma relação contínua com o uso do crack, uma das possibilidades postas é a prostituição como recurso, já para os homens há uma propensão maior ao envolvimento com o tráfico, e com contextos diversos da violência, tais como furtos e roubos em geral. Alertamos a leitora e o leitor, entretanto, que a vida não obedece a regras, logo, é possível encontrar homens que se prostituem, assim como mulheres que roubam ou traficam. Essas nuances são, portanto, apenas algumas possibilidades, dentre tantas outras existentes, nesse universo que aqui nomeamos de "consumo do *crack*".

Este percurso inicial de debates sobre o uso de substâncias no cenário contemporâneo permitirá a aproximação com o objeto e com os sujeitos da pesquisa. O movimento entre o universal e o particular, buscando as singularidades do fenômeno, será a todo o momento o desafio posto no percurso desta dissertação. Em meio a uma cidade de grandes negócios, que

expande suas dimensões materiais e simbólicas para responder às demandas do mercado e do lucro, coexistem contextos que divergem da lógica “glamorosa” do capital. Estamos nos referindo ao Recife, a “Veneza Brasileira”, que descortina em suas paisagens profundas desigualdades historicamente construídas. Em seu coração encontramos mulheres em mangues, utilizando seus corpos como mercadoria barata, para lhes permitir consumir o *crack*. Este estudo é um convite a é um convite para reconstruir os passos e os caminhos de um grupo de mulheres, muitas vezes invisibilizadas no cotidiano da cidade. Esse grupo é também reflexo dos motores do grande capital que expande riquezas e pobreza que coexistem lado a lado.

Partimos do reconhecimento que o processo sócio-histórico-cultural brasileiro foi fomentado a partir das desigualdades, da dominação e exploração daqueles que não se enquadravam num modelo hegemônico: branco, burguês, heterossexual e homem. Nesse sentido, partimos de uma abordagem de gênero, por reconhecer que essa categoria encontra-se com outros marcadores socioculturais: classe social, cor, etnia, geração e origem. O gênero, portanto, é parte fundamental para pensarmos os rebatimentos das desigualdades nas variadas dimensões da vida e na socialização dos sujeitos.

No caso da mulher, tendo a mesma uma cor de pele que não seja branca, além de trazer consigo as marcas da exclusão social, as desigualdades intensificam-se (RAIMUNDO, 2015). Os reflexos contemporâneos do sofrimento das mulheres pobres e negras não possuem passado recente. O Brasil foi construído a partir do suor e do sangue de escravos, trabalhadores e espoliados. O nosso passado consolidou desigualdades presentes nas representações e práticas individuais e coletivas. Essas desigualdades se expressam nas disparidades de renda, de acesso aos bens, direitos e serviços, bem como na impossibilidade de “ter futuro”. O uso das drogas, de maneira geral, se define também pelas clivagens observadas acima. Em outras palavras, as representações postas para aqueles que usam determinadas substâncias sofrem (ou não) com as classificações relacionadas aos aspectos indicados: cor da pele, classe social, gênero, origem, dentre outras. Uma questão a ser posta, portanto, diz respeito ao que se define como drogas. Como forma de quebrar com a formalidade, perguntamos: mas o que vem a ser droga?

2.1 Drogas: breve histórico e definições

A definição de drogas no Brasil segue o mesmo padrão internacional estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com a OMS, droga é toda substância que, ao ser introduzida no organismo, gera modificações e alterações em suas funções, incidindo no Sistema Nervoso Central (SNC). Essa definição, bastante ampla, possibilita compreender que o termo abrange uma quantidade infinita de substâncias e efeitos no funcionamento dos corpos.

A OMS classifica as drogas em lícitas e ilícitas, ou seja, as primeiras são aquelas permitidas e consentidas pela legislação, não gerando a priori conflitos entre os usuários e a lei. As drogas ilícitas, no entanto, são aquelas proibidas por lei, sendo as penalidades não apenas restritas ao tipo de consumo e ao consumidor, mas a todos aqueles envolvidos no processo de fabricação e distribuição.

As drogas podem ser classificadas a partir de distintos padrões, revelando muitos efeitos, bem como características e consequências diversas. Nesse sentido, há variações nos padrões do consumo de drogas. O uso experimental caracteriza-se por um consumo que o sujeito faz uma ou poucas vezes na vida. Nesses casos, o usuário não demonstra futuros interesses em repetir a experiência. No caso do uso social/recreativo, o consumo da substância é feito de maneira ocasional, não havendo nessa relação danos nas relações familiares, profissionais e sociais do usuário. O uso nocivo tem por característica os danos à saúde do usuário. O compartilhamento de seringas que ocasionam a infecção por alguns vírus e as relações sexuais feitas de maneira desprotegida quando sob efeito de drogas são alguns exemplos desses danos que podem ser físicos e mentais. No entanto, a dependência química é classificada como um padrão de uso que causa descontrole e problemas para o usuário: “são pessoas que fazem da droga o ponto de partida para todas as realizações. Para o dependente, a droga é o seu combustível, uma questão de sobrevivência” (SOUTO, 2015, p. 184). Dessa forma, a dependência acaba gerando a quebra de códigos e padrões de conduta. Nessa relação com a droga, além dos danos à saúde, ocorrem perdas afetivas, profissionais, familiares (SEIBEL, 1995). Em suma, há usuários de drogas que não podem ser classificados como dependentes químicos, assim como existem aqueles que possuem uma relação não problemática com essas substâncias. O problema, geralmente, relaciona-se, portanto, com aqueles que não conseguem estabelecer limites no consumo das drogas, tornando estas o centro de suas vidas. Esses são os classificados como dependentes.

Para ser classificado como dependente químico, o usuário necessita apresentar sintomas como os descritos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V): 1. desejo persistente de consumo da substância, apresentando incapacidade de controlar o desejo; 2. fissura; 3. ausência de desempenhar atividades sociais ligadas ao trabalho, família, relações afetivas; 4. uso de quantidades maiores e por mais tempo; 5. permanência do consumo, mesmo quando tal prática acarreta em problemas e prejuízos físicos; 6. tolerância; 7. abstinência e 8. exposição a riscos em situações de consumo da substância. Dentre outras questões, os sintomas ligados à dependência química estão condicionadas ao tipo de consumo realizado, fatores sociais e biológicos/fisiológicos dos usuários, quantidade administrada, bem como a relação com o tempo de consumo (APA, 2014). Em suma, tais usuários apresentam padrão de consumo marcado pela intensidade, ininterrupção por longos dias e compulsividade.

A partir da compreensão que as drogas são diversas, bem como os sujeitos que as consomem, (considerando que também são inúmeros os padrões de uso), faz-se necessário afirmar que o fenômeno das drogas não é recente. Ou seja, as sociedades modernas não foram as primeiras a vivenciar relações com substâncias que alteram corpos e mentes. A relação que os homens e mulheres possuem com as drogas surgiu desde os primórdios da humanidade. Muitos estudos antropológicos e sociológicos retratam os usos de drogas em diversas sociedades desde os tempos mais remotos (MACRAE; SIMÕES, 2000; MACRAE, 2010, TOSCANO JUNIOR, 2001). A história de diversos povos e seus usos possibilitou perceber os muitos padrões de uso, motivações, efeitos etc. O reconhecimento do aspecto trans-histórico das drogas vem auxiliando os estudos sobre o tema, ampliando os horizontes analíticos para além dos fatores biomédicos.

As drogas e suas mais variadas formas de uso estão presentes desde os primórdios da civilização.³ Segundo Brites (2006), os significados atrelados a determinadas substâncias e seus usos são resultado da práxis social historicamente construída, moldada no tempo e no espaço. As sociedades tradicionais, com seus usos ritualísticos, terapêuticos e alimentares, e as contemporâneas, capitalistas, com seus usos dependentes, formam a multiplicidade e heterogeneidade do que se compreende como realidade nos seus tempos históricos mais diversos (BRITES, 2006).

³ Escotado (1997) faz uma excelente análise sobre o consumo de drogas nas mais diversas sociedades, revelando tanto a história de determinadas substâncias, bem como das relações sociais em torno do consumo de psicoativos.

Em diferentes momentos históricos, espaços e tempos, as drogas tiveram sentidos e significados distintos, pois cada sociedade estabelece os limites, regulações e possibilidades dos consumos de determinadas drogas, como, por exemplo, na Europa medieval, o uso de porções extraídas de plantas alucinógenas era uma prática utilizada por grupos e pessoas envolvidas em rituais de bruxaria.⁴ O tabaco, por sua vez, era utilizado pelas sociedades pré-colombianas para fins recreativos, terapêuticos e religiosos. Também para esses fins, alguns povos gregos utilizavam o vinho misturado com água (MACRAE, 2010). Contudo, foi a partir do século XIX que as drogas sintéticas foram desenvolvidas, com destaque para a heroína, dentre outras, que foram utilizadas para a amenização das dores e sofrimentos (SOUTO, 2015).

A partir desses breves exemplos, é possível constatar que as drogas, no transcorrer do processo histórico, transitaram (e ainda transitam) entre múltiplos significados e são utilizadas para diversos propósitos. Conforme discute Souto (2015), cada sociedade elabora regras, regulações, limitações e possibilidades para os consumos de substâncias que alteram corpos e mentes. As representações e significados construídos sobre determinadas drogas exercem papel fundamental na forma como a sociedade vai relacionar-se com os consumidores dessas substâncias, também influem no planejamento de modelos de atenção que serão elaborados e sancionados para seus usuários:

Autores como Gilberto Velho e Bucher enfatizam o papel desempenhado na estigmatização das drogas ilícitas e de seus usuários na atual ordenação da sociedade com todas as suas desigualdades. Na falta de um debate público e com repetição de ideias falseadas, autoritárias e preconceituosas, opera-se uma desqualificação e demonização do usuário e do “traficante” (também tratada de maneira pouco matizada). O reducionismo dessa estereotipação ao encobrir alguns dos reais problemas estruturais da sociedade criando um inimigo imaginário, que tem sua utilidade na manutenção do *status quo*, acaba por aumentar a marginalização dos usuários assim como leva à cristalização uma “subcultura da droga” [...]. (MACRAE, 2010, p. 32).

Os significados atribuídos às substâncias e aos padrões de consumo (tipo de droga, quantidade utilizada, formas de administração) variam sempre interagindo com as mudanças econômicas, sociais, culturais e morais (SOUTO, 2015). Em várias sociedades, o uso de drogas que produzem alterações no comportamento, humor e sentimentos não foram objetos de intervenções e normatizações, bem como não eram classificadas enquanto transgressões

⁴O termo “bruxaria”, segundo Ginzburg (1987), ganhou novos significados ao longo da idade média. A inquisição, em diferentes ocasiões, atribuiu a esta categoria sentidos até então desconhecidos pelos povos celtas, que usavam este termo para as sacerdotisas que conheciam os segredos das ervas e cuidavam dos problemas de saúde dos mesmos.

(CARNEIRO, 2002). Segundo Escobar (2015) a premissa de construir, a partir das políticas proibicionistas, uma sociedade imersa na sobriedade e sem substâncias que alteram o funcionamento dos corpos e mentes, tem se revelado um objetivo inatingível, pois o homem tem evoluído, de forma coetânea, com as drogas. Para o autor:

Admitir que o gênero Homo apresentou contatos diversos, com continuidades e descontinuidades, com as drogas naturalmente ocorrentes no ambiente durante sua evolução, é compreender a maneira simbiótica como as sociedades humanas em seus distintos momentos históricos mais recentes apresentam relações com várias drogas em seus cotidianos. [...] Considera-se aqui, como naturalizada, uma força de busca da alteração de consciência pelo homem, que visa uma transcendência dos estados originários, cujas práticas de alteração podem ser vislumbradas nas atividades religiosas, práticas meditativas (com cânticos, privações, rituais, respiração, etc.) e no consumo de substâncias. (ESCOBAR, 2015, p. 235).

Para Fiori (2006), a repressão às drogas faz parte de uma invenção social, situada nas sociedades modernas e industriais:

O problema de repressão e de incitação a “droga”, tal como é hoje o sexo, não existiu desde sempre, sendo invenção social recente e muito bem datada. De fato, mais do que apropriar-se da experiência do uso de drogas, o que as sociedades modernas parecem ter feito foi criar literalmente o fenômeno das drogas; e o criaram por duas vias principais: a da medicalização e a da criminalização da experiência do consumo de substâncias que produzem efeitos sobre os corpos e que, até sua prescrição e penalização, não eram consideradas como “drogas”. (FIORE, 2006 *apud* VARGAS, 2001, p. 21).

Os Estados Unidos da América foram os precursores da institucionalização desse fenômeno, como algo relevante para ser pensado no âmbito do Estado e da sociedade.

O pioneirismo engendrado por esse país ao longo dos anos, hegemonicamente consolidado nas sociedades ocidentais contemporâneas, não apenas buscou reprimir a fabricação de determinadas drogas, mas realizou um processo de “contenção” das mesmas, balizado por uma série de intervenções xenofóbicas, moralistas e criminalizadoras (FIORE, 2006). Ressalte-se, sobre este aspecto, o contexto da lei seca, após anos 1930, como forma de indicar o crescimento desta política antidrogas. Mesmo que, após pressões das indústrias de bebidas, tenha havido a liberação do álcool, as demais substâncias continuaram sendo reprimidas, até os dias atuais.

Segundo Fiore (2006), havia uma preocupação com as classes perigosas. A ameaça em questão vinha daqueles que viviam nos guetos das crescentes cidades capitalistas. As negras e

negros, assim como os/as imigrantes, parcela majoritariamente miserável e pobre dos Estados Unidos, foram os principais alvos das legislações que visaram o controle e a proibição de algumas substâncias.

A partir da ascensão do modo de produção capitalista, nos moldes contemporâneos, as drogas transformaram-se em um instrumento que justificou (e ainda justifica) sistemas de opressões, principalmente direcionados aos países e indivíduos que estão imersos em contextos de desigualdades sociais e elevados índices de pobreza. Nesse sentido, o “combate às drogas” tornou-se gradativamente uma guerra contra os mais pobres e excluídos, penalizando e criminalizando aqueles que historicamente vivem em contexto de precariedade, violência, pobreza etc. (ESPINDOLA, 2010; VASCONCELOS, 2012).

Contudo, antes do surgimento dos controles em torno das substâncias que incidem sobre os corpos e mentes, as civilizações ocidentais vivenciaram uma ampla abertura do consumo de determinadas drogas, nomeadas e classificadas em um determinado momento histórico de “especiarias”. A busca pelas especiarias Orientais, por parte dos europeus, estimulou e expandiu os domínios sobre territórios desconhecidos, justificando por muitos séculos as investidas colonizadoras e imperialistas (ROSA, 2014; CARNEIRO, 2002). Seguindo essa perspectiva, Vargas (2008, p. 95) afirma:

[...] A crescente demanda ocidental por esses “alimentos-drogas” obedece a certas razões de ordem prática que convêm destacar: enquanto as bebidas quentes, leves estimulantes e não alcoólicas (como o chá, o café e o chocolate adoçados) se conformam com os ditames do capitalismo emergente e seus reclamos por sobriedade, racionalidade e disciplina no trabalho, o tabaco e as bebidas alcoólicas destiladas tornam mais suportáveis a crescente (o) pressão disciplinar e das precárias condições de vida que se abatem sobre os mais pobres.

Durante a colonização europeia, no conjunto de terras que seriam nomeadas em séculos depois como América do Sul, a folha de coca, utilizada em rituais e práticas alimentares pelos índios, foi gradativamente ganhando outros usos e significados. A folha de coca, que está na base da droga sintética denominada cocaína, tornou-se instrumento para potencializar o trabalho escravo de negros e nativos. Ou seja, os colonizadores europeus, principalmente na Bolívia, Peru, Colômbia e Equador, forçavam o uso da planta pelos escravos, pois perceberam que, a produtividade aumentava, diminuía o consumo de alimentos e aliviava o desconforto das dores físicas. (FIORE, 2006).

Contudo, no advento do capitalismo, o consumo das drogas ganha novas dimensões nas relações sociais, tanto pela inserção dessas substâncias no mercado mundial (altamente

lucrativo), como também pela ampliação dos debates públicos acerca do consumo de determinadas drogas. Ou seja, o fenômeno em questão tornou-se na atualidade um tema controverso, gerador de amplo debate e interesse das mídias, sociedade civil, setores privados e públicos.

Atualmente, muito tem sido produzido sobre esse universo pelos diversos campos de conhecimento, o que tem possibilitado a ampliação das formas de compreender e abordar a relação que homens/mulheres mantêm com as diversas drogas no tempo e no espaço. Para Birman (2003), foi a partir da magnitude que as drogas ganharam no âmbito político e social que o tema tornou-se relevante para o debate público, ampliando, dessa forma, os campos dos saberes científicos que construíram novas abordagens teóricas e metodológicas sobre as drogas, questionando e disputando espaço com os saberes médicos, psiquiátricos e farmacológicos. Para o autor:

As ciências humanas estavam excluídas desse universo, dominado pela medicina e pela psiquiatria. [...] Da mesma forma, são recentes as pesquisas sobre as drogas nos campos da sociologia e da ciência política [...]. Portanto, foi a magnitude político-social que a questão das drogas assumiu e a urgência de soluções no espaço social que impuseram outras leituras para o campo das drogas. Nesse contexto, as drogas constituíram uma nova problemática de pesquisa, superando em muito seu acanhado espaço teórico anterior, polarizado entre a psiquiatria e a farmacologia (BIRMAN, 2003, p. 219 -220).

Alguns estudos no âmbito das ciências sociais e humanas buscaram enfatizar a descrição das experiências dos sujeitos com relação ao consumo das drogas, investindo nos aspectos socioculturais relativos a tais práticas. Nessa dimensão, alguns desses enfoques versaram sobre prazeres e as redes de sociabilidade que envolvem o universo dos consumos das drogas (VELHO, 1998; MACRAE; SIMÕES, 2000; COUTINHO; 2005). Tais abordagens realçam a heterogeneidade relacionada às experiências dos sujeitos, questionando principalmente os discursos que homogeneizam e generalizam as trajetórias de vida e os modos que homens/mulheres estabelecem interações com as drogas nas sociedades contemporâneas. Ao realçarem a diversidade nas formas de interação com as drogas, reafirmam a compreensão de que esse fenômeno é atravessado por fatores biológicos, sociais/ambientais e psicológicos. Para Olievenstein (1998), faz-se necessário considerar no contexto das drogas alguns elementos: a droga/substância, o sujeito (personalidade/comportamento) e o contexto em que se constrói o uso. Nesse sentido, as abordagens que primam pelo contexto sociocultural partem do princípio que as drogas acompanham o desenvolvimento do homem e da humanidade através de relações que se

estabelecem de diferentes maneiras, contextos, razões e em variadas circunstâncias (ESCOBAR, 2015).

Atualmente, além de complexo, contraditório e multifacetado, o fenômeno das drogas está situado em um momento histórico e social de hegemonia da sociabilidade burguesa. Para Brites (2006), estamos nos referindo a um tipo de sociabilidade que possui em suas bases as ideologias do consumismo e do individualismo, refletindo cotidianamente a barbárie humana e o descarte do indivíduo social frente à mercadoria. Dessa forma, de acordo com Velho (1994), o consumo de drogas, antes localizado em determinados grupos, passa a ser delimitado não mais pelas tradições de pequenos povos, mas pela lógica do mercado, do lucro e do capital. Nesse sentido, Souto (2015) vem dizer que o padrão de consumo de drogas em uma sociedade é reflexo de seu funcionamento.

Diante disso, o uso de drogas e os diferentes padrões de consumo, não são resultados apenas de comportamentos e escolhas de indivíduos e grupos considerados “problemas” e/ou “doentes”. No que diz respeito às expressões imediatas do uso de drogas, sendo elas lícitas e/ou ilícitas, recai uma série de mediações econômicas, políticas, culturais e morais que integram o curso do desenvolvimento histórico. Ou seja, historicamente é possível apontar que as substâncias tornadas ilícitas foram assim consideradas por razões relacionadas ao capital, e o mesmo pode ser dito para aquelas tidas por lícitas. Nesse sentido, há de se levar em consideração as palavras de Espinheira (2004) ao se referir aos sujeitos que estabelecem alguma relação com drogas, sejam lícitas ou ilícitas: “os usuários de drogas não são semelhantes pelo simples fato de usarem um mesmo tipo de drogas [...], as drogas não os homogeneizam”. Essa afirmação é endossada em vários estudos atuais, mesmo que em meio a discursos que permeiam o imaginário social de pânico e ideias falseadas.

Este falseamento de ideias é comumente encontrado nos meios midiáticos que reafirmam concepções norteadas pela lógica “vida sim, drogas não”, ou por premissas que afirmam que todo usuário de drogas é um sujeito despossuído de capacidades básicas de humanidade - inclusive racionalidade - porque manteve ou mantém um consumo de determinadas substâncias. Nesse cenário, algumas drogas são amplamente toleradas e incentivadas, enquanto outras são estigmatizadas, o que reverbera no incentivo do *status* de estigmatizados que seus usuários terão. Faz-se necessário ampliar a compreensão que a droga em si é um dos fatores somado a um contexto complexo e multifacetado, que inclui os sujeitos em meio às circunstâncias e às contradições sociais, culturais, políticas etc.

Nesse sentido, o gênero, a classe social, as questões da raça/cor, geração, bem como os aspectos territoriais são elementos essenciais que revelam marcadores das diferenças no que

tange ao fenômeno das drogas. Alguns estudos mostram que esses elementos influem na distinção observada nos padrões que homens e mulheres estabelecem com as drogas, no que concerne, por exemplo, a quantidade utilizada da substância, tipo de predileção, formas de administração, padrões de consumo etc. Ao enfatizar distinções e heterogeneidades dos sujeitos e de suas experiências, tem sido possível elevar os padrões de atenção aos usuários, levando em consideração suas reais necessidades e singularidades. Esse será o próximo debate que encetaremos a seguir, levando em consideração o gênero enquanto determinante sociocultural relevante para pensar as múltiplas experiências de homens e mulheres que interagem com as drogas nas sociedades contemporâneas.

2.2 Mulheres e drogas: reflexões a partir de uma abordagem de gênero

Os estudos que versam sobre a relação das mulheres com o consumo de drogas têm cerca de 50 anos. Ainda mais recentes são as intervenções que objetivam atender às necessidades exclusivas apresentadas pelas mulheres que estabelecem alguma relação problemática com o consumo de drogas consideradas lícitas e ilícitas (BLUME, 1986; BRASILIANO, 2005). A bibliografia especializada sobre o fenômeno das drogas geralmente enfatiza o caráter histórico que tais substâncias estabeleceram e ainda estabelecem com o desenvolvimento da humanidade. Mesmo assim, o fato das mulheres apresentarem necessidades específicas, ficou silenciado e invisibilizado durante muitos anos (BRASILIANO, 2005; AGUIAR, 2014; ALVES; ROSA, 2016). Vale ressaltar que a pequena produção de estudos acerca do consumo de drogas pelas mulheres acabou por impactar as formas de compreender melhor o fenômeno. Além disso, incidiu sobre as estratégias e as propostas de intervenção voltadas para as mulheres dependentes químicas. Dessa forma, ao lançarem ênfase nas realidades dos homens - fomentando compreensões monolíticas e homogêneas - influenciaram os modelos de tratamento e atenção voltados aos usuários de drogas, mesmo que essas pessoas não fossem homens e não mantivessem os mesmos padrões e necessidades dos grupos considerados do gênero masculino. Ao fixar os homens como parâmetro, ocultou-se por muito tempo as diferenças psicológicas, culturais, biológicas e econômicas que afetam de diferentes formas homens, mulheres e outras identidades de gênero (BLUME, 1986; SWIFT et al., 1996; BRASILIANO, 2006).

A partir de 1980, os movimentos feministas norte - americanos iniciaram a denúncia dos modelos terapêuticos que não reconheciam as mulheres em suas múltiplas realidades. Tais modelos de atenção aos usuários de drogas eram embasados em uma ciência que ocultava o reconhecimento dessas mulheres e de suas problemáticas, desconsiderando-as, portanto, enquanto grupo que necessitava de modelos de atenção condizentes com suas necessidades e especificidades. Acreditamos ser necessário mostrar que os usos das substâncias decorrem das muitas diferenças expostas nas múltiplas clivagens, dentre estas o gênero e a classe social.

Hoje, ainda há uma escassez de produção que leve em consideração a promoção das vozes das mulheres, suas práticas e experiências no que tange ao consumo de drogas (ALVES; ROSA, 2016). A lacuna torna-se ainda mais profunda se levarmos em consideração as abordagens que enfatizam o debate de gênero transversalmente associado aos diferentes padrões de uso, e aos determinantes de classe social, etnia, raça, geração, origem. Para Alves e Rosa (2016, p. 444):

As mulheres estão mais visíveis, por um lado, pois, aumentou o consumo de SPA entre elas. Por outro, apesar deste aumento, continuam invisibilizadas porque o envolvimento com SPA permanece sendo visto predominantemente a partir da etiologia masculina, o que frequentemente, as põe enquanto alvo de intervenção tardia e dupla estigmatização (“ser mulher” + usar drogas”).

Em contrapartida, mesmo com uma produção ainda lacunar na ciência, houve considerável avanço no reconhecimento de que o consumo de substâncias que alteram corpos e mentes varia no tempo e no espaço, conforme o contexto cultural, social e histórico. Tal reconhecimento abre novos precedentes para que a produção científica reconheça mulheres, homens, transexuais, gays, lésbicas, dentre outras identidades de gênero, cujas vivências e experiências são diversificadas nas sociedades contemporâneas. É importante frisar que o reconhecimento das diferenças e diversidades é "reflexo da sociedade moderno-contemporânea, que em sua estrutura manifesta variedades e heterogeneidades nos valores, hábitos e condutas" (VELHO, 1981, p. X).

O termo “mulher” carrega consigo inúmeras diferenças que não comportam uma única definição ou pertencimento. Utilizar tal categoria no plural (mulheres) rompe com compreensões abstratas que objetivam universalizar e homogeneizar grupos que são marcados por realidades históricas e socioculturais múltiplas. Mesmo com os esforços científicos e legais que se baseiam na compreensão das diferenças, bem como na garantia dos direitos das mulheres, ainda encontramos no cotidiano institucional práticas excludentes e cerceadoras dos direitos das mulheres. Conforme aponta Raimundo (2015, p. 205):

[...] a atenção integral aos indivíduos exige, de certa forma, que tenhamos claro quem são esses sujeitos, como estabelecem relações entre si, quais as condições sócio- históricas que possibilitaram a construção da história de suas vidas na sociedade, na qual estão inseridos

A oferta de serviços por parte das instituições do Estado que se baseiam na igualdade não tem sido cumprida de maneira integral.⁵ As desigualdades de gênero, portanto, continuam a demarcar as hierarquias e os espaços ofertados e ocupados por homens e mulheres. Nesse sentido, as instituições continuam contribuindo como alicerce para a manutenção das estruturas de desigualdades de gênero, quando não conseguem prover as garantias de direitos do público para o qual se dirige (DUTRA; HENRIQUES, 2016). A partir disso, é importante ressaltar que a igualdade preconizada nos marcos da legalidade não tem sido consolidada quando as diferenças socioculturais emergem. Por outro lado, há o negligenciamento do lugar histórico que a mulher, especialmente aquela considerada “pobre”, ocupa na estrutura social. No Brasil, os cuidados dos filhos, idosos e a reprodução da família no ambiente doméstico perduram, obrigatoriamente, sob a forma de práticas relegadas ao universo feminino. Tal dimensão afeta, por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho, na qualificação e nos salários que elas recebem em relação aos homens. Nesse sentido, o reconhecimento e a visibilidade das mulheres e de suas necessidades específicas estão em meio a caminhos ainda tortuosos.

O gênero - enquanto elemento sociocultural - constitui as experiências dos sujeitos e continua forjando desigualdades nas relações materiais e simbólicas com as quais as mulheres lidam no cotidiano. Para pensar tais diversidades e desigualdades que estão no cotidiano dos sujeitos sociais, faz-se necessária uma análise das categorias que dão forma e sentido às representações e práticas sociais.

⁵ Segundo os resultados do Relatório do Painel Internacional de Controle de Narcóticos, publicado em 2016, há um aumento de overdoses por consumo de drogas pelas mulheres. Além disso, o relatório sinaliza o aumento do encarceramento feminino em âmbito internacional pelo envolvimento com o consumo e tráfico de drogas. No Brasil, Argentina e Costa Rica, 60% das mulheres encarceradas cumprem pena pela relação que estabeleceram com o tráfico de drogas. Para elas, os impactos do envolvimento com as drogas estão refletidos nas rupturas com redes familiares e de apoio, aprofundando o abandono social e o isolamento. Outro aspecto tem sido a vulnerabilidade das mulheres grávidas em contexto de consumo de droga, a prostituição, e as DST's/Aids. Sendo assim, o relatório afirma que as políticas voltadas para enfretamento das drogas, devem reconhecer as necessidades e vulnerabilidades específicas dessas mulheres. De acordo com Alves e Rosa (2016), em termos legais, ainda encontramos insuficiência de debates sobre a questão de gênero e étnico-racial no que tange ao consumo de drogas. Dessa forma, as políticas que versam sobre o consumo de drogas ainda possuem entraves no que tange a compreensão desses marcadores sociais como determinantes para a condição de saúde de homens e mulheres que estão situados em contextos socioculturais, econômicos e históricos diferenciados e desiguais. Sobre esses debates, ver: Alves e Rosa (2016).

Dessa forma, o gênero, classe social, raça/cor, etnia, geração, sexualidade e orientação religiosa se cruzam e integram todos os níveis, dinâmicas e dimensões da organização social. Esses determinantes socioculturais dialogam e compõem as relações sociais. Assim sendo, a compreensão da interação dessas categorias nas experiências dos indivíduos e coletividades nos põe a necessidade de questionar o paradigma do “sujeito universal”. O homem heterossexual, cristão, ocidental, branco não é a referência para as experiências de todas e todos.

A categoria interseccionalidade enfrenta e desconstrói as premissas que versam sobre uma suposta universalidade de determinados padrões construídos como hegemônicos para homens e mulheres. Tais universalidades e parâmetros serviram para silenciar comportamentos, desejos e existências daqueles que não se encaixavam nos padrões sociais, culturais e econômicos instituídos como predominantes, corretos e racionais. A busca por uma suposta homogeneidade de identidades e comportamentos não é destituída de um direcionamento político, cultural e econômico. A construção de sujeitos universais retroalimenta sistemas de opressão e subordinação que fomentam desigualdades de gênero, classe social, etnia, cor, origem, sexualidade, dentre outros aspectos. Ou seja, tais categorias forjam desigualdades sociais nas condições materiais e simbólicas dos sujeitos e não estão hierarquizadas no cotidiano, pois as “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e constitutiva dela” (BRAH, 2006, p. 351).

As desigualdades decorrentes dos constructos socioculturais nas práticas e representações sociais estão em constante interação, forjando assimetrias, subordinações e opressões. A interseccionalidade, segundo Crenshaw:

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nesse sentido, definimos o gênero (e suas múltiplas identidades que vão além das binárias construções de masculino e feminino) enquanto prática social em constante construção, ou seja, não é algo dado ou natural. Além desse aspecto, o gênero é um conceito

relacional, não sendo possível analisá-lo restrito às práticas sociais de homens e mulheres de maneira separada. Essa compreensão teórico-metodológica ampliou os horizontes dos estudos que utilizavam a categoria “mulher” como um novo sujeito universal ou isolada em si mesmo. As relações sociais de gênero, portanto, compreendem a construção dos sujeitos que estão em constante interação.

Gênero, como diz Scott (2010, p. 86), “[...] é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Como categoria de análise, o gênero constitui-se como terreno primordial, segundo a autora, para compreender o momento histórico, a organização e funcionamento do poder nas relações de uma determinada sociedade. A autora posiciona-se e fundamenta sua discussão de gênero afirmando que o mesmo é uma categoria útil para história das mulheres e dos homens, das relações entre esses sujeitos, além de ser terreno para analisar as desigualdades e hierarquias sociais (SCOTT, 1995). Nesse sentido, essas desigualdades e hierarquias fundam-se no terreno do simbólico, cultural e material “[...] em doutrinas religiosas, educativas, políticas e jurídicas e opõem de maneira binária e inequívoca as concepções de masculino e feminino” (TORRÃO FILHO, 2005, p. 135). Para Bourdieu (2012), as relações estabelecidas a partir da valorização do masculino e da inferiorização do feminino forjam dicotomias/binarismos: dominador/dominado, fraco/forte, ativo/passivo.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas [...] ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social, e em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2012, p. 17)

Além de ser um sistema classificatório dos seres humanos, o gênero é um sistema de relações desiguais e assimétricas de poder (SCOTT, 1999). O poder é então compreendido como algo que circula em múltiplas direções, possui ramificações e não é uma entidade estável, portanto, é fluído e constitui todas as relações sociais. O poder constrói discursos, regimes de verdades, disciplinamentos (FOUCAULT, 1979). Os desejos, gestos, corpos e instituições funcionam como delimitadores da pessoa no que tange à localização do sujeito no sistema sexo-gênero. Dessa forma, a demarcação dos humanos em determinados papéis e lugares do gênero é um dos efeitos desse tipo de poder. A pessoa é efeito do poder, mas também é seu centro de difusão, na medida em que exerce, produz e sofre seus efeitos. Nesse sentido, o poder tem em sua expressão micropoderes, uma vez que atravessa todas as dimensões da vida. Para Foucault (1979, p. 8):

[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir [...].

A abordagem de gênero nos permite afirmar que atualmente a realidade de homens e mulheres que consomem drogas apresenta uma interação complexa e heterogênea. Segundo Oliveira (2008) e Granja (2015), os padrões de consumo, a forma de acesso às drogas, os efeitos e as consequências das substâncias apresentam peculiaridades e diferenças, quando comparados homens e mulheres. No que tange às mulheres, Oliveira (2008) argumenta que elas iniciam o consumo de drogas geralmente quando vivem experiências traumáticas de violências, perdas, depressão, ansiedade etc. Tais experiências estão atreladas ao papel de reprodução do lar, através do cuidado dos filhos e dependentes, que fomenta o distanciamento e isolamento da mulher do universo público. Por outro lado, segundo Sanchez-Pardo (2008) e Brasileiro (2006), o aumento do uso de álcool por mulheres, observado nos últimos anos, possui relações com a maior inserção da participação feminina no trabalho fora do lar.

Enquanto hábito sancionado como característico do universo masculino, o consumo de álcool está sendo gradativamente assimilado pelas mulheres que ganharam, nas últimas décadas, maiores liberdades após a inserção no mercado de trabalho (BRASILIANO, 2006; ALVES; SANCHEZ-PARDO, 2008; ROSA, 2016). Em contraposição, os homens são os principais responsáveis por introduzir e reforçar o consumo de álcool e outras drogas nas suas companheiras/filhas/irmãs (BRASILIANO, 2006). Ainda segundo Brasileiro, eles são personagens fundamentais na adesão, continuidade e/ ou abandono de tratamento pelas mulheres.

Por outro lado, alguns estudos apontam que os homens iniciam o uso de drogas mais precocemente do que as mulheres, bem como as utilizam com mais frequência e por maior período (OBID, 2007; OLIVEIRA; NASCIMENTO; PAIVA, 2007; GRANJA, 2015; ALVES; ROSA, 2016). Conforme aponta Romo (2006), na Espanha as mulheres fazem mais uso de drogas lícitas enquanto os homens estão mais envolvidos com as drogas ilícitas. Segundo o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID (2007), o gênero masculino também apresenta maior envolvimento com as drogas consideradas ilegais, se comparado com as mulheres. Os homens estão estatisticamente à frente das mulheres nos

índices de maior dependência do álcool, tabaco, cocaína, solvente e crack. Em contraposição, o gênero feminino tem maior envolvimento com benzodiazepínicos e opiáceos.⁶

Segundo Souza (2016) o uso de álcool e outras drogas têm profunda relação com os comportamentos considerados e sancionados como sendo do universo masculino. Homens jovens estão mais suscetíveis com os problemas relacionados aos riscos decorrentes do consumo de drogas, pois a prática de consumo em grandes quantidades se constitui em parte dos rituais/provas que os homens devem vivenciar como forma de assegurar a masculinidade, e assim distanciar-se da fragilidade considerada como característica natural e parte da essência do universo das mulheres.

Segundo o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID (2010), o consumo de álcool e cigarro (11,7% e 12, 1%) por homens jovens entre 16 a 24 anos, supera o consumo das faixas etárias posteriores de 34 a 46 anos (8,8 %) e 47 à 45 anos (3,1%). Além disso, os homens estão mais envolvidos mundialmente em situações de maior risco, que nos leva a constatar que os fatores externos, como acidentes, homicídio e suicídio lideram o percentual de mortalidade de homens jovens (OPAS, 2007). O consumo de drogas por homens é amplamente estimulado, e em geral é apresentado como sendo parte integrante da masculinidade e da virilidade. Nesse sentido, além de estimulados há ampla aceitação social destes hábitos e práticas comportamentais, contribuindo para que os homens se coloquem em situações pouco saudáveis e de riscos como forma de corresponder aos papéis de ativo e dominador.

Alguns estudos apontam que o consumo de drogas pelo gênero feminino e masculino sofre variações no que tange aos significados e sentidos. As mulheres são mais estigmatizadas por falharem em seus papéis de mãe/filha/cuidadora. Vale destacar que esses papéis são determinados socioculturalmente e têm grande influência na procura ou não dos serviços especializados pelas mulheres como também na adesão ao tratamento e ao cuidado (BRASILIANO, 2006; PAIVA, 2007; SANCHEZ-PARDO, 2008; ALVES; ROSA, 2016; OLIVEIRA; NASCIMENTO; DUTRA; HENRIQUES, 2016). Nesse sentido, por manterem uma relação problemática com as substâncias e sentirem-se culpadas pelas condições que vivenciam, algumas mulheres evitam procurar tratamento e assistência. Para além disso, a não coerência com os padrões de gênero - de acordo com as construções culturais e históricas - impõe às mulheres o rótulo de desviantes, loucas e doentes. Dessa forma, a imposição da

⁶ Os **benzodiazepínicos** são substâncias classificadas como ansiolíticas que geram efeitos sedativo, relaxante muscular, amnésico e hipnótico. Os **opiacéos**, são substâncias geradas a partir do ópio e produzem efeito anestésico e, a depender da dose utilizada, causam estados hipnóticos e eufóricos (SEIBEL, 2001).

normalização e a não conformação das mulheres a esses padrões operam como uma violência cotidiana que isola, estigmatiza e culpabiliza as mulheres pelos seus comportamentos, desejos e condutas.⁷

Quanto às problemáticas decorrentes do consumo de drogas, os homens, se comparado às mulheres, apresentam maior envolvimento no tráfico de drogas, condutas ilegais, criminalidade e práticas violentas. As consequências para as mulheres aparecem nos danos e agravos pessoais relacionados à saúde (ALVES e ROSA, 2016). Elas estão mais vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis, comportamento sexual de riscos e a complicações na gravidez. Além disso, suas experiências revelam rotinas de violências sexuais, psicológicas, domésticas e abandonos familiar e social. Contudo, o envolvimento com às práticas ilegais e tráfico de drogas continua sendo o maior responsável pelo encarceramento feminino no Brasil.⁸ Mesmo assim, os estudos sobre a relação das mulheres com o consumo de drogas continuam centrando as atenções para os danos e agravos à saúde. Conforme discutem Alves e Rosa (2016, p. 447)

Especificamente sobre as mulheres, dos estudos que averiguam o seu consumo de SPA, muitos priorizam as repercussões associadas aos efeitos, das substâncias psicoativas sobre o organismo feminino, nomeadamente sobre seu sistema reprodutor e à saúde do seu bebê, quando engravidam [...]. Seus resultados apontam que as consequências para a saúde estão diretamente ao tipo de substâncias consumida com foco na substância e sem considerar as particularidades da usuária e do contexto onde ela se insere. Esta tendência pode ser analisada a partir do fato de a tradição científica salientar o papel reprodutivo das mulheres como parte mais importante de suas vidas [...].

É importante situar também a relação do consumo de drogas por travestis e transexuais. A produção sobre as experiências das travestis nesse universo ainda é bastante escassa. Algumas etnografias, portanto, buscam apresentar as singularidades e especificidades

⁷ O manicômio foi uma das expressões das proibições e interdições voltadas às mulheres que não correspondiam aos padrões de gênero impostos pela sociedade, Estado e família. Muitas foram internadas, pois não cumpriam o papel de mãe/esposa/filha. Os irmãos, pais e maridos eram os principais responsáveis pelos internamentos e buscas de intervenções para normatizar a mulher que não queria/podia ter filhos, se apaixonava por um rapaz, desejava trabalhar fora do lar, dentre outros aspectos. O poder patriarcal operava em conjunto com as instituições manicomial. Dessa forma, o manicômio foi uma das expressões do sexismo, operado pela ciência, que produzia formas de conformar normalidades de gênero. O poder exercido está diretamente associado com o saber construído pela ciência moderna ocidental. A relação poder-saber, portanto, atua para a existência e o exercício das normalizações de gênero. Sobre esta questão, ver: Foucault, 1978.

⁸ De acordo com os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres – lançado no ano de 2014, 68% das mulheres encarceradas estão cumprindo medidas restritivas pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Em 14 anos, a população feminina em tais condições teve crescimento de 567% - subiu de 5.601 para 37.380 detentas entre 2000 e 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 15 jul. de 2017.

de problemáticas para esses sujeitos (BENEDETTI, 2005; PÉLUCIO, 2007; KULICK, 2008; BONFIM, 2009). A partir do contato com o segmento social de travestis, os autores esclarecem que o início do consumo de drogas se dá a partir da relação que esses sujeitos estabelecem no cotidiano da rua, nas atividades voltadas ao sexo. As drogas, nas suas trajetórias de vida, aparecem como expressão das adversidades econômicas, familiares e do não acesso à cidadania. Isso, somado ao rompimento com os padrões heteronormativos, decorrente do estabelecimento de uma nova identidade de gênero que é contrária ao que lhe foi atribuído socialmente, levam-nas a serem consideradas, nos termos de Butler (1993), como abjetas.

A abjeção é o lugar do desvio para os indivíduos que não seguem os padrões normativos do gênero (BUTLER, 1993). Dessa forma, as travestis compõem o repertório de não-sujeitos, excluídas da lógica da cidadania e da igualdade. A prostituição, portanto, aparece como elemento de sobrevivência e de sociabilidades. Essa “opção”, que se caracteriza como “único refúgio” (PELÚCIO, 2015), ao mesmo tempo em que as expõem a diferentes formas de violência, deixam-nas vulneráveis à transtornos mentais e infecções sexualmente transmissíveis, dentre elas sífilis e HIV:

Outro dado que salta aos olhos de quem vai a campo nos espaços de prostituição de travestis é o uso que elas fazem de drogas lícitas e ilícitas. O álcool é bastante consumido, principalmente destilados como conhaque e pinga, mais do que fermentados como cerveja, que além de mais cara, é uma bebida gelada, que não contribui para dar conforto térmico que a noite por vezes pede. Muitas travestis contam que o crack é a bola da vez e que tem causado morte e decrepitude entre elas. Outras sempre se eximindo de ficar no grupo das “colocadas” (as que usam drogas) ou das “bandidas” (as que roubam), me falam que esse tipo de comportamento atrai repressão e bandidos para as áreas onde trabalham. Por isso, muitas delas recorrem às cafetinas e aos cafetões (estes últimos mais raros na prostituição de travestis) para assegurarem a ordem (PELÚCIO, 2007, p. 33).

Pelos rompimentos de laços sociais essenciais, principalmente as relações familiares, e por serem consideradas “abjetas” em seus corpos, desejos e comportamentos, as travestis tomam como medida para a sobrevivência o cotidiano da prostituição (PELUCIO, 2007; ROCHA; PEREIRA; DIAS, 2013). Vale salientar que a prostituição não é uma realidade vivenciada por todas as transexuais e travestis. Contudo, por não conseguirem outras medidas para a sobrevivência, grande número de travestis experienciam a prostituição como forma de garantir rendimentos para a sobrevivência.

A prostituição é majoritariamente um lugar ocupado pelo gênero feminino, sejam para as mulheres “trans” ou “cisgênero”.⁹ Dessa forma, no cotidiano da prostituição, as drogas são elementos que permeiam as vivências e experiências das prostitutas. Segundo Nappo *et. al.* (2004), o consumo de *crack* aparece como elemento determinante para que as mulheres iniciem/continuem na prostituição. Podemos considerar, a priori, que tal relação (*crack* e prostituição) é um dos fatores que expõe e aprofunda vulnerabilidades e riscos relacionados às doenças sexualmente transmissíveis, e aos contextos de violências.

Dessa forma, seguiremos em nosso debate, lançando reflexões sobre o consumo de *crack* no bairro de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco, parte do lócus de nosso debate sobre as mulheres e a relação da prostituição nos manguezais do Chupa-chupa. Tudo isso, para compreender as contradições existentes na cidade do Recife, em suas expressões radicais de desigualdades e contrastes.

2.3 Crack no Recife e em Santo Amaro: nas fronteiras das desigualdades

Num passado não tão distante da história do Recife, as regiões de alagados e mangues foram apropriadas pela parcela mais empobrecida da população. Em outros tempos, esses territórios desvalorizados da cidade foram usados para a moradia e para garantir a subsistência da população alijada do mercado formal de trabalho (BERNARDES, 2013). A moradia, através dos mocambos nos manguezais e terras alagáveis, foi a expressão da ocupação e dos usos da parcela da população empobrecida, principalmente no início do século XX.¹⁰ Para Melo (1978, p. 32), o processo de metropolização da capital pernambucana reflete problemas socioeconômicos que impactam a fisionomia urbana marcadamente “mais ampla, mais compacta e também mais opressiva”.

⁹ Pessoas classificadas como cisgêneros são assim designadas por manterem a identidade de gênero dada ao nascerem. No contrário, os transgêneros são classificados por transgredirem a norma padrão do gênero ao estabelecer outra identidade diferente da que foi designada ao nascer.

¹⁰ Os mocambos constituem parte da história da cidade do Recife, pois representou o imenso contingente de habitações impróprios localizados em áreas alagáveis e alagadas. Eram medidas utilizadas pela população miserável, com ausência de moradia no centro urbano em meados do século XX. Eram feitos pelos próprios moradores com os materiais ao alcance das possibilidades (palha, barro, latões). De acordo com dados da Fundação Joaquim Nabuco, os mocambos eram parte da paisagem da cidade do Recife e tinha como moradores negros e pobres, após a abolição da escravatura. Além disto, as imagens de mocambos figuraram em cartões postais enviados para a Europa, significando que tais construções precárias figuravam como cenários exóticos e curiosos para outras civilizações ocidentais. Para mais informações, ver: Coleção Josias Bandeira – Fundação Joaquim Nabuco.

A partir de 1930, os mocambos foram destacados como problema político e foco das intervenções do poder público (NETA, 2005). Um dos marcos que perpassa essas intervenções nas habitações pobres foi a Liga Social contra os Mocambos (órgão privado, financiado pelo poder público) na década de 1930 do século passado, pelo então governador Agamenon Magalhães. Nesse cenário político de repressão, a figura do mocambo e, conseqüentemente daqueles que viviam nesses locais, é interpelada pela ascensão de uma vanguarda de médicos positivistas que possuíam concepções voltadas para a higienização e disciplinamento das cidades, principalmente dos espaços pobres. Segundo Neta (2005) essas ideias também estavam presentes nas falas de alguns gestores, a exemplo do próprio Agamenon Magalhães, que, nas palavras da autora, "pregava que o fim dos mocambos representaria a elevação moral de seus habitantes, a melhoria de seu padrão de vida e de seu nível de consumo [...]" (NETA, 2005, p. X).

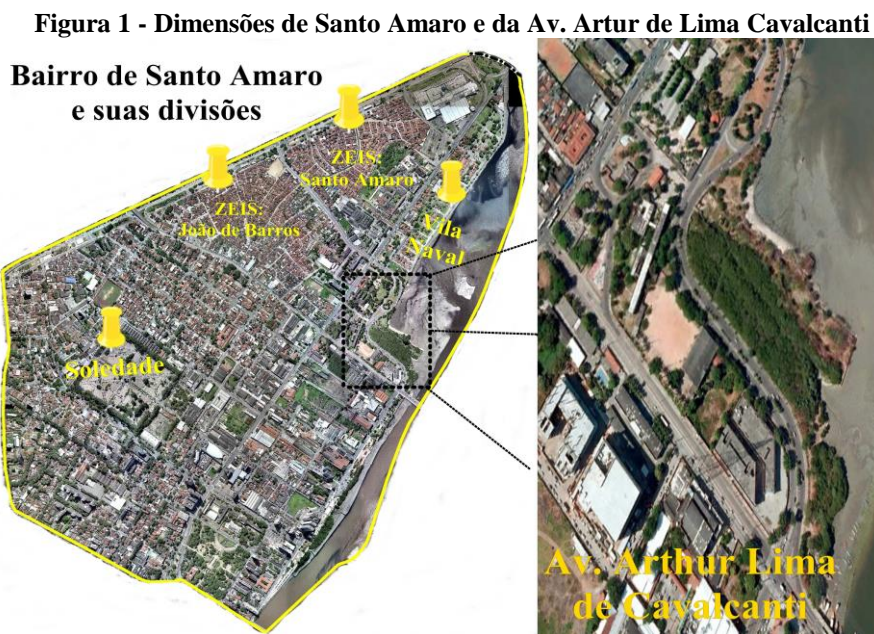
Essas intervenções tinham por finalidade oferecer casas populares aos trabalhadores e a demolição dos mocambos. Concomitante a esse processo, algumas medidas educacionais foram utilizadas para o combate do comunismo, a degradação moral, o crime, o alcoolismo, as doenças. Contudo, as ações da Liga logo expressaram uma maior ênfase na demolição dos mocambos do que na construção de habitações e melhorias na qualidade de vida da população pobre. Vale salientar que no ano de 1938 foi constatado que, dos 500 mil habitantes da cidade do Recife, 164.877 residiam em mocambos. Para além da demolição dos mocambos, no governo de Agamenon Magalhães também se observa a repressão e perseguição das religiões de terreiro (umbanda, xangô e catimbó), atingindo significativamente os mais pobres, adeptos dos seus ritos. Diante disso, o controle em torno dos comportamentos de práticas dos pobres, marcadamente negra, deixa evidentes os medos das elites e da Igreja Católica com o avanço de práticas que elevam o prazer e a cultura no cotidiano.

As religiões de terreiro e as práticas dos pobres, negros, mulheres e trabalhadores são combatidas para a construção de uma sociedade com princípios burgueses, ou seja, costumes que normatizam os homens, mulheres e crianças para o trabalho, a família e a moralidade cristã. Além da repressão policial, foi criado o Serviço de Higiene Mental, coordenado pelo médico Ulisses Pernambucano, no governo de Carlos de Lima Cavalcanti. Esse serviço tinha como função distinguir os tipos de religiões de terreiro, baseando-se no purismo do "xangô". Conforme Lima (2006), os terreiros que não estavam coerentes com o "xangô puro" eram duramente reprimidos. Seus participantes foram presos, os terreiros fechados e aqueles que estavam enquadrados no "xangô puro" tinham horários e dias estabelecidos pela autoridade policial para seu funcionamento. Esse período foi notavelmente hostil aos pobres.

Na realidade, essas formas de uso dos espaços menos valorizados da cidade não foram extintas. Contudo, outras interações entre os sujeitos e os manguezais emergiram nos dias atuais. A prostituição e o consumo do crack são uma dessas configurações do tempo presente. Dentre tantos lugares possíveis, inclusive com as características das áreas de manguezais na capital pernambucana, a Avenida Artur de Lima Cavalcanti, localizada no núcleo central da cidade, cotidianamente tem em seu cenário grupos de mulheres que vivem o contexto da prostituição e consumo de crack.

As antigas áreas de mangue, ao longo do processo histórico da cidade do Recife, tornaram-se lugares gradativamente aterrados. Os aterros decorrentes das iniciativas públicas, privadas e principalmente populares transformaram a paisagem geográfica e social da cidade. Hoje, esses terrenos advindos do aterramento e da luta contínua contra as águas transformaram-se em lugares de grande valor para a especulação imobiliária, ao mesmo tempo em que impulsionaram a expulsão gradativa dos mais pobres para as áreas de morro, mais distantes do núcleo central urbano da cidade (BERNARDES, 2013). Assim, diante das poucas áreas de manguezais que ainda insistem em existir, mesmo com imensa degradação ambiental, as pessoas continuam a elaborar usos e novas apropriações. Na realidade, os alagados e mangues da cidade do Recife, em suas múltiplas transformações, continuam despontando como relevantes espaços que marcam tanto a paisagem, como a história social, cultural e econômica da cidade.

O bairro de Santo Amaro é parte desse processo de transformação da paisagem urbana, atrelado aos ditames e transformações econômicas, sociais e jurídicas entre o global e o local. Atualmente dispõe de uma diversidade de serviços públicos e privados, dos quais se destacam a Universidade Católica de Pernambuco, a Faculdade de Direito, Hospital do Câncer, Shopping Tacaruna, dentre outros empreendimentos e instituições. Em contraposição, o bairro tem em seus territórios lugares de extrema pobreza, revelada nas condições de moradia, nos elevados índices de violência e homicídios e na ausência de saneamento básico. Ou seja, o bairro expressa os contrastes e contradições que perduram no cenário citadino da capital pernambucana. Em meio a essa multiplicidade de lugares, numa faixa de manguezal que ainda persiste nas margens do Rio Capibaribe, diante da Ponte do Limoeiro, estão as mulheres em contexto de prostituição e consumo de *crack*.



Fonte: Elaboração Autoral, 2016.

Eis o Recife: uma cidade diferentemente vivida do ponto de vista social e cultural. Longe de vivências harmoniosas e destituídas de conflitos, estamos nos referindo a uma cidade em disputa e que desponta em seus territórios uma diversidade de práticas, hábitos e costumes.

No ano de 2010, o Recife somava uma população de 1,537.704 habitantes, como revela o Censo Demográfico (IBGE, 2010), ocupando um território de 218,435 km². Os domicílios particulares permanentes somavam 470.754, sendo que 33,2% de pessoas responsáveis nesses domicílios não possuíam rendimentos, e 29,8% recebiam até um salário mínimo. No que tange ao acesso à educação nos domicílios permanentes, 6,82% representam a taxa de analfabetismo e 39,57% possuem instrução educacional de ensino fundamental incompleto. Desses domicílios, as mulheres representam 47,46% das chefias residenciais. Neste último aspecto, houve um aumento de 10,2%, se comparado ao Censo Demográfico do ano de 2000.

Os relevantes projetos econômicos realizados na última década, não apenas na cidade do Recife, mas em sua Região Metropolitana e em outras localidades do Estado, não conseguiram traduzir-se em significativas mudanças na estrutura social da cidade. A dinâmica entre pobreza e riqueza continua persistente no tempo e no espaço, apresentando expressões radicais e extremas principalmente em momentos de crise do capital.

A reprodução do padrão de desenvolvimento nacional - caracterizado por uma economia capitalista dependente dos países centrais - não tem sido capaz de eliminar as

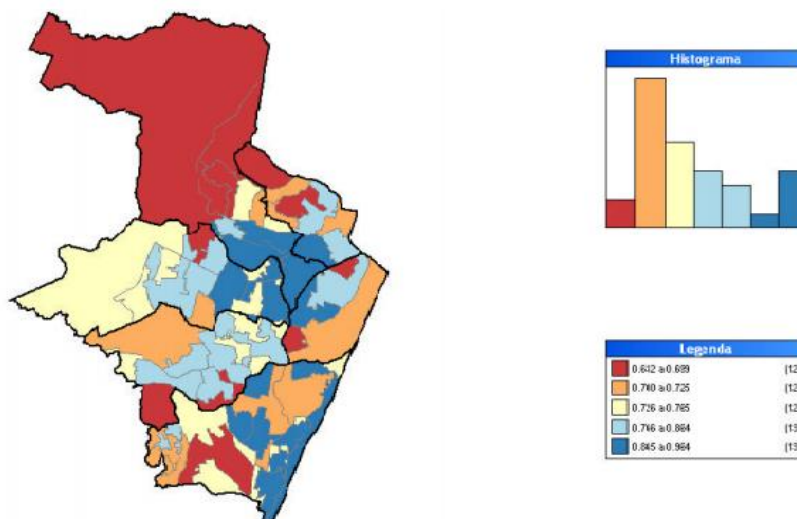
profundas e históricas desigualdades. Segundo Lima (2012, p. 98), a cidade do Recife revela uma pobreza estrutural que atravessa séculos:

Há, conforme apontam os dados, uma pobreza estável na história recente da cidade que se revela estrutural. [...] Pode-se afirmar que as condições de habitação, o acesso à terra urbana, a renda auferida, o acesso à educação são fatores constitutivos e expressivos que emolduram a pobreza. Informações revelam o enraizamento da desigualdade na forma privada de apropriação da riqueza socialmente produzida, que atravessou séculos, percorrendo o espaço-tempo, desde a constituição da cidade, assentada na economia agroaçucareira exportadora.

Nesse sentido, as desigualdades da cidade do Recife são explicadas a partir de sua reconstituição histórica e em sua relação umbilical com o modelo de desenvolvimento capitalista nacional e mundial. A persistência e o aprofundamento dessas desigualdades, principalmente em tempos de crise do capital, acirraram as formas de exploração dos setores mais pobres, marcados pelo desemprego, subemprego e pelo não acesso às condições básicas de sobrevivência. No início do século XXI, os dados estatísticos revelaram as discrepantes realidades entre a grande parcela dos mais pobres e a pequena parcela dos mais ricos, detentores de privilégios políticos, econômicos e sociais (BITOUN, 2005). Tais condições de desigualdades, geradas pela apropriação da riqueza socialmente produzida, movem-se através dos séculos (LIMA, 2012).

Segundo dados divulgados no ano de 2005, sobre o cenário de desenvolvimento humano do Recife entre 1991 a 2000 - que levam em consideração a renda, educação e longevidade - a capital pernambucana comporta realidades equiparáveis aos altos padrões de desenvolvimento humano da Noruega, bem como aos baixíssimos índices do Gabão, localizado no Continente Africano (RECIFE, 2005). Tais condições discrepantes convivem lado a lado. Enquanto o bairro de Boa Viagem (índice Gini 0,964) lidera o Desenvolvimento Humano Municipal, o bairro da Ilha Joana Bezerra (índice Gini 0,635) ocupa o último lugar entre os 94 bairros recifenses analisados na pesquisa. A peculiaridade do Recife é confirmada em sua organização espacial, caracterizada por esse mosaico de diferentes classes sociais, infraestrutura urbana e condições de habitação, tão discrepantes e ao mesmo tempo próximas territorialmente.

Figura 2 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife.



Fonte: RECIFE. Prefeitura; PNUD, 2005.

A orla de Boa Viagem, o bairro de Casa Forte, Graças e Afritos estão, lado a lado, com a imensa mancha vermelha das áreas empobrecidas de morros, acompanhadas das planícies e alagados representados, por exemplo, pelos bairros de Ilha Joana Bezerra, Coque, das favelas de Brasília Teimosa, João de Barros e Santo Amaro.

Figura 4 - Bairro do Pina, Recife-PE



Fonte: Jornal do Commercio, 2011.

Figura 3 – Bairro de Boa Viagem, Recife-PE



Fonte: Cruz & Sá, 2010.

No que tange ao bairro de Santo Amaro - localizado no núcleo central da cidade do Recife - os Índices de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), divulgados em 2005, colocam-no em penúltimo lugar, só perdendo para a Ilha de Joana Bezerra/São José. Seus índices de desenvolvimento humano que se equiparam aos da Mongólia, localizada na Ásia Oriental.

Tabela 2 - PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife. 2005

Cód. UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano - UDH por classe de valor do IDH 2000	IDHM 1991	IDHM 2000
IDH muito baixo			
41	AREIAS - Zeis: Caçote, Beirinha, J. Uchôa e Rio / Iraque	0,633	0,686
24	NOVA DESCOBERTA - Zeis Casa Amarela	0,621	0,682
46	BARRO - Zeis Tejípió / Pacheco e Vila dos Milagres	0,604	0,668
22	BREJOS: DA GUABIRABA e DE BEBERIBE - Zeis Casa Amarela	0,579	0,663
01	SANTO AMARO - Zeis: Santo Amaro e João de Barros	0,600	0,658
05	ILHA JOANA BEZERRA / SÃO JOSÉ - Zeis Coque	0,568	0,632

Fonte: Prefeitura do Recife, 2005.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), a população do bairro de Santo Amaro totalizava 27.939 habitantes. As residências com mais de três membros somavam 37%, sendo que 11% dos domicílios permanentes não dispõem de morador do sexo masculino. No que diz respeito aos indicadores de renda *per capita* de Santo Amaro, cerca de 52% das famílias recebem até um salário mínimo por mês, e somente 15% das famílias vivem com dois ou mais salários mínimos mensalmente.

Diante desses dados, fica claro que o bairro de Santo Amaro é marcado por um índice de desenvolvimento humano baixo, revelando uma pobreza que cerceia e impõe dificuldades à garantia dos direitos da população residente, tendo em vista que o acesso a bens e serviços nessa localidade é dificultado em decorrência das fissuras sociais presentes na malha social da cidade do Recife. Ou seja, mesmo estando no núcleo urbano da cidade do Recife, com os privilégios de uma ampla malha de serviços públicos e privados, Santo Amaro persiste na condição de bairro com maior número de indivíduos situados em favela (13.886) no ano de 2000 (RECIFE, 2005).

Desde suas origens, Santo Amaro tinha terrenos alagados, com vasta extensão de manguezais. Esse aspecto concorreu para a desvalorização do solo e refletiu na composição da população que o ocupou. A porção de terra enxuta foi historicamente apropriada pelas classes mais abastadas, restando aos negros e mestiços - que formavam a recente classe trabalhadora do século passado - as áreas menos atrativas: os manguezais e as terras alagadas (BITOUN, 2005).

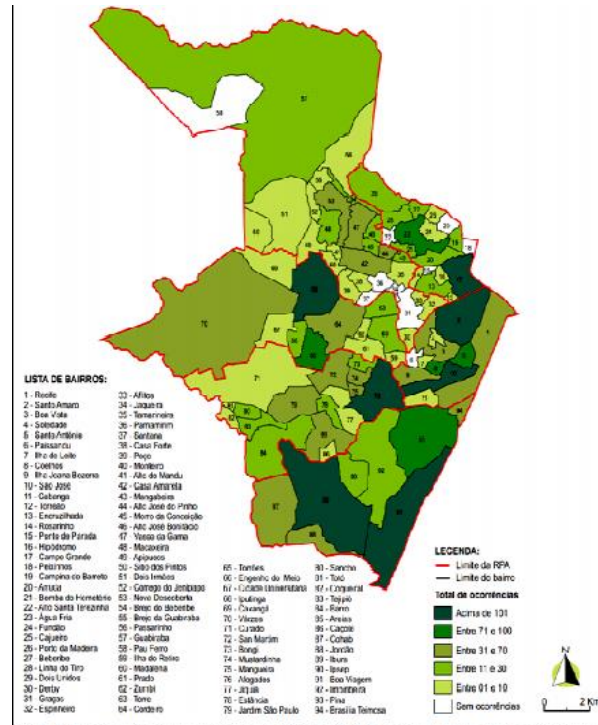
Os assentamentos pobres em ambientes tão desfavoráveis, como os mangues e terras alagáveis, contudo, não refletem um processo natural. São resultantes de questões

socioeconômicas, que ao longo da história da cidade resultaram na determinação dos lugares ocupados por homens e mulheres mais empobrecidos da sociedade recifense.

Segundo matéria do Diário de Pernambuco, do dia 05 de Setembro de 2014, na seção Viver, as experiências das mulheres usuárias de *crack*, que se prostituíam nos manguezais de Santo Amaro era um misto de vulnerabilidades e violências, somado à negação de direitos que garantam a dignidade humana. Ainda de acordo com a matéria, as mulheres que circulavam e viviam nos mangues localizados no bairro de Santo Amaro eram na maioria adultas jovens que excluir em situação de rua no próprio núcleo central da cidade do Recife.

A intensidade de ocorrências ligadas ao tráfico e/ou consumo de *crack* na cidade do Recife, no ano de 2011, nos revela que os bairros de Santo Amaro, São José, Campo Grande, Iputinga e Boa Viagem lideravam os registros de ocorrências (SOUZA, 2014). É possível perceber que não há uma concentração específica em um grupo de bairros mais próximos. O *crack* circula por todo território citadino, deixando apenas algumas poucas áreas sem registros de ocorrências. Caso façamos a comparação da figura 1, que representa os Índices de Desenvolvimento Humano do município, e a figura 5 (logo abaixo), com os índices de ocorrências notificadas de *crack* no Recife, as áreas com “baixos” e “muito baixos IDH”, são também aquelas com maiores ocorrências de *crack*, excetuando-se o bairro de Boa Viagem, que possui o melhor índice de desenvolvimento humano e também elevado índice de ocorrências de *crack*.

Figura 5 – Tráfico e uso do crack por bairro (2011-2012)



Fonte: Souza, 2014.

O *crack* ganhou ênfase e espaço nos jornais pernambucanos a partir do ano 2001. As primeiras matérias sobre a substância relatam as apreensões na cidade do Recife e em outras localidades do estado de Pernambuco. As publicações do *Diário de Pernambuco* são exemplos dos “primeiros” encontros da polícia com a venda do *crack*, como mercadoria presente no tráfico de drogas da capital pernambucana e regiões interioranas. Também naquele mesmo ano, o periódico pernambucano incluiu, durante um mês, matérias que abordavam a temática das drogas - enfatizando classificações, padrões de consumo, efeitos e tratamentos possíveis.

Figura 6 – Crack apreendido na periferia de Caruaru



Fonte: Diário de Pernambuco – 25 de jan. 2001

Figura 7 – Polícia Federal apreende cocaína e crack em Piedade



Fonte: Diário de Pernambuco – 03 de fev.2001

Como mencionado no primeiro tópico desta dissertação, o *crack* é uma substância extraída da folha de coca, “[...] sendo uma mistura de cloridrato de cocaína (em pó), bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada” (SANTOS, 2011, p. 13). Seu consumo se dá por meio de cachimbos, latas, garrafas plásticas e cigarros. Os primeiros registros de uso da substância no Brasil foram feitos em São Paulo, no ano de 1989 (DUAILIBI *et. al.*, 2008) e espalhou-se por todo território nacional. Os autores ainda afirmam, nesse estudo, que o perfil dos usuários era de homens, jovens (menos de 30 anos), com baixa escolaridade e baixo poder aquisitivo.

A cocaína, usada em determinados momentos como medicamento ou como parte da cultura das elites dos Estados Unidos, Europa e América do Sul, transformou-se em uma droga com algumas variações e transformações na composição, nos usos, produção e comercialização. A referida substância tem em seu entorno um emaranhado de violência, repressão e usos dependentes (CARVALHO; SEIBEL, 2009). Para percorrer esse cenário, faz-se necessário dialogar com as transformações do mundo contemporâneo capitalista, bem como as necessidades sócio-históricas e culturais que impactam as relações sociais.

Em meio à sociedade do consumo e a ampliação dos tentáculos do capitalismo, as drogas ganham novas dimensões nas relações sociais. Tudo é passível de ser vendido e consumido. Não foi diferente com as drogas. Tais substâncias movimentam o mercado mundial e mobilizam nações para o enfrentamento das problemáticas decorrente da interação do homem/mulher com essas substâncias. Para Zaluar (2000), além do enfrentamento dos danos decorrentes dos consumos de determinadas substâncias, há uma organização

empresarial em torno das drogas consideradas ilícitas, que não “sobrevive sem o apoio institucional das agências estatais incumbidas de combatê-los” (ZALUAR, 2000, p.22).

De acordo com a autora, o tráfico de drogas retroalimenta o aumento da violência urbana e se prolifera nos redutos com altos índices de pobreza e miséria. Nesse cenário, os grandes setores empresariais do campo da mídia criam discursos que visam criminalizar a pobreza e, principalmente, a juventude dos territórios urbanos menos abastados. Para a autora o Estado, que poderia promover e garantir o atendimento das necessidades do cidadão, nega os direitos sociais fundamentais (educação, saúde, habitação, trabalho). O contexto socioeconômico de ampliação das desigualdades alimenta-se na regressão dos direitos e na destruição do legado das conquistas históricas dos trabalhadores, em nome da defesa do mercado e do capital. Ao encolher-se em suas atribuições protetivas, o Estado propicia um terreno fértil para as parcelas mais pobres da população - jogados à própria sorte - vivenciarem e manterem envolvimento com as redes de ilegalidade. Para Zaluar (1994, p.11):

Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode, em conjugação com as falhas do Estado na criação de possibilidades de ascensão social, assim como a nova cultura hedonista que faz parte da cultura jovem, facilitar a escolha ou a adesão às subculturas de uso de drogas ilícitas.

Em meio a uma sociedade baseada no artificialismo e na naturalização das desigualdades sociais, a ampliação do consumo ou as modificações na forma de consumir algumas substâncias acompanham os regimes morais, políticos, ideológicos, culturais dos respectivos momentos históricos. Dessa forma, o uso/abuso/dependência de drogas modifica-se no desenvolvimento do processo histórico, revelando a diversidade das formas de homens/mulheres manterem relações entre si e a coletividade. Na atualidade, as leis do mercado incidem diretamente na forma como os homens/mulheres interagem com o mundo. O consumo, como forma de obtenção do prazer, atravessa todas as dimensões da vida humana. Não tem sido diferente com o contexto das drogas. Para Bauman (2007), a sociedade do consumo tem por base a busca pela satisfação dos desejos, que nunca são satisfeitos, pois o motor dessa lógica é a incansável procura pela satisfação, que nunca deve encontrar exaustão. De acordo com Bauman (2007, p. 109):

Dizer “sociedade de consumidores” é dizer mais, muito mais, do que apenas verbalizar a observação trivial de que, tendo considerado agradável o consumo, seus membros gastam a maior parte do tempo e de esforços tentando ampliar tais prazeres. É dizer, além disso, que a percepção e o tratamento de praticamente todas as partes do ambiente social e das ações

que evocam e estruturam tende a ser orientado pela “síndrome consumista” de predisposições cognitivas e avaliativas.

Em uma sociedade que o Estado abandona suas funções protetivas direcionadas aos cidadãos e amplia os subsídios para a expansão do mercado em todas as dimensões da vida e sociabilidade, o consumo torna-se a fuga e o lugar comum a todos. Desprotegidos e abandonados “à própria sorte”, grandes contingentes populacionais procuram incluir-se na lógica do mercado, seguindo os padrões veiculados pelas mídias e megaempresas. Estamos diante de um momento histórico marcado por avanços tecnológicos introduzidos mundialmente no cotidiano das pessoas, com reflexos benéficos e, contraditoriamente, nos debruçamos com as incertezas postas por esta mesma racionalidade com grande capacidade destrutiva (SANTOS, 1988).

Os lugares da pobreza e da riqueza estão marcados. Os princípios da cultura do consumo firmam-se na fluidez das relações sociais, na fragmentação da vida, na intensificação da exploração da força de trabalho e na invisibilidade e criminalização de todos aqueles que não seguem os padrões do homem, de cor branca, heterossexual, burguês, cristão e ocidental. Além disso, faz-se necessário manter a ética do trabalho para aqueles que vivem da força do trabalho. A disciplina e sobriedade são exigências engendradas pelo capital. Conforme aponta Carneiro (2005, p. 21- 22):

Se algumas substâncias são proibidas e perseguidas, outras são vendidas e exaltadas. O âmbito da liberdade humana de decisão a respeito das práticas relacionadas ao próprio corpo é determinado pelas condições históricas do sistema de reprodução mercantil do capitalismo, no qual a própria essência do mecanismo de reprodução ampliada do capital baseia-se no incentivo às formas de consumo de mercadorias baseadas num valor de uso intrínseco, mas num fetiche da forma-mercadoria que se sobrepõe a efetivas demandas sociais.

Então, as leis do mercado estão diretamente relacionadas com o aumento do consumo de determinadas substâncias, sejam elas lícitas ou ilícitas. Em contrapartida o consumo é estimulado pelo capital, pois amplia as taxas de lucro do mercado e interfere diretamente nas formas como os homens e mulheres contemporâneos estabelecem relações com as drogas. Novas drogas e formas de fabricação geram inovações no âmbito da oferta e do acesso. São criadas novas motivações para o uso/abuso/dependência de drogas (ESPÍNDOLA, 2010). Ou seja, a sociedade contemporânea estabelece o controle dos corpos, mentes e impõe padrões de comportamento que também apresentam seu recorte de estímulo ao consumo de drogas, tendo em vista que esse mercado é um nicho de lucro para o capitalismo.

Enquanto algumas drogas são estimuladas socialmente - exemplo do álcool - outras são alvo do pânico social e sensacionalismo cotidiano, incitado, principalmente pelas mídias e setores religiosos conservadores da sociedade brasileira.¹¹ Isto revela que os discursos construídos em torno das drogas não são homogêneos, tão pouco são os sujeitos que estão diretamente relacionados com algum tipo de substância lícita ou ilícita. Na realidade, é importante sinalizar que o pânico social e o sensacionalismo que contorna este universo alimentam condutas que estigmatizam e excluem os sujeitos que consomem determinadas drogas, afastando-os, muitas vezes, das possibilidades de acesso a serviços que visam o tratamento e a recuperação da saúde. Ao mesmo tempo, tais condutas de estigmatização buscam a eliminação e o silenciamento desses sujeitos, impondo-lhes a identidade de usuários de drogas como única alternativa de existência e alimentando discurso de desumanização.

Os consumos dependentes de algumas substâncias, sejam lícitas ou ilícitas, muitas vezes são representados e encarados enquanto desvios, indisciplina e comportamentos autodestrutivos. Muito desses discursos não levam em consideração que tais consumos são expressões de uma sociedade que fomenta o consumo, a barbárie humana e o descarte do indivíduo social.

O *crack* é a substância temida e “demonizada” da contemporaneidade. Os gays, leprosos, loucos e os portadores do HIV, no nosso passado recente, também foram amplamente estigmatizados e acusados de desvios morais e comportamentais. Atualmente esse posto desponta pelos usuários de *crack*, classificados como *zumbis* e destituídos, em algumas representações vigentes, de qualquer capacidade de autocontrole e de humanidade.

De fato, alguns estudos apontam os graves danos e riscos do *crack* para a saúde. Os efeitos observados do uso dessa droga são: aumento dos batimentos cardíacos e frequência respiratória, dilatação da pupila, tremores, febre, euforia, sensação de bem-estar e prazer. Contudo, com a continuidade do consumo, o resultado pode transitar pela hostilidade, ansiedade, delírios e alucinações (CASTRO NETO *et al*, 2013). Os consumos de drogas não elegem fronteiras de classe social, gênero, cor, etnia e geração. Contudo, no contexto do

¹¹ De acordo com a Associação Médica Brasileira, alguns contextos socioculturais influenciam no consumo de álcool. No Brasil, a publicidade voltada à exposição do álcool busca afetar os jovens, por meio de mensagens de prazer, poder, sucesso, beleza e riqueza. Além disso, o álcool tem sido amplamente tolerado nos mais diversos espaços sociais, inclusive quando o consumo relaciona-se aos adolescentes. Em âmbito nacional, nos últimos anos, o consumo de álcool tem sido feito pela primeira vez, em média, aos 13 anos e figura como elemento inicial da experimentação da carreira de consumo dos considerados dependentes químicos. Disponível em: http://www.sbmfc.org.br/media/file/diretrizes/02abuso_e_dependencia_de_alcool.pdf. Acesso em 19 de jul. de 2017.

crack, desde os seus primórdios nos EUA, é possível perceber a particularidade dos consumidores dessa droga.

Para Rui (2014) o usuário de crack, ao estabelecer uma relação extrema e radical com a substância, cria ambiguidades através dos seus corpos, pois perturbam sistemas de ordem, regras, disciplinas e não respeitam fronteiras. Ao transporem a ordem corporal estabelecida pelo processo civilizador, instaurado pela lógica burguesa, os usuários de *crack* tornam-se sujeitos cuja vida não é humanamente legítima, e por isso são considerados seres abjetos. Nesse contexto, tais consumos de *crack* e sujeitos abjetos, geram respostas sociais e interesses repressivos, assistenciais, midiáticos, religiosos etc., com conotações que caminham entre discursos que perpassam pela lógica do extermínio/repressão, bem como por práticas que visam o cuidado (RUI, 2014).

Mesmo havendo consideráveis avanços nos marcos legais que visam o acolhimento e tratamento dos usuários de *crack* e outras drogas¹², as expressões unilaterais e homogêneas sobre o que são as drogas e seus usos interferem e constituem discursos que estigmatizam e criminalizam o usuário. A “demonização do drogado” compõe verdades e concepções que torna os sujeitos iguais a flagelos humanos (CARNEIRO, 2002).

Conforme Souza (2016), o *crack* estabelece fronteiras de classe social, cor, gênero e geração. São os homens, desempregados, pobres, destituídos de vínculos familiares os que mais consomem cotidianamente a substância. Para o autor, o consumo dessa droga por determinados grupos e pessoas é resultado das desigualdades sociais e da reprodução das condições de pobreza e dos tratamentos sociais e jurídicos de opressão e estigmatização direcionado aos mais pobres. Souza (2016) reafirma a tese que os sujeitos que estabelecem consumos dependentes e cotidianos do crack são reflexos das históricas desigualdades sociais e raciais do Brasil, que não foram sanadas mesmo com o rompimento com as tendências sociais e econômicas escravocratas. O processo civilizatório engendrado pela burguesia no país ocasionou na reprodução social ampliada da “exclusão social” e exploração da classe trabalhadora. De acordo com Souza et. al. (2016, p. 36):

¹² Rosa e Alves (2016) analisam os consideráveis avanços no que tange às práticas de cuidado voltadas para usuários de drogas a partir da Redução de Danos, considerada estratégia e paradigma ético e político - oposto às práticas baseadas na “guerra às drogas” e proibições compulsórias do consumo de drogas, sem levar em consideração os desejos, necessidades e experiências dos usuários - no campo das políticas públicas, com maior ênfase sobre a saúde. Segundo as autoras, a “lei nº 10.216 (Reforma Psiquiátrica), a política de Redução de Danos e outras medidas referentes às políticas públicas brasileiras de saúde mental/drogas representam avanços no campo da legislação e, também, no sentido de humanizar e redirecionar a assistência, evidenciando o/ a usuário/a como sujeito de direitos (p. 445)”.

A esmagadora maioria dos usuários autodestrutivos do crack é construída socialmente pelo seu abandono secular e pela experiência de humilhação cotidiana que ela implica. A violência peculiar dessa droga é uma resposta a esse abandono e humilhação.

No universo de consumo das drogas ilícitas as expressões das desigualdades de classes estão presentes inclusive no modo como se opera o acesso e as redes de sociabilidade do consumidor:

[...] nos circuitos de classe média e de elite, é muito comum que o consumo de drogas ilícitas esteja em boa parte desvinculado, como relação social, do tráfico profissional. Assim, o consumo não passa pela vinculação com a violência que o caracteriza internamente, ou em suas relações com a polícia. A moça publicitária que trabalha na Berrini quer fumar um baseado no final de semana, compra alguns gramas de seu amigo, que não vive disso, mas que comprou um pouco de outro amigo para dividir com conhecidos. Esse tem o contato de alguém que conseguiu uma boa quantidade, fez um telefonema e recebeu um pouco em casa, ou passou de carro rapidamente por alguma biqueira. Quem enviou a encomenda, ou quem trabalha na biqueira, sim faz algum dinheiro com o tráfico. E quem os chefia faz um pouco mais. E assim por diante. [...] Não é assim, definitivamente, que a droga ilícita é percebida nos bairros das periferias, onde ela é igualmente consumida. Até porque não são os mesmos circuitos que operam sua distribuição. Não é, tampouco, da mesma forma que se vivencia, nestes bairros, a experiência ampla que conforma o universo de relações com o “mundo das drogas”. Ali, se um adolescente fuma maconha nos finais de semana, é quase certo que suas relações sociais vão passar diretamente por pessoas que vivem, ou obtêm parte significativa da sua renda, do tráfico de drogas. Mais do que isso, é quase certo que estas relações sociais estarão marcadas pela violência – dos traficantes, dos indivíduos vinculados a eles, que participam de outras atividades criminosas, de dependentes e, principalmente, da polícia. [...] (RUI, 2014, p. 25 apud FELTRAN, 2008, p. 121 -122)

As violências e vulnerabilidades que envolvem os usuários de *crack* também foram abordadas por Carvalho e Seibel (2009). Para os autores, os dados demonstraram que o consumo do crack está intimamente ligado aos fatores de riscos relacionados às doenças sexualmente transmissíveis, bem como aos contextos que envolvem a violência. Ao tomar os pontos de vistas dos consumidores, levando em consideração suas falas e experiências, os autores concluíram que a violência faz parte do cotidiano da maioria dos usuários entrevistados - dos 297 entrevistados, 288 (97%). A violência, então, foi definida como atos que envolvem agressões físicas, verbais, roubos, furtos, ameaças e mortes direcionadas a si e/ou a outrem.

No que tange as vulnerabilidades relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis, alguns estudos apontam que a prostituição como forma de obter o consumo, está diretamente

relacionada aos índices de contaminação pelo HIV. Até o início dos anos 2000, as mulheres não eram facilmente identificadas nas pesquisadas realizadas (NAPPO *et. al.*, 2004). Contudo, o cenário tem revelado a presença constante de mulheres em uma relação dependente e permanente com a substância. Mesmo havendo o reconhecimento de maior incidência de consumo de crack – dentre outras drogas lícitas e ilícitas – pelos homens, bem como do envolvimento destes na violência urbana e tráfico de drogas, a ampliação do consumo de drogas por mulheres, também deve ser levado em consideração para pensarmos as particularidades e desigualdades de gênero no referido fenômeno (LINS, 2011; MACÊDO, 2011). As mulheres, na relação com as drogas, também apresentam riscos específicos, diretamente associados aos constructos do gênero que fazem parte.

A prostituição, as diversas violências, encarceramento feminino, a pobreza vivenciada pelas mulheres, maternidade no contexto do consumo de drogas e ampla exposição às doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) são elementos relevantes para elucidar a relação entre as mulheres e as drogas (LINS, 2009). Nessa seara, algumas produções têm realizado estudos que reconhecem o elemento do gênero, bem como da cor, classe social e origem, como referências primordiais para a compreensão dos contextos relacionados a esse universo (SILVA, 2000; NAPPO, 2004; LINS 2011; MORAES, *et. al.*, 2011; AGUIAR, 2014). Tais estudos confirmam que os desdobramentos da relação de homens e mulheres com a substância revelam-se de maneira distinta. Ou seja, o fenômeno das drogas possui marcas de gênero, bem como classe social e cor.

O estudo “Vulnerabilidade de usuários de crack ao HIV e outras doenças transmissíveis: estudo sócio-comportamental e de prevalência no Estado de Pernambuco” (2016), descreve a situação das mulheres usuárias de crack no Estado de Pernambuco. Os dados foram coletados através do Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e Seus Familiares (Programa ATITUDE) da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas de Pernambuco, ou seja, o acesso aos pesquisados se deu pela mediação do programa. As mulheres são mais jovens (27,3 anos) do que os homens (29,7) e têm mais filhos e menor nível de escolarização, considerando-se a inserção no ensino médio (13,6% mulheres versus 21,6% homens). No que tange à prostituição, as mulheres também lideram os índices (21,4% versus 2,4%), “[...] apontando para uma situação mais crítica em relação à vulnerabilidade para violência e infecção pelo HIV e outras DST” (SANTOS, *et. al.*, 2016, p. 21).

A relação drogas – prostituição, como evidencia o estudo, não aparece nas vivências de todas as mulheres que usam crack, mas é um aspecto relevante, segundo os dados. Para Silva (2000), a relação entre uso de drogas e prostituição, forjada por um pensamento

moralista e conservador, ao longo do tempo buscou responsabilizar as prostitutas pelas causas das dependências, desvios e doenças. No transcorrer do processo histórico alguns espaços foram marcados como zonas de perigos, onde residem os comportamentos e costumes dos mais pobres e pauperizados. Para Foucault (1978, p. 24), as cidades, a partir do século XVIII, estavam comprometidas em “[...] eliminar o que era perigoso nelas, separar a boa circulação da má, maximizar a boa circulação diminuindo a má.”

Deste ponto em diante, continuaremos nosso debate tentando definir a prostituição das mulheres no passado e no presente, buscando na bibliografia específica definições e controvérsias. Além disso, faz-se necessário criar aproximações como o fenômeno na cidade do Recife. Nesse sentido, partimos da compreensão de que a relação prostituição, drogas e mulheres encontra-se de uma maneira singular no cotidiano da capital pernambucana, tendo em vista os expressivos contrastes da cidade. Essas relações (crack-mulheres-prostituição), não é fruto da essência dos comportamentos considerados desviantes, ou de uma natureza feminina. Mas revelam constructos culturais e sociais de exclusão e extremo controle sobre determinados sujeitos e sobre os espaços que eles habitam. Por outro lado, configura um processo de lutas dos desviantes, não-sujeitos, não-cidadãos, em meio à necessidade de sobrevivência. Nesse sentido, ao construírem significados e identidades com o lugar, as mulheres estão em meio a uma rede de sociabilidades conflitivas e contraditórias.

São as mulheres que se prostituem e consomem *crack*, no cotidiano da Avenida Artur de Lima Cavalcanti, que elaboram significados e sentidos para esse espaço. E inclusive, nomeiam o lugar (Chupa-chupa). Os controles sobre os corpos, comportamentos e desejos, que excluem os abjetos, não cidadãos e não humanos, bem como definem o lugar dos sujeitos, não os eliminam. Vale salientar que a relação entre prostituição, drogas e as mulheres não é um fenômeno “dado pela natureza” ou reflexo da essência dos comportamentos de algumas mulheres, tão pouco é fruto das diferenças sexuais observadas e interpretadas como sendo do universo feminino. Tais fenômenos são continuamente moldados no tempo e no espaço. Dessa forma, continuaremos o debate lançando reflexões sobre a prostituição no nosso passado e presente, no sentido de nos aproximarmos das realidades materiais e simbólicas das mulheres que são os sujeitos desta pesquisa.

3 PROSTITUIÇÃO: MULHERES, ENTRE O LAR E A RUA NA CIDADE DO RECIFE.

A prostituição é definida como a oferta de serviços sexuais em troca de dinheiro, bens materiais ou de uso. Uma das formas de pagamento usadas como moeda constitui-se na troca do sexo pelas drogas, no caso dos indivíduos que se prostituem para dispor de substâncias ilícitas ou lícitas. São serviços que visam à satisfação sexual do cliente, e cuja relação entre consumidor e prestador de serviços é rompida após o término das relações sexuais. É óbvio que esta definição exclui outras formas de exercício dos serviços sexuais, e os vários contornos de relações entre clientes e prostitutas (BLANCHETTE; DA SILVA, 2007).

Mediante as transformações no âmbito sociocultural, a prostituição, na contemporaneidade, ganha novas condições e papéis, tendo em vista que no capitalismo monopolista o lugar da mulher, a objetificação do corpo feminino e o lugar que as prostitutas ocupam na escala do trabalho informal imprimem novos valores simbólicos. Ao mesmo tempo, contribuem para intensificar estigmas e fortalecer violências contra aqueles que veem nessa prática um meio de vida e de satisfação das suas necessidades mais básicas.

A prostituição feminina na contemporaneidade faz parte de uma indústria marcada pela diversidade dos serviços sexuais, que cresce em aspectos de sua complexidade. São várias as formas de produção nesse mercado: pornografia, linhas telefônicas eróticas, cinemas, motéis, bordéis, boates, casas de massagem, serviços de acompanhantes, dentre outras (PISCITELLI, 2013). Além disso, tudo se torna objeto de mercado, passível de ser vendido ou comprado. Referimo-nos, nesse aspecto, aos tempos marcados pelo “prazer fugaz” através do consumo, fluidez das relações humanas, e do imediatismo dos desejos em épocas onde as barreiras do tempo e do espaço parecem não existir (BAUMAN, 2010).

De acordo com Silva (2004), a prostituição é dividida em algumas modalidades e está presente na maioria das cidades, sendo visível, principalmente, no período noturno. Sob esse ângulo, a prostituição de rua é a clássica venda de sexo em troca de dinheiro. Nas ruas, geralmente, as prostitutas abordam os transeuntes, com o objetivo de ofertar o sexo. Por outro lado, há a prostituição de boates e casas de massagem, que mesclam a oferta do sexo, com as festas regadas por bebidas e outras drogas.

Essas últimas são lugares de declarada venda de fantasias sexuais, nas quais o entretenimento é o centro das atividades oferecidas. Ainda nessa perspectiva, jornais e internet também são utilizados para propagandear o sexo para fins mercantis. São inúmeros os

sites e jornais que apresentam verdadeiros catálogos de corpos e serviços com fins de prostituição. As propagandas se voltam para apresentar os atributos corpóreos das mulheres, enfatizando a cor, altura, formas corporais, níveis de escolaridade etc. Entre a prostituição via anúncios de jornais e de internet e aquela das boates e casas de massagem, há realidades abismais, em termos de valores cobrados, lugares escolhidos para a prostituição, condições materiais de sobrevivência, dentre outros aspectos.

Dessa forma, não se trata de um tipo de serviço que se manteve deslocado da dinâmica das relações de capital e trabalho. O capitalismo, em toda sua complexidade, engendrou também os serviços adstritos a esta modalidade de trabalho, tão eivada de mitos, preconceitos e estereótipos.

No Brasil, os discursos dominantes em torno da prostituição, tradicionalmente, alimentam posturas que criminalizam os sujeitos envolvidos na oferta desse serviço. O tema é permeado por discursos que fortalecem concepções de que a prática do sexo por dinheiro é algo degradante, amoral e que fere a integridade feminina. Tais concepções têm sua raiz no conjunto de valores cristãos, no qual o corpo feminino deve ser controlado e restrito à procriação. Tal postura busca a regulação e a administração da sexualidade feminina, e também da forma de exercê-la (FOUCAULT, 1993).

Mesmo assim, os valores simbólicos que permeiam essa prática continuam pautados pelas concepções mais abjetas possíveis. Em contrapartida, possuímos uma sociedade que utiliza as principais mídias para a venda de imagens da “autêntica mulher brasileira”. Esse imaginário em torno das “mulheres tropicais” que aqui vivem consolida uma verdadeira indústria sexual, procurada e conhecida internacionalmente. Essa realidade encontra-se articulada com problemáticas complexas, como, por exemplo: o turismo sexual que afeta crianças e adolescentes, bem como o tráfico de pessoas. A este aspecto, ressalte-se também os discursos em torno do belo, da performance e das formas corpóreas. A beleza do corpo é fabricada por discursos que se presentificam nas práticas. Esse aspecto retroalimenta os altos índices das cirurgias plásticas, o que não significa dizer que a estética esteja visceralmente relacionada com a prostituição.¹³ Mídias e estética interagem com a prostituição, em processos de extrema complexidade, e que vão além da tradicional figura feminina urbana, estereotipada, sob a imagem da figura parada no poste, de poucas vestes e rodando a bolsinha pequena.

¹³ Segundo a Sociedade Internacional de Cirurgia Estética (Isaps), o Brasil liderou ranking de cirurgias plásticas no mundo no ano de 2013. Os dados apontaram que o país em um ano realizou 1,49 milhão de cirurgias estéticas (12,4% do total mundial). Disponível em : <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/07/brasil-se-torna-pela-primeira-vez-lider-em-cirurgias-plasticas-diz-organizacao.html>. Acesso em: 12 de mai. 2016.

Apesar das consideráveis melhorias nos marcadores socioeconômicos, entre homens e mulheres no Brasil, os serviços sexuais ainda são predominantemente exercidos por mulheres. O gênero continua sendo bastante significativo na definição das atividades/profissões, de quem as pratica e de como devem exercê-las (BLANCHETTE; DA SILVA, 2007). As mulheres continuam ainda hoje inseridas em profissões com baixos salários, em diversas jornadas de tarefas, no mercado de trabalho informal e nas atividades mais precárias. Além dos aspectos relacionados ao trabalho, as mulheres vivenciam os riscos cotidianos da violência e das diversas opressões perpetradas nos espaços públicos e privados. Esse panorama macroestrutural define e possibilita moldar a realidade adusta das mulheres no Brasil contemporâneo.

Assim sendo, mesmo existindo verdadeiros avanços em torno da condição das mulheres e de seus direitos, estamos nos referindo a uma sociedade na qual persistem marcas profundas de conservadorismo e patriarcalismo, desenvolvendo no cotidiano as hierarquias e opressões nas relações sociais de gênero.¹⁴ Para pensarmos a prostituição brasileira, não podemos nos esquivar das particularidades de ser mulher em uma sociedade localizada na América Latina, que fundou em seu pensamento social e histórico discursos ideológicos de que no Brasil não existem preconceitos com as cores da pele dos indivíduos (nomeada pelos movimentos sociais e setores da academia como “mito da democracia racial”). Além disso, é importante situar os ganhos no que tange aos direitos fundamentais nos marcos legais. Considere-se, entretanto, o difícil dilema que tem sido a implementação desses avanços em uma sociedade que fomenta a barbárie e o descarte do indivíduo social. Nesse contexto, a prostituição é um elemento que nos faz perceber a histórica “coisificação” e “objetificação” do corpo e dos serviços sexuais da mulher brasileira em meio a um padrão societário onde tudo é descartável, volátil, fugaz.

Veremos a seguir, que a prostituição não se manteve homogênea no tempo e no espaço e existe, enquanto atividade mercantil, desde tempos imemoriais.

¹⁴Segundo Saffioti (2004), o patriarcado seria uma forma de exercício da dominação masculina. Possui como pano de fundo as relações de gênero desiguais e o modo capitalista de produção e reprodução da vida humana. Fomenta e constrói a subordinação naturalizada na qual as mulheres tornam-se parte crucial da manutenção da hegemonia do macho nas relações de gênero tanto nos espaços públicos como nos privados. Enquanto estrutura de poder no capitalismo, o patriarcado é a expressão da contradição de uma sociedade de classes que explora e domina setores amplos da população. Essa ordem patriarcal, portanto, naturaliza e perpetua a exploração e dominação das mulheres, normatizando os espaços que estas devem ocupar. Vale salientar que o reconhecimento do patriarcado, enquanto conceito relevante para dimensionar a situação das mulheres no capitalismo, contribuiu para a desconstrução da naturalização das opressões vividas pelo sujeito feminino.

3.1. Prostituição no Brasil: uma longa história

A prostituição é considerada uma das atividades mais antigas da humanidade. De fato, diversos são os registros históricos, nos variados tempos e espaços que reafirmam a presença da prostituição nas antigas sociedades, inclusive com representações plurais, muitas vezes, opostas aos significados vigentes na sociabilidade ocidental atual. Isso significa que cada sociedade atribuiu à prostituição um estatuto social imbuído de normas, sanções, regras, limites e possibilidades. Segundo Lagenest (1973, p. 17), o que caracteriza a prostituição é a venda de fantasias sexuais sem que ocorra o envolvimento do amor e, nesse sentido, afirma:

Com maiores ou menores formas, maiores ou menores artifícios, trata-se, de fato, de um mundo que se vende em leilão. Que se vende para jogos sexuais. Sem amor. Pois são estes os elementos comuns a todas as prostitutas (LAGENEST, 1973, p. 18).

Ao longo do tempo, a prostituição foi alvo de controvérsias, estigmas e preconceitos, que perduram ou se (re)afirmam ainda hoje no imaginário social. Tratadas como imorais, indecentes, desviantes e marginais, as prostitutas são culpabilizadas pelas condições que vivem e pelas “escolhas” que fazem. Contudo, há de se ressaltar que tal fenômeno é complexo e multifacetado. A questão econômica é uma das justificativas que comumente perpassam o fenômeno da prostituição. Entretanto, os perfis das prostitutas são tão diferentes quanto às explicações sobre as escolhas e caminhos trilhados.

Com certa frequência, a prostituição toma espaço nas mídias. Hilda Furacão¹⁵, prostituta de luxo no Rio de Janeiro dos anos 1930, teve sua história encenada em uma minissérie da tevê Globo; Bruna Surfistinha¹⁶ apareceu nas telas de cinema em 2010, sob a forma da “prostituta bem sucedida”; Tereza Batista “cansada de guerra”, personagem da

¹⁵ Hilda Valentin, conhecida como Hilda Furacão foi tema de minissérie televisionada pela TV Globo em 1998. A narrativa buscou retratar a juventude da famosa prostituta que ganhou fama nas zonas boêmias de Belo Horizonte entre os anos 1950/60. Antes da vida na prostituição, Hilda desfrutava da vida em meio aos padrões da alta sociedade de Belo Horizonte. Contudo, quando jovem decidiu torna-se prostituta e morar na principal vila boemia da cidade. Foi descrita como uma mulher que encantava e seduzia os homens e exerceu influência nos meios políticos e religiosos da região. Ao conhecer o jogador Paulo Valentin, casou-se e constituiu família.

¹⁶ Raquel Pacheco, conhecida como Bruna Surfistinha, tem sido o exemplo da prostituta dos nossos tempos que teve sua história interpretada em filme e minissérie, após seu blog ganhar visibilidade nas redes sociais. Relatou nos meios virtuais e posteriormente em livros, as experiências em meio a prostituição na cidade de São Paulo. Em um dos muitos relatos, Bruna referiu fazer consumo de drogas sintéticas e realizar até cinco relações sexuais com homens diferentes. Atualmente, dedica-se a profissão de DJ

literatura, saiu das mãos de Jorge Amado¹⁷ para povoar as mentes dos seus leitores. Bruna Surfista, o exemplo da prostituta dos nossos tempos, teve sua história interpretada em filme e minissérie, após seu blog ganhar visibilidade nas redes sociais. Dona Beija¹⁸ foi tema de novela na extinta Manchete, no ano de 1986. A narrativa centra-se na vida de uma cortesã que obteve ganhos e posses nos tempos do Brasil Império. Ao mesmo tempo em que influenciava a vida política na região de Araxá, escandalizou as elites conservadoras ao fundar uma Chácara voltada para a prostituição. No caso de Pernambuco, a casa de Odete despontou em algumas matérias de jornais que visavam relatar a frequência da elite masculina local num dos principais prostíbulos da cidade.¹⁹ De fato são muitas histórias. Esses exemplos revelam representações em torno da prostituição com imagens ambíguas e heterogêneas.

Muitas foram as narrativas sobre prostitutas e as formas como elas exerciam sua sexualidade ao longo do tempo. Dentre as personagens citadas, algumas tiveram trajetórias de “glamour” e luxo através da atividade que exerciam, mas outras não tiveram a mesma sorte. Algumas foram à expressão da miséria, pobreza e violência, enquanto outras tiveram a possibilidade da “escolha”. Portanto, o cenário da prostituição feminina está longe de ser homogêneo.

O crescimento pela procura dos serviços sexuais através do mercado do sexo tem em suas bases uma sociedade moldada pelo consumo frenético, norteador das práticas e costumes. Nestes tempos de liquidez nas relações humanas, a individualização é uma realidade norteadora da forma como nos relacionamos com o mundo e com o outro (BAUMAN, 2001). Somam-se a essa fluidez e individualização das relações sociais, as novas tecnologias da comunicação que possibilitam o contato e ampliam o desejo, pois a interação pode ser feita através de longas distâncias, na segurança da casa, trabalho, do carro etc.

Neste cenário, as fantasias são aguçadas a tal ponto que a diversidade de serviços que visam garantir sua oferta são inúmeras. No que tange aos serviços sexuais, a diversidade

¹⁷ Tereza Batista é um romance publicado em 1972 pelo autor baiano Jorge Amado, que retratou a vida de uma mulher obrigada a se prostituir para sobreviver. Com a ausência dos pais, por morte precoce, viveu com uma tia que a vendeu para um homem mais velho com predileções por jovens mulheres. Foi estuprada e vitimada por diversas violências. Logo após matar seu opressor, casou-se e viveu por um breve tempo sem maiores transtornos. Contudo, após a morte do marido, ficou sem guarida e foi forçada a viver na prostituição como forma de garantir a sobrevivência.

¹⁸ A narrativa centra-se na vida de uma cortesã que obteve ganhos e posses nos tempos do Brasil Império. Ao mesmo tempo em que influenciava a vida política na região de Araxá, escandalizou as elites conservadoras ao fundar uma Chácara voltada para a prostituição

¹⁹ Odete Ferreira de Miranda tornou-se conhecida na Região Metropolitana de Recife através das inúmeras apreensões e processos respondidos, que possuem relações com a oferta e exploração da prostituição de mulheres e crianças. Tornou-se dona de bares e boates frequentados pela elite masculina da região, mas nega que tenha envolvimento com a prostituição, principalmente no contexto de lucrar com tal prática. Após os inúmeros escândalos envolvendo seu nome, Odete tornou-se uma figura que permanece no imaginário social como símbolo da prostituição local.

extrapola as enumerações possíveis nesse texto. A prostituição entra neste cenário contemporâneo de fluidez dos desejos através do consumo e de ampla heterogeneidade do exercício da sexualidade. Mesmo havendo um aumento da oferta e da demanda no mercado mundial dos serviços sexuais, a prostituição no Brasil, como atividade econômica, está relegada socialmente à imoralidade e à desqualificação dos sujeitos que a exercem. De acordo com Rodrigues (2009, p. 126):

Por fim, as representações sociais que depreciam e desqualificam as/os profissionais do sexo podem ser lidas como expressão de mecanismos de projeção. Os sujeitos projetam para as/os profissionais do sexo o que sentem como tendo de sujo, podre e destrutivo, liberando-se de se defrontarem com determinados aspectos de si próprios. Nesse sentido, as/os profissionais do sexo constituem um campo não apenas para as necessidades e fantasias sexuais do outro, mas também um “saco de pancada” para a sociedade e, em especial, para os sujeitos com rígidos padrões morais, religiosos e ideológicos, que propõem a exclusão e o aniquilamento de “partes” que entendem corrompidas, perturbadas e perturbadoras do contexto social.

As nossas mídias, exaustivamente, apresentam a “autêntica mulher brasileira”, invejada internacionalmente por seu padrão de beleza “exótico” e “tropical”. De acordo com Lucena (2010, p. 65), as mulheres brasileiras contemporâneas são alvos da medicalização, estresse e subalternidade que estão refletidas nos mitos dos padrões estéticos e da eterna juventude:

Os lucros e o poder do complexo médico-industrial e da beleza, são, então, reforçados por aquelas que têm poder aquisitivo para ser cobaias de processos de mutilação cirúrgica, escultura via siliconagem e dos métodos contraceptivos da moda. Muitas das que podem pagar o custo do acesso aos padrões mutantes de beleza, da eterna juventude, inutilmente lutam para se assemelhar aos mitos de plantão [...]. Trata-se da ditadura de seguir as regras (inalcançáveis) do corpo ideal, da moda descartável e supérfluo do consumismo capitalista.

Além do mais, nossa imagem continua com os resquícios da “Casa Grande e Senzala”²⁰, pois nos orgulhamos do discurso de que vivemos em uma sociedade livre dos preconceitos de toda ordem, e da harmonia típica dessas terras. Além disso, deve-se ressaltar

²⁰ Livro do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, publicado pela primeira vez em 1933. Nesse livro, o autor retrata a relação entre a Casa Grande e a Senzala e como tais relações fizeram parte da formação social e cultural brasileira. Com esta obra, o Brasil foi discutido a partir da composição diversa e desigual da população desde suas origens. A Casa Grande, segundo Freyre, é símbolo da organização social e política do Brasil rural e patriarcal. Dentre as diversas contribuições da obra, fica evidente que o autor enfrenta os discursos que argumentavam uma suposta inferioridade do brasileiro pela miscigenação do povo.

também o fato de que em nossa sociedade, notadamente no Nordeste, ainda há situações em que a mulher é vista e tida como posse do homem, o que se configura como um panorama bastante hostil para a emancipação das mulheres.²¹ Esses aspectos constituem uma representação estereotipada do universo feminino no Brasil: a mulher fácil, que cumpre seu papel para a harmonia da sociedade com a satisfação do macho, dócil, disposta à venda sem grandes problemas.

Para Dolores Juliano (2005), a condição histórica de estigmatização relegada à prostituição feminina tem em suas bases os marcadores sociais de classe social e cor de pele, tendo em vista que no imaginário social, e na ampla maioria de quem exerce esses serviços estão as marcas da pobreza, e das mulheres que fogem ao padrão da cor socialmente aceita. Além disso, a forte discriminação das prostitutas está articulada com os papéis de gênero hegemônicos em nossa sociedade, ou seja, os modelos em torno do que seria o homem e a mulher são geradores de sanções e expectativas.

Os debates sobre a prostituição continuam envolvidos de controvérsias e centrados em discursos que, por vezes, recaem em paradigmas monocausais, binários e essencializados. Na arena dos debates dos diversos movimentos feministas, um dos posicionamentos refere-se à defesa da regulamentação da prostituição como atividade passível de reconhecimento enquanto categoria ocupacional. Algumas concepções afirmam que a prostituição é uma forma de submissão da mulher aos padrões hegemônicos do poder masculino. Dessa forma, os espaços de debates tanto dos movimentos sociais, bem como dos centros acadêmicos, refletem os poucos consensos nas buscas pela definição da prostituição. Para Piscitelli (2005, p. 13-14):

As percepções sobre a prostituição em um e outro extremo são diversificadas. Num deles, a vinculação das mulheres com o sexo é percebida como a raiz de sua opressão e abuso. Assim, a prostituição é vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais é percebida como inerentemente vítima de violência. Nessa visão, a prostituta é um objeto sexual, um ser passivo e carente de poder. No outro pólo, há posições que, ao contrário, consideram a vinculação das mulheres com o sexo a fonte de seu maior poder. Assim, a prostituta seria um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres.

²¹ Algumas pesquisas apontam que o Nordeste brasileiro continua liderando os índices de violências e homicídios de mulheres. Vários fatores motivam os atos violentos de homens contra as mulheres, dentre eles, a virilidade, defesa da honra ciúmes, etc (SANTIAGO e COELHO, 2010). Tais características estão impregnadas pela noção da mulher enquanto posse e objeto pertencente aos domínios dos homens. Esses valores são encontrados nos primórdios da história das relações sociais brasileiras.

Segundo Silva (2012), a partir de 1990, houve um fortalecimento dos debates a favor da positivação da prostituição enquanto atividade ocupacional. Esse momento demarca a elaboração da PL 98/2003, que preconiza a descriminalização e liberalização da atividade para fins de entretenimento e turismo sexual no Brasil. No que tange a essa perspectiva, a autora defende que a positivação da prostituição está alinhada ao atual cenário de recrudescimento do neoliberalismo que impõe como medida a mercantilização da vida. De acordo com as reflexões de Silva (2012, p. 20 - 21):

No fundamental a proposta de positivação está presa ao horizonte da manutenção de uma sexualidade que absolutiza a satisfação dos desejos de outrem, em geral do homem consumidor e a da satisfação dos imperativos do mercado; assim, a prostituição seguia sendo a legitimação do direito masculino de acesso irrestrito ao corpo das mulheres não pela conquista, mas pela mediação do dinheiro. A positivação representa, portanto uma adaptação da moral burguesa aos imperativos do capital, dentro de seus próprios limites. Mais do que não representar uma posição progressiva, a positivação demonstrou representar um aprofundamento das relações mercantilizadas entre os indivíduos, na qual a mulher permanece com status rebaixado de coisa.

Em outra direção, Santana et. al. (2013) afirmam que a prostituição e todas as lutas engendradas pelas prostitutas no Brasil e no mundo - por movimentos organizados - são reflexos de um momento histórico de profundas lutas em torno das liberdades sexuais das mulheres. Afirma ainda que os avanços científicos atrelados às mudanças da moral sexual repercutiram nos espaços e nas visibilidades disputadas por movimentos organizados em torno das pautas dos Direitos Humanos. Dessa forma, dizem:

De um modo geral, o movimento de organização coletiva das prostitutas em seus diferentes momentos e contextos se unificou através de uma reivindicação comum, qual seja, o reconhecimento da prostituição como uma atividade profissional legítima. A própria mudança do nome “prostituta” para “trabalhadora do sexo” marcou uma ação e um desejo de serem reconhecidas como cidadãs e de buscarem uma saída para se livrar do peso do estigma que porta a imagem da prostituta. Com esse movimento, as prostitutas buscavam, sobretudo, recusar a identidade de mulher degenerada ou de vítima da sociedade e se recolocarem socialmente como mulheres trabalhadoras e donas de seu próprio destino. Ou seja, mulheres livres, capazes de escolher, de se organizar, e de exercer sua sexualidade e sua profissão de forma autônoma (SANTANA et al., 2013, p. 97).

Mesmo a prostituição constituindo uma arena em disputa, tem sido perceptível a ampliação e avanços das produções que versam sobre o fenômeno. De acordo com Lagenest (1973) os motivos da entrada na prostituição, busca traçar o perfil psicológico e moral das

mulheres, e enfatiza as transformações econômicas e políticas que incidem diretamente na atividade. Suas conclusões estão alinhadas a concepções que perduram no imaginário social brasileiro e transcorrem através do tempo e do espaço na história do Brasil: a prostituição é encarada pelo autor como uma mazela, necessitando ser enfrentada como um problema social que necessita de medidas para reintegrar a mulher na sociedade (LAGENEST, 1973, p 18).

A partir dos anos 1990, de acordo com as reflexões de Nunes (2015), outras perspectivas surgem como forma de responder às necessidades de explicações da condição da mulher prostituta e das definições da atividade. O mercado internacional do sexo e o fluxo de imigração das mulheres brasileiras para outros países tornou-se um campo para os debates das identidades e do exercício do sexo como mercadoria (PISCITELLI, 2005; SILVA, 2007). Além disso, a prostituição foi tematizada de forma interseccionada com as dimensões do gênero e da sexualidade. Tais categorias, portanto, são colocadas no cerne do debate para pensar as definições e o cotidiano das prostitutas e dos espaços que ocupam no cenário brasileiro e internacional (NUNES, 2015).

De acordo com Priori (2005), Rago (2014) e Carmo (2011), a prostituição esteve presente na história do Brasil desde o período colonial, influenciando os espaços públicos e privados e as representações e práticas em torno dos homens e das mulheres. Para essas produções, a prostituição brasileira remonta ao período colonial. De acordo com tais análises, durante o Brasil escravista, há registro de escravas que eram postas na condição de prostitutas, constituindo-se em uma das muitas modalidades nomeada conforme a historiografia como “negras de ganho”. Todavia, mesmo estas, ressalte-se, não possuíam fins e formas homogêneas. Nesse momento histórico, são ressaltadas as deliberadas violências sexuais e físicas que foram perpetradas contra as mulheres, consideradas objetos/peças dos senhores (NUNES, 2015).

Segundo Freyre (2010), as relações extraconjugais entre senhor e escravas propiciaram a constituição de profundas diferenças entre os regimes escravistas existentes no Brasil e nos EUA. Essas relações, em parte decorrentes de estupros, favoreceram, para muitas escravas, a saída da senzala e a ida para a casa grande, mesmo que numa condição subalterna. Esse aspecto, evidentemente, garantiu a perpetuação da família patriarcal colonial, e impôs também a subalternidade no âmbito familiar para as senhoras, esposas dos senhores de escravos. Para estas, restava à obediência aos mandos do marido, pai, tio e irmão. Além disso tal lógica de dominação sob as mulheres, impôs limites inclusive para o exercício da vida pública. Um dito da época ilustra bastante a condição de reclusão das senhoras no mundo doméstico. Elas só poderiam sair da casa grande em três ocasiões: para o batismo, o casamento e a morte. Ou

seja, as mulheres “virtuosas” deveriam ser resguardadas ao lar, nos papéis de esposa, mãe e filha.

Como fruto do sistema colonial, muitos foram os mestiços nascidos das escravas e dos senhores das casas grandes. A utilização das escravas como uma espécie de “outra mulher” para serviços sexuais, portanto, não era algo velado. O nascimento dos filhos dos senhores com as escravas era um dado comum e amplamente conhecido como parte dos costumes da sociedade colonial.

Para Freyre (2010), foi o mestiço – fruto da relação entre escravas e senhores – que garantiu o abrandamento dos conflitos entre os mesmos. Contudo, é importante salientar que essa visão, por vezes romântica, da relação entre senhores e escravos, oculta a naturalização do lugar da escrava, que em muitas ocasiões eram utilizadas para fins sexuais por meio de violências diversas. O sistema colonial, nesse sentido, tinha como referencial a ordem masculina hegemônica, forjada pela lógica do sexo biológico (principal referencial para a divisão dos papéis sociais exercidos por homens e mulheres). Nesse sentido, as representações em torno das mulheres baseavam-se em dois núcleos: a mulher da casa e a da rua.

A prostituição, até meados do século XIX, foi tolerada e assistida pela Igreja Católica, principal instituição zeladora da moral e fiscalizadora das condutas sexuais da população (PRIORI, 2005). Concebida como prática pecaminosa, a prostituição era tolerada quando significava a garantia da sobrevivência das mulheres. Nesse sentido, a pobreza sendo justificativa para a entrada das mulheres na atividade da prostituição seria tolerada e compreendida pela Igreja. Segundo Carmo (2011, p. 72-73), a “[...] Igreja fazia vista grossa ao ato do meretrício, desde que fosse para aplacar a pobreza, buscando uma sobrevivência material mais digna. O exercício do meretrício era considerado um trabalho que deveria ser realizado produtivamente, mas sem prazer”. A prostituição deveria ser realizada com objetivo de superar as dificuldades financeiras, e nunca como uma escolha. Desse modo, para as mulheres, o prazer era vedado, enquanto para os homens a satisfação dos desejos sexuais era o objetivo para a procura pela prostituição.

Segundo Carmo (2011) as práticas sexuais dissidentes das mulheres e dos homens da colônia eram amplamente motivos de discursos e de expiação da Igreja Católica. A homossexualidade, o meretrício, a sodomia e o adultério foram temas de interesse recorrentes dos representantes religiosos no Brasil. A classificação das mulheres entre prostitutas ou virtuosas percorria a vida cotidiana do Brasil colônia. Mulheres solteiras, abandonadas com filhos frutos de uniões não maritais eram consideradas de “vida pública” e sofriam toda a carga de preconceitos e estigmas pelos modos de vida e medidas para a sobrevivência que

adotavam. A roda dos enjeitados e órfãos servia para as “senhorinhas” que tinham filhos não legítimos²². Entregavam os filhos ao cuidado das instituições religiosas, pois, na ausência da assistência do homem, considerado provedor da família, as crianças e mulheres ficavam marcadas pela desonra.

Mesmo toleradas ou não criminalizadas legalmente, as mulheres consideradas prostitutas conviviam em seu cotidiano com as proibições. Algumas ruas, mercados e praças não admitiam a presença de prostituta, pois poderiam “poluir” os espaços e influenciar negativamente as mulheres de “boa índole”. Para estas últimas, exigiam-se qualidades que às remetiam ao lar e ao exercício da procriação, ou seja, deveria ter em seus repertórios as práticas da doçura, pudor, meiguice e elegância (PRIORI, 2005).

As escravas e forras²³ viviam condições diferentes de existência, se comparadas com as senhoras abastadas - filhas e esposas dos homens detentores dos poderes políticos e econômicos locais. Enquanto as mulheres da elite colonial estavam mergulhadas nos espaços privados, com poucas possibilidades de vivenciar os lugares públicos, as escravas e mulheres pobres já tomavam as ruas e casas no sentido de negociar espaços garantidores da sobrevivência. Para uma sociedade patriarcal, com rígidas regras em torno da sexualidade das mulheres, as concepções de honra e desonra serviam para balizar os espaços sancionados ou proibidos (SILVA, 2011). Nesse sentido, as representações sobre a honra eram cotidianamente utilizadas para situar o indivíduo na estrutura social hierárquica, baseada em relações de classe social, cor e gênero (SILVA, 2011). De acordo com a autora:

[...] o binômio honra/desonra não pode ser encarado como portador de identidades fixas, mas como passível de deslocamentos e desvios no contexto de uma cultura mestiça, mesmo quando existe um efetivo esforço na construção de discursos e representações rígidas por parte da elite masculina e feminina (branca e embranquecida) no sentido de evidenciar sua “distinção”, sua “diferença” básica em relação ao conjunto heterogêneo de pretos e pretas, pardos e pardas do século XIX (SILVA, 2011, p. 21).

²² Foi um mecanismo com um intuito de abandonar crianças para instituições de caridade. Era um tambor giratório (exposto nas paredes e portas) com abertura para acolher a criança enjeitada. Os primeiros registros históricos da Roda dos Enjeitados foram encontrados no século XVI na Europa através de algumas irmandades da Igreja Católica que iniciaram os cuidados dos recém-nascidos que não eram criados pelas suas famílias. Diversas eram as justificativas para o abandono das crianças: ausência de condições materiais para a criação, mães solteiras com filhos não assumidos, mulheres prostitutas, doença ou morte de pais e responsáveis.

²³ A alforria de mulheres era obtida quando a escrava conseguia acumular bens e dinheiro para pagar a liberdade. O trabalho no comércio do Brasil imperial possibilitou que muitas mulheres e homens conseguissem proventos necessários para a compra do título de posse sobre si. Como comerciantes erampagas pelos serviços, muitas vezes ficando com um percentual sobre a venda de produtos. Outras

Após a decadência do sistema escravocrata colonial, poucas mudanças ocorreram na vida da população antes escrava e depois liberta. As mulheres pobres negras, mestiças, brancas e indígenas, continuaram exercendo as atividades voltadas aos cuidados da família e/ou os trabalhos informais como lavadeiras, quituteiras, cozinheiras, cuidadoras de crianças e meretrizes (NUNES, 2015). Neste período, a prostituição tornou-se motivo de intervenções do Estado. Com o crescimento urbano e a intensa migração de trabalhadores do campo para a cidade, a partir de 1930, algumas ingerências foram elaboradas com o objetivo de garantir a continuidade da família preservada, bem como controlar para a sexualidade das mulheres (RAGO, 2014). Aliás, a partir desse período, inicia-se a implantação de concepções jurídicas e científicas que fundavam o núcleo familiar com papéis funcionais à reprodução do capital. As mulheres casadas e solteiras reclusas no ambiente doméstico; as crianças vigiadas pelo Estado e pela família; e o homem voltado à esfera do trabalho produtivo.

A prostituição, compreendida como desvio, não deveria ser eliminada, mas controlada e garantida em lugares específicos da cidade. Não sendo classificada como crime, restava garanti-la nas chamadas casas de tolerância e bordéis, com o objetivo de vigiar e restringir as práticas e costumes de um grupo populacional compreendido como uma mancha e indesejável nas cidades. Dessa maneira, a mulher/esposa/mãe e a prostituta/devassa/impura teriam seus lugares opostos, fixados e limitados. A prostituta, embora repulsiva, era tolerada, pois estaria a serviço da manutenção da família e dos impulsos sexuais incontidos dos homens. De acordo com Rago (2014, p. 90):

Um dos traços mais característicos da personalidade da mulher pública, na visão dos médicos, é a preguiça, a aversão ao trabalho e a perseguição desenfreada do prazer. A prostituta é aquela que, ao contrário da mulher honesta pura, vive em função da satisfação dos desejos libidinosos e devassos [...]. A prostituta construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade”, que ameaça subverter a ordem do mundo masculino. Seu objetivo principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias antinômicas.

Nesse intuito de controle, formou-se um aparato médico-higienista²⁴, auxiliado pelos dispositivos repressivos e pela Igreja. Segundo Rago (2014):

²⁴ O higienismo surgiu em meados do século XIX na Europa e tinha por objetivo o combate das epidemias que assolavam os centros urbanos industrializados. Os médicos foram os percussores do higienismo e acreditavam que as epidemias eram fenômenos sociais decorrente da ausência principalmente de água e esgotos. Acreditava-se que a ausência de higiene promovia o adoecimento massivo da população e, portanto, tornou-se necessárias a vigilância das cidades, principalmente de locais onde incidiam a pobreza e as suas expressões. Gradativamente esse movimento ganhou outros profissionais adeptos - juristas, arquitetos, policiais, enfermeiros - que em suas práticas buscaram combater os bêbados, prostitutas, mendigos etc. O discurso médico-higienista no Brasil

A construção da figura da prostituta, portanto, percorreu caminhos que passavam pelo discurso médico da ciência ‘vitoriana’, tanto quanto pelas práticas policiais que constrangiam o submundo e tentavam discipliná-lo, confinando-o em bairros afastados ou realizando inspeções sanitárias nas mulheres (RAGO, 2014, p. 89).

Segundo Carmo (2011) o discurso médico-legal garantiu a patologização de algumas práticas sexuais consideradas dissidentes e transgressoras. A cidade, nessa perspectiva, tornou-se lugar da imoralidade, dos perigos e dos vícios:

Sendo impossível a erradicação da prostituição e o desejo sexual masculino considerado uma necessidade primária, juristas e médicos tendiam a tolerar tal prática, desde que sanitariamente controlada. Qual técnica de intervenção seria eficaz: lei repressiva ou educação? Eles acreditavam que, contida a prostituição e sanitariamente vigiada, ela teria até função social benéfica, pois canalizava os impulsos sexuais dos jovens e dos que não se haviam casado. Sem a prostituição, temiam que tais impulsos não satisfeitos acabassem por manchar a moral das famílias, atingindo a virgindade das filhas; ou ainda, que os homens se corromperiam, aumentando o rol dos depravados, estupradores, onanistas, homossexuais, etc (CARMO, 2011, p. 257).

Vale salientar que, na passagem do século XIX para o XX, foram os homens, a serviço da ordem masculina hegemônica, que produziram os discursos classificatórios sobre as mulheres. Estas, excluídas dos espaços decisórios e da produção de conhecimentos, tiveram suas condutas reguladas e geridas pelos homens. A ciência, educação e religião produziram verdades com capacidades de construir consensos voltados aos papéis sociais impostos aos sujeitos, divididos em duas categorias humanas: homens e mulheres. De acordo com Rago (2014, p. 118):

A mulher pobre que se prostitui é associada à imagem da criança ou do selvagem que necessita dos cuidados do Estado e das classes dominantes na condução de sua vida. Imatura, ela é uma pessoa desorientada que se perdeu na vida e que precisa dos socorros dos especialistas para reencontrar o bom caminho e reintegrar-se na sociedade.

ganhou inúmeros adeptos a partir de 1920 e transformou a forma como o Estado, dentre outras instituições, lidavam com as contradições expressas nas formas de vivenciar as crescentes cidades pela população. As intervenções tinham por objetivo adequar os costumes da população aos padrões de civilização e higiene desejáveis. As práticas incidiam sobre a saúde, mas também buscou nortear as normas educacionais, arquitetônicas e políticas.

A prostituição, os vagabundos e os delinquentes infratores estavam no centro do pensamento brasileiro dos séculos XIX e XX. A ciência, com o auxílio da polícia, controlou horários, métodos de higiene e comportamentos dos lugares sancionados como legítimos para a prostituição (NUNES, 2015). Apontadas como responsáveis pela disseminação de doenças na cidade, as prostitutas foram minuciosamente vigiadas por médicos, sanitaristas e policiais. Em meio aos esforços de controle dos corpos e da sexualidade dos desviantes, restaram aos transgressores das regras impostas pelo Estado os presídios, manicômios, multas, extorsões e violências.

As condutas do Estado brasileiro, a partir do período pós-abolição²⁵, estavam alinhadas a um tipo de pensamento mergulhado em teorias raciais advindas da Europa (SCHWARCZ, 2011). Existia uma procura pela identidade nacional e por explicações que versassem sobre o modo de vida e a história da constituição da sociedade brasileira. Um povo “misto”, que em sua estrutura combinava uma gama de raças, crenças e condutas. Obviamente, para a elite brasileira - proprietária de grandes concentrações de terras e fruto do patriarcalismo rural - a “mistura” de tantos povos corroborou para consolidação de pobres, degenerados, delinquentes e vagabundos, que migravam para as crescentes cidades à procura de trabalho e melhorias de vida. Nesse sentido, era imprescindível o controle das massas e a busca por uma unidade nacional (CARMO, 2011).

A sexualidade, nesse contexto, foi tema recorrente na produção científica e uma preocupação dos diversos setores sociais engajados na produção de uma identidade nacional voltada para a manutenção da ordem e do progresso. Então, a vigilância e a punição de determinadas condutas postuladas como incoerentes, foi um esforço contínuo e meticuloso. A vida privada dos brasileiros, principalmente pobres e miseráveis, foi gradativamente sendo alvo de posturas higienistas, sanitaristas, sexistas e racistas. No caso da prostituição, banir não seria a estratégia em voga.

²⁵ O processo de abolição da escravatura no Brasil foi longo e complexo, sendo sinalizado juridicamente a partir de 1826, com a assinatura do tratado anglo-brasileiro que versava sobre a proibição da escravidão de homens e mulheres advindos da África a partir deste momento. Sendo assim, o processo de abolição da escravatura e proibição da escravização de seres humanos foi no Brasil reflexo de negociações entre o império, os senhores de escravos, juristas, comerciantes e os próprios escravizados. Tal processo, teve forte influência e interferência da Inglaterra. De acordo com Oliveira (2011) “Nas décadas iniciais a dinâmica esteve concentrada nos debates governamentais, nos tratados e leis que pouco modificaram o cotidiano da população escrava. A mudança mais significativa, com a intensificação do movimento abolicionista e a ampliação da participação de livres, libertos e escravos nesse processo, ocorre a partir da década de 1870, sobretudo na década de 1880. Essa cumplicidade social em torno do tema da abolição, envolvendo diferentes segmentos da sociedade, torna o processo irreversível”.

O Brasil oscilou, desde o período colonial no que tange à prostituição, entre posturas abolicionistas e regulamentaristas.²⁶ Em 1890 a troca de sexo por dinheiro já era alvo de controles jurídicos, enfatizando a punição do enriquecimento e o favorecimento da prostituição por terceiros. Então, o ato de prostituir-se não seria crime, mas a indução por terceiros para a prostituição tornou-se passível de penalidades. Em meio a tais dilemas, o Brasil vivia a ampliação da prostituição de mulheres estrangeiras, por vezes traficadas para o trabalho em zonas de meretrício e casas de tolerância (CARMO, 2011). O caráter contraditório da questão, portanto, estava na repressão e na manutenção da prática da prostituição. Nesse segundo ponto, o direcionamento não era garantir direitos para os sujeitos que se prostituíam, mas fomentar a continuidade da família heterossexual monogâmica, e corresponder aos desejos considerados “incontroláveis” dos homens. De acordo com Carmo (2011, p. 256):

O discurso médico havia tornado incompatíveis prazer sexual e maternidade, cindindo as duas imagens da mulher em verdadeira camisa de força. Assim, a santidade da família dependia da continuidade da prostituição, contanto que ela fosse regulamentada e higienizada, sujeita ao poder policial e médico. Nos debates que defendiam a regulamentação do meretrício explicava-se que a rainha do lar não sobreviveria sem a existência da prostituta.

A oposição entre a mulher do lar e a pública pautava-se na manutenção do padrão hegemônico masculino patriarcal. O homem simbolizava as riquezas materiais, o domínio das mulheres, bem como dos filhos e da casa. A oposição e complementaridade entre a mulher da casa e da rua, portanto, perpetuava à lógica falocêntrica, ou seja, um *status quo* no qual o

²⁶O pensamento abolicionista, no âmbito do feminismo, surge em meados do século XIX, com o objetivo de defender a dignidade feminina no âmbito do exercício da atividade sexual. Reconhecia os controles médicos e policiares como limitadores da liberdade das mulheres e engendrados das violências contra as prostitutas. Além disto, o posicionamento em questão afirmava que a prostituição era um elemento do âmbito privado e, por isto, necessitava de livre exercício sem quaisquer intervenções do Estado (BARCADIT, 2012). Nos fins do século XIX, o posicionamento das abolicionistas toma novo discurso - compreendido como radical - defendendo que toda forma de serviços sexuais mercantilizados, em todas as circunstâncias e situações, retroalimenta as desigualdades e opressões entre homens e mulheres, exercendo severa violência contra o sujeito feminino. Desse modo a prostituição exerce violência e perpetua as desigualdades entre homens e mulheres, devendo, assim, ser combatida e erradicada. Esta violência, constituída pela dominação masculina, seria, portanto, amplamente limitadora das garantias dos direitos das mulheres e da cidadania. Nesse sentido, o principal alvo das intervenções que visassem à erradicação da prostituição seria o homem, pois seriam eles os principais “prostituidores” das mulheres ao consumirem os serviços sexuais. No outro extremo do debate, as feministas liberais defendem que a prostituição e o exercício da sexualidade nessa atividade configuram o mais alto grau de transgressão dos padrões de gênero relegados às mulheres. As prostitutas seriam sujeitos transgressores da sociedade patriarcal, caracterizada pela dominação masculina. Assim sendo, afirmam que a prostituição, através da autonomia sexual demandada por esta atividade, exerce formas de combates à sociedade sexista. A prostituição seria a materialização da liberdade sexual e intensa questionadora dos “tabus” relacionados à sexualidade feminina (PISCITELLI, 2011, p. 05).

prazer está a serviço do homem. A mulher virtuosa, tida como uma posse do homem, oposta à figura da prostituta, exercia sua função reprodutiva no âmbito do lar. Para Puleo (2002), a função reprodutiva da mulher do lar não se resume apenas à reprodução da espécie e à garantia de filhos legítimos, mas também desempenha a sustentação psicológica e material dos homens (filhos/maridos).

O Tratado Abolicionista Internacional (1951) firmou severas mudanças nos marcos legais no que tange à prostituição. As posturas abolicionistas, vigentes até os dias atuais, compreendem que as prostitutas não devem ser punidas pela atividade que exercem. Portanto, o Estado deve garantir que esses sujeitos não sejam alvos das posturas repressivas da polícia. Segundo Rago (2014, p. 128), as posturas abolicionistas não objetivam eliminar, mas coibir a violação dos direitos das mulheres que se prostituem.

Os ganhos legais nos termos do abolicionismo são relevantes, inclusive ao abrirem possibilidades, em anos posteriores, para que as prostitutas denunciasses as violências e arbitrariedades executadas por agentes em nome do Estado. Contudo, no cotidiano da prostituição, mesmo diante de alguns avanços, ainda são frequentes relatos que explicitam as violências, as inseguranças e os estigmas, como veremos adiante, neste estudo.

Em tempos recentes, os movimentos sociais que representam as prostitutas obtiveram algumas conquistas e visibilidade.²⁷ Dentre as principais reivindicações, segundo Piscitelli (2011, p. 01), estão “[...] o direito a exercerem suas ocupações em condições dignas, livres de criminalização, estigma, humilhações, marginalização, discriminação e violência”

A prostituição, ao longo da história da Brasil, foi ganhando diversas formas, discursos e intervenções. Sem dúvida, é um fenômeno complexo e multifacetado, pois estabelece ligações com posturas morais socialmente construídas. Há diversas formas de exercer a atividade, e inúmeros perfis de mulheres que estão imersas no contexto da prostituição. Com a globalização, o mercado do sexo ganha novos contornos. A prostituição de hoje, neste debate que encetamos, não é reflexo unicamente do passado. Mas, o nosso passado possibilita perceber as raízes do fenômeno, com suas marcas profundas do gênero, cor e classe social.

Interpretar a prostituição é buscar a desconstrução de paradigmas pautados no essencialismo. Essa atividade convive com condições tão precárias como muitas outras

²⁷A partir dos anos 1980, a questão da prostituição entra no cenário político através dos tensionamentos de grupos e movimentos feministas e de prostitutas, com o intuito de reivindicar direitos e reconhecimento da atividade. Mesmo não significando regulamentação, a inserção da prostituição enquanto atividade laborativa na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) expressou um significativo ganho e reconhecimento das lutas engendradas pelas profissionais do sexo. De maneira geral, o documento busca definir a prostituição e as formas de exercício da atividade, também impulsiona a retirada das profissionais do sexo da marginalidade histórica. Ao serem reconhecidas, as prostitutas e suas pautas ganham novos espaços para debates e encontros, principalmente em algumas vertentes do movimento feminista.

relegadas historicamente às mulheres. Nesse sentido, as atividades naturalizadas enquanto femininas são desvalorizadas socialmente, relegadas à precariedade e a níveis de exploração, articuladas amplamente com os discursos que constroem os papéis femininos enquanto subalternos.²⁸

Como podemos perceber, a prostituição esteve presente ao longo da história do Brasil, em modos e formas diversas. Reprimida ou tolerada, fez parte dos contextos que marcaram a construção do país, e suas marcas são visíveis o suficiente para terem gerado práticas, costumes, condutas e ações diversas. No Recife, isso não foi diferente. Deste ponto em diante veremos como a prostituição ao longo da história se fez presente na capital pernambucana.

3.2 Prostituição de mulheres no Recife

Desde as origens do Recife, o porto se fez presente. Dele desembarcavam mulheres, homens e crianças. Foi no porto que as primeiras prostitutas se aglomeraram para os “empréstimos” do corpo em troca de dinheiro e pertences. De acordo com Couceiro (2003), esse local marca as origens da prostituição de mulheres pobres, as rameiras, que nada mais são que mulheres públicas, mulheres de rua. Nesse sentido, falar de prostituição na cidade do Recife é compreender a importância das áreas portuárias na dinâmica da compra e venda de serviços sexuais, os quais se esbarravam em outras atividades também exercidas por mulheres. Dessa forma, além de prostitutas, era possível observar quitandeiras, lavadeiras, vendedoras, amas-de-leite e cozinheiras que, assim como as prostitutas, negociavam cotidianamente a fim de garantir a sobrevivência em um território geograficamente desafiador e em intensa transformação.

Nos anos 1920, segundo Couceiro (2003), as principais avenidas do bairro do Recife (mais conhecido hoje como Recife Antigo) foram palco dos cafés-cantantes, pensões e bordéis que se misturavam à crescente estrutura de serviços comerciais, bancários, jornalísticos, financeiros, dentre outros. Conhecidas como "zonas tórridas", eram espaços de encontros, festejos e conflitos em que eram acessíveis a todas as classes sociais. Embora

²⁸ De acordo com Hirata (2004, p. 15) a radicalização da globalização neoliberal apresenta uma face perversa para as mulheres no que tange ao desemprego e ao subemprego. Para a autora a precarização da força de trabalho feminina é ainda mais aguda se comparado à realidade masculina. Tais aspectos nos remetem ao caráter contraditório do ingresso da mulher no mercado de trabalho. Embora ao longo do processo histórico, as mulheres tenham conseguido direito que versam sobre a igualdade entre homens e mulheres, ainda persistem modalidades de precarização com fortes rebatimentos na ampliação do empobrecimento feminino.

tolerados, esses recintos conviviam com pressões de setores da população recifense que classificavam tais ambientes como imorais e degradantes. De acordo com a autora, as mulheres virtuosas não podiam participar desses espaços ou sequer direcionar o olhar para esses locais. Os jornais, com frequência, teciam críticas aos bordéis, afirmando que a falta de policiamento e controle naqueles ambientes favorecia as práticas de prostituição, desordem, bebedeiras e uso incontrolável de tóxicos. Couceiro (2003, p. 06) afirma que:

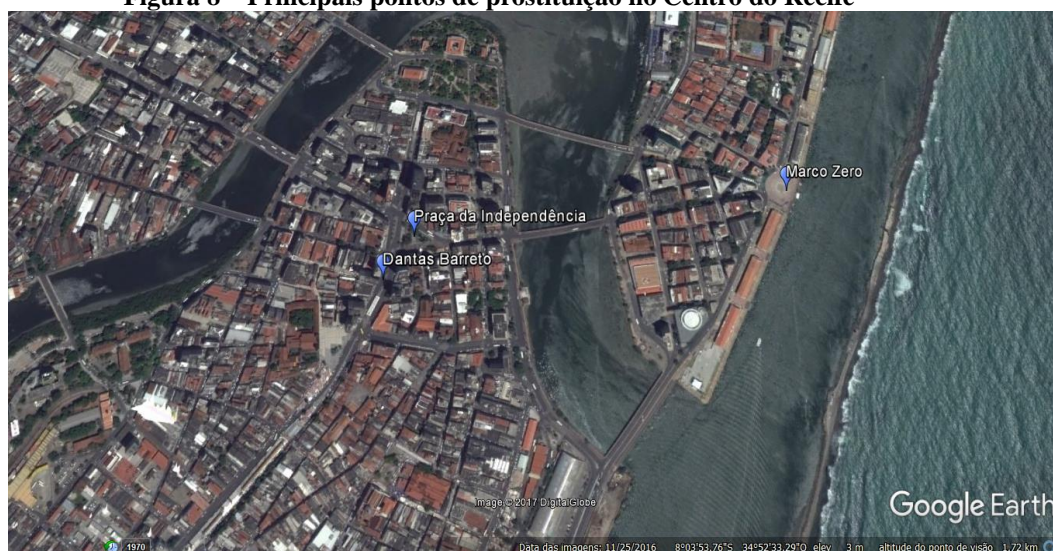
As reclamações contra os cafés e os pedidos de providências por parte das autoridades policiais eram constantes na imprensa recifense. A sociabilidade que emergia desses espaços, a conversa alta, o barulho, a circulação de ideias, as brincadeiras, as discussões e os momentos de interação e solidariedade assustavam as elites, pois marcavam comportamentos diferentes daqueles recomendados pela civilidade: silêncio, discrição, impessoalidade e retraimento quando em público.

Couceiro (2003) destaca também que a decadência dos bordéis e cafés se deu através do processo de desenvolvimento e modernização dos meios de transporte e comunicação, que influenciou no investimento do setor público nas melhorias estruturais dos espaços centrais da cidade do Recife. Aliada a esse processo, a construção do Porto de Suape²⁹ provocou o deslocamento da prostituição para outros lugares, ocorrendo, dessa forma, a descentralização e a expansão da prostituição para outros bairros e cidades, nas proximidades da capital pernambucana (COUTINHO, 2005).

A descentralização da prostituição feminina dos bairros do centro do Recife não extinguiu a prática daquela área totalmente. Enquanto atualmente Boa Viagem é um símbolo do turismo sexual da capital pernambucana, verifica-se a resistência e a persistência das práticas da prostituição feminina nos bairros centrais da cidade do Recife, com a conhecida Dantas Barreto, Praça da Independência (mais conhecida como Praça do Diário de Pernambuco), e as imediações do Marco Zero, durante a noite. Estes são alguns dos lugares centrais do Recife em que a prostituição de mulheres persiste. A seguir a ilustração dos principais pontos de prostituição na área central do Recife. A localidade ainda persiste como sendo local onde predominam práticas relacionadas à prostituição e ao consumo de drogas.

²⁹ O Complexo Portuário Governador Eraldo Gueiros (Porto de Suape) surgiu em 1978 como forma de abranger alguns estados do Nordeste brasileiro. Está localizado no município de Ipojuca e a 40km da parte sul da cidade do Recife. Dentre as suas áreas de influência, estão Alagoas, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Atualmente é o segundo maior porto do Brasil e desponta como o principal da região Norte/Nordeste.

Figura 8 – Principais pontos de prostituição no Centro do Recife



Fonte: Produção autoral, 2017.

Diante disso, desde os primórdios da cidade do Recife, a troca do sexo por dinheiro esteve presente como uma prática cotidiana. Do passado até os dias atuais, acompanhando as mudanças dos padrões da moral sexual, bem como das transformações dos espaços citadinos, a prostituição no Recife está presente em vários bairros do Recife, seja no centro ou no subúrbio. Dentre as cidades nordestinas, Recife é conhecida mundialmente pelo turismo sexual - embora Fortaleza desponte como a principal cidade da região no que tange a prostituição internacional de mulheres - sendo o bairro de Boa Viagem um dos principais pontos em que ocorre esse tipo de turismo, além de apresentar uma diversidade nas formas de compra e venda do sexo (COUTINHO, 2005).

Além da prostituição de rua, visivelmente observada no cotidiano da noite recifense, em Boa Viagem encontram-se casas de shows, bares e casas de massagem que buscam atrair o público voltado para prostituição de luxo. Por ser um local dinâmico, com uma ampla rede serviços e turismo voltada à comercialização de atrativos tropicais, Boa Viagem tornou-se um dos locais mais conhecidos da prostituição na cidade do Recife. Nesse bairro, encontramos mulheres e homens se prostituindo. De acordo com Nunes (2015, p. 28)

Em Boa Viagem, as três avenidas que compõem o bairro são zonas de prostituição. A Avenida Boa Viagem é conhecida pela prostituição de michês, a Avenida Conselheiro Aguiar é área das transgêneros e transexuais e Avenida Domingos Ferreira é a zona de prostituição feminina (cis).

Mesmo com a visibilidade que desponta na prostituição em Boa Viagem, as relações que se estabelecem, principalmente nas ruas, são alvo de controvérsias e, por vezes, conflitos,

como veremos na matéria a seguir. Nesta publicação, enfatiza-se os diversos conflitos gerados pelo consumo de drogas por prostitutas, o que acarreta, segundo moradores, sérios problemas no cotidiano do bairro, inclusive afastando os turistas da região.

Figura 9 – Boa Viagem entregue ao sexo e às drogas



Fonte: Diário de Pernambuco – 06 de mai. 2001.

Os fragmentos das matérias expõem o contexto de prostituição em Boa Viagem em 2001. A relação prostituição e drogas é apontada como fator de degradação e desajuste para o bairro de Boa Viagem, impondo medo para os moradores e turistas que circulam pelas ruas e avenidas do local. O discurso jornalístico exposto retrata que a falta de segurança pública expande as possibilidades dos marginais e degradados utilizarem a localidade para atos violentos e ilícitos. A situação do bairro foi encarada como “caso de polícia” e de fiscalização do poder público. Expressa, portanto, um conflito pelos usos dos espaços da cidade, polarizada entre aqueles considerados marginais, degradados, viciados e, por outro lado, pela população residente do bairro que não deseja ter como vizinhos uma população classificada como hostil às práticas e costumes da civilidade.

Mesmo em meio à controvérsia e aos discursos criminalizadores, morais e higienistas, a prostituição em Boa Viagem continua existindo. O termo “marginal”, recorrente nas mídias ao se referir às prostitutas, usuários de drogas, pessoas em situação de rua, principalmente aqueles que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, carrega consigo uma carga de estigmas. Esta marca de acusação impõe a esses sujeitos o lugar de não integrados na estrutura social (CARVALHO, 2016). Ou seja, a expressão marginal refere-se àqueles que

não estão no “centro”. Tal categoria faz alusão aos padrões de comportamento, valores, condutas e posicionamento que não condizem com as expectativas sociais classificadas como “normais”. Então, o marginal é a oposição ao central, é um sujeito considerado uma “chaga” social. Nesse sentido, o conceito evoca a negação de que os sujeitos sociais estão localizados desigualmente na estrutura da sociedade.

Além de conceber essa população como marginal, estigmatizando-a, observa-se que esse olhar conservador fortalece os discursos de que os marginais não são portadores de direitos, ou seja, são sujeitos criminalizados pela sociedade que, por sua vez, compreende que o local em que eles estão é fruto das escolhas individuais e não uma consequência das violações de seus direitos.

Outra matéria, do mesmo período, a seguir explicitada, descreve os conflitos gerados por determinações da Prefeitura do Recife, quando houve a “revitalização” de alguns espaços públicos centrais da cidade. A proibição da utilização da Praça da Independência para atividades relacionadas à prostituição estava no foco do debate. As mulheres que faziam pontos de prostituição nesse local foram proibidas, sendo a frase do diretor de Operações da Companhia Urbana da Prefeitura do Recife, bastante ilustrativa da perspectiva proibicionista e criminalizadora adotada: “Isso é um câncer que existe no Centro do Recife e precisa ser erradicado”.

Figura 10 – Discriminação atinge prostitutas.



Fonte: Diário de Pernambuco – 09 de abr. 1995.

Mesmo com tais incentivos e iniciativas, a prostituição nas praças centrais do Recife continua existindo. Em síntese, as duas reportagens revelam que as iniciativas de erradicação e proibição surtiram pouco efeito sobre o objetivo de eliminar a prostituição da cidade. Essa

continua existindo nesses territórios, acompanhando as transformações operadas no tempo e espaço.

Ainda hoje é possível encontrar a prostituição nas áreas centrais do Recife, sendo realizada majoritariamente por mulheres. Na Praça da Independência, por exemplo, há mulheres de diversas faixas etárias. Algumas consomem crack e vivem em situação de rua. A prostituição na localidade acontece em todos os turnos, diferente do que ocorre em Boa Viagem - geralmente à noite. Segundo Nunes (2015, p. 27):

As mulheres entrevistadas no centro cobram 40 reais em média, o programa inclui: o sexo oral com camisinha e o “papai e mamãe”, durando em média 20 minutos o programa. O perfil dos clientes é constituído por homens mais velhos, casados, aposentados que sempre andam pelas praças e redondezas e comerciantes locais.

O mesmo ocorre no Cais de Santa Rita, ponto central de circulação de pessoas para várias localidades da Região Metropolitana do Recife - RMR. Há várias mulheres que se prostituem em bares e quartos improvisados, bem como nas ruas e calçadas. Nesses ambientes é comum a associação entre a prostituição e o consumo de drogas lícitas e ilícitas, também utilizadas por crianças e adolescentes. A Nunes (2015, p. 28) continua:

Na Cais de Santa Rita observa-se, ainda, a prostituição infanto-juvenil, meninas e meninos usuários de crack e cola cobram de uma refeição até 20 reais. A situação do Cais é particularmente deprimente e preocupante pelo seu contexto de abuso de menores: onde os pais usam seus filhos e filhas para garantirem o sustento da família.

O que se percebe no contexto da prostituição do Recife é a continuidade de espaços formados com esse objetivo, e também a diversidade de perfis de mulheres. Enquanto algumas partes da cidade demonstram uma aproximação com a prostituição de luxo, outras, no entanto, revelam um cenário de extrema pobreza e violências. Tais aspectos estão impressos nas condições materiais e simbólicas dessas mulheres. Os valores cobrados, locais acessados, usos dos espaços, bem como as relações estabelecidas nesses ambientes demonstram a diversidade nas formas de vivenciar a prostituição nas ruas do Recife. Enquanto a prostituição de luxo demanda das mulheres corpos e comportamentos voltados à feminilidade e a percepção das mesmas como produto adornado para ser consumido, outros locais expressam a radical relação entre as drogas e a prostituição, bem como a impossibilidade de manter corpos e comportamentos sancionados por padrões de beleza. Para

estas últimas, a impossibilidade de manter determinados padrões de condutas impõe o rebaixamento dos valores da oferta do sexo.

É importante perceber que o cenário da prostituição na cidade do Recife é heterogêneo e diverso. Os bairros centrais continuam exercendo a função de reduto da prostituição de rua principalmente de mulheres pobres, que no cotidiano sobrevivem em condições radicais de pobreza. A histórica relação entre a prostituição de rua nas principais vias da cidade reflete, portanto, uma situação de tênue relação entre a vida e a morte, tendo em vista que a condição de violência circunda a dinâmica cotidiana dessas mulheres. Em muitos casos, como veremos adiante, o corpo, como único pertence do sujeito, revela-se como um mediador da delicada sobrevivência nas ruas. Essa situação de extrema pobreza encontra-se amplamente articulada às ameaças da integridade física, psicológica e moral das mulheres, principalmente em um cenário no qual as políticas públicas e os direitos humanos e sociais dessas pessoas são inexpressivos.

Enquanto algumas mulheres vivenciam a prostituição de luxo, atrelada ao mercado internacional do turismo sexual, outras executam suas atividades pelos becos, ruas, bares, quartos insalubres e manguezais. O sexo rápido, quase cirúrgico, sem afetos, beijos e carícias tem em troca pouco mais que cinco reais. Essa modalidade, muito comum em lugares ermos, é facilmente observada no Chupa-chupa e está presente nos relatos de nossas informantes. Sendo assim, terminaremos o capítulo realizando uma breve apresentação das mulheres entrevistadas, buscando enfatizar alguns aspectos biográficos de suas narrativas, colhidas durante a realização de entrevistas no Programa Atitude.

3.3. Vidas à margem da sobrevivência: quem são os sujeitos da pesquisa?

Neste momento iremos nos aproximar das histórias de vida que foram relatadas durante as entrevistas e contatos realizados entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. As sistematizações dos dados aqui apresentados foram escritos no Diário de Campo, como forma de registrar as interpretações da pesquisadora sobre os discursos apresentados. Buscamos, dessa forma, introduzir alguns elementos que serão analisados durante o terceiro capítulo. Além disso, escrever sobre as histórias de vida de cada sujeito entrevistado, tornou-se uma tentativa de perceber as similitudes e diferenças que as unem e as distanciam. Desse modo,

tentaremos nos aproximar de suas identidades, jornadas enfrentadas, resistências elaboradas e projetos de vida almejados.

Clarice foi à primeira entrevistada para a pesquisa. Tinha acabado de chegar ao ATITUDE Mulheres e mantinha comportamento agressivo e bastante alterado. Dizia a todo o momento que estava “muito loca” e não queria conversar com ninguém. Tendo em vista respeitar o momento de *Clarice*, nos afastamos e priorizamos conhecer o espaço institucional que nos cercava. No dia seguinte, aceitou o diálogo e desculpou-se pela agressividade, afirmando que tinha bebido durante vários dias e que precisava dormir. Declarou ter 25 anos e ser originária da cidade de Igarassu, mas indicou que morava no Recife há muitos anos. Atualmente vive em situação de rua, declarando preferir viver no Chupa-chupa. Ao ser estimulada a falar sobre a infância, lembrou que havia estudado pouco, mais precisamente até a 1ª série (hoje 2º ano) do Ensino Fundamental. O abandono escolar deu-se pela falta de identificação e de incentivo para frequentar o espaço escolar. Preferia as ruas centrais do Recife.

Aos 15 anos de idade, iniciou a vivência de rua mais radical, dormindo com grupos que ficavam localizados embaixo das marquises de lojas, em frente de igrejas, em barracos improvisados. Nessa relação com as ruas, firmou parcerias com companheiros amorosos e gerou duas filhas, sendo a segunda do atual companheiro que também é usuário de *crack*. Durante todo o seu percurso de vida, não teve inserção no mercado formal de trabalho.

Ao continuar recordando a infância, relata que viveu com irmãos, avó e a genitora. Lembra as diversas privações materiais e afetivas no ambiente doméstico. A genitora trabalhava no comércio informal no bairro do Recife e deixava os filhos sob os cuidados da avó e de vizinhos. Algumas vezes, ia com a mãe ao trabalho, auxiliá-la nas vendas.

Aos 10 anos, já conhecia as partes centrais da cidade do Recife, e afirma que, nessa época, preferia a rua à vivência em família. Nesse período abandonou a escola e passava a maior parte do tempo nas ruas do Recife, pedindo alimentos e utilizando o transporte público para circular na cidade. Assim como ela, muitas crianças viviam a mesma situação e, por causa disso, conseguiu inserir-se em grupos de crianças que usavam drogas, pediam comida e dinheiro nas ruas. Nesse momento, iniciou o consumo de “cola” e nicotina.

Na convivência familiar, enfatiza que alguns dos companheiros de sua mãe tiveram comportamentos violentos com ela e seus irmãos. Então, ela preferia às ruas como forma de

manter-se livre das violências domésticas. Contudo, aprendeu que as ruas também eram violentas. Para proteger-se das brigas, começou a andar com facas.

Dos fatos que marcaram a passagem da infância para a adolescência, está a primeira relação sexual, ocorrida aos 12 anos com um vendedor no centro do Recife. Era um homem mais velho – com cerca de 60 anos – que propôs doce e pipocas em troca do ato sexual. Relata que foi um momento ruim e que chorou bastante no caminho de volta para casa. Evitou, por muito tempo, a rua em que esse homem comercializava doce e, após voltar a transitar no local, nunca mais o viu novamente. Clarice confessa que seu desejo atual é de “encontrar ele e meter uma facada no peito”.

A primeira experiência com o *crack* aconteceu aos 19 anos. Também foi nesse período que encontrou seu ex-companheiro com o qual manteve relação duradoura e gerou sua primeira filha. Antes desse período, já tinha estabelecido relações contínuas nas ruas, dormindo debaixo de marquises e em barracos, utilizando com frequência álcool, maconha e cola. O companheiro também utilizava as mesmas substâncias e costumava furtar objetos como forma de sustentar o consumo.

Segundo Clarice, a relação com o ex-companheiro foi eivada de violências, mas o que prevalecia como motivo para a continuidade da relação era as parcerias nas ruas, tendo em vista dividir tudo o que conseguiam e protegerem-se mutuamente das agressões de outros grupos que transitavam pelos locais em que circulavam. No que tange a violência perpetrada pelo ex-companheiro, Clarice lembrou que, muitas vezes, quando em meio a violências, pensou que seria assassinada.

Ao engravidar pela primeira vez, tentou afastar-se do consumo de *crack* e retornou ao convívio familiar. Acreditou que a maternidade poderia afastá-la do consumo de *crack* e ajuda-la a retomar uma vida junto à mãe, avó e irmãos. Lembra que foi um dos poucos momentos que interrompeu o consumo do *crack* por mais de seis meses desde que iniciou a utilização cotidiana da droga. Nesse período, recebeu o apoio e os cuidados de parentes e vizinhos. Após o nascimento da criança, o genitor negou-se a assumi-la e rompeu a relação com atos de violências, afirmando que a criança não era fruto da relação que o mesmo estabelecera com Clarice. Nesse dia, foi vitimada por uma facada no abdômen. Logo após o fato, retornou ao consumo de drogas nas ruas e rompeu os laços familiares por meio de furtos, roubos e vendas de objetos domésticos.

Nessa época, começou a frequentar o Chupa-chupa, e assim, intensificou o consumo de *crack*. Aos 23 anos, engravidou pela segunda vez de outro companheiro – também usuário da mesma droga – que encontrou nas imediações do Chupa-chupa. Nessa gravidez, continuou

realizando o consumo de *crack* de maneira ininterrupta e não realizou qualquer acompanhamento pré-natal na rede saúde. Dessa vez, não desejou o filho que gerava e não acreditava mais na capacidade de manter a maternidade almejada na outra gravidez. Ao ser questionada sobre o que seria a maternidade, Clarice sorriu e afirmou que “né só colocar no mundo não, mulé! [...] É dar leite, limpar o neném, dar banho e brincar”. No caso da segunda gravidez, apenas na proximidade do parto, decidiu procurar apoio para os cuidados da criança.

Logo após o nascimento, entregou a criança para os cuidados da avó materna e continuou vivendo nas ruas, associada à prostituição e ao consumo de *crack*. Mas, algumas vezes, decidia pegar as filhas e retirá-las dos cuidados da avó, levando-as para as ruas. Em um desses momentos, os filhos foram destituídos de sua guarda e foram entregues para outros familiares. Refere que o fato da ausência dos filhos gera sofrimento por não conseguir ser uma mãe que proporcione cuidados e apoio.

Desse modo, afirma que deseja livrar-se do consumo de *crack* para retomar a relação com as filhas e reconstruir a vida junto ao seu atual companheiro. Responsabiliza o *crack* pelo descontrole dos atos, e crê que, ao se livrar da relação com a substância, conseguirá manter uma casa, suas filhas e um companheiro.

Morgana foi acolhida quando estava transitando pelas imediações do Chupa-chupa. Afirmou que desejava retomar os cuidados, pois estava “quebrada” de tantos dias em consumo intenso e ininterrupto de *crack* e outras drogas. Ao ser abordada pela entrevistadora, decidiu prontamente que desejava relatar sua trajetória de vida. *Morgana* afirmou ter 41 anos. Leva as marcas da idade e do sofrimento vivenciado nas ruas por todo o corpo. Estava magra, com aparência envelhecida, roupas gastas, unhas escurecidas e com a boca queimada pelas cinzas do *crack*. Quando questionada sobre o passado, iniciou afirmando do que sempre residiu em Recife e não fez mais que a 1º série do Ensino Fundamental.

Narrou, em sua história, que cresceu na comunidade de Chão de Estrelas (localizada no bairro Campina do Barreto, Zona Norte no Recife) em companhia da genitora e de mais nove irmãos. O genitor fazia uso de álcool. Era, segundo ela, muito agressivo e violento. Ele abandonou a casa ainda quando a entrevistada era criança. A habitação onde vivia foi descrita como local pequeno, confeccionado com papelão e plástico pelos irmãos, pela genitora e pelos vizinhos, em um terreno invadido à beira de um canal. Como forma de sobreviver, ajudava a mãe a lavar roupas no bairro de Boa Viagem e na vizinha cidade de Olinda. Na época, não tinha acesso a quaisquer transportes e ia andando, logo cedo, para realizar as

atividades de faxineira e lavadora de roupas em casas e apartamentos. O dinheiro recebido era muito pouco para manter uma família tão extensa.

Relata que a vida era difícil e ficava pior com o passar do tempo. Abandonou a escola para trabalhar e não recorda momentos em que brincava. Os irmãos mais velhos, pouco a pouco, saíram de casa de casa ou foram assassinados. Aos 14 anos, saiu de casa para viver com um companheiro 30 anos mais velho. Afirma que ele era violento e utilizava de agressões físicas com frequência. Continuou vivendo com privações materiais diversas. Após um tempo, iniciou a prostituição nas ruas de Chão de Estrelas. Seu companheiro, ao descobrir tal fato, tentou assassiná-la. Morgana afirma que quase morreu em decorrência dessa tentativa de homicídio.

Após sair de casa, alternou-se entre vivências nas ruas e em barracos de papelão e lona em alguns bairros da cidade do Recife. Nas ruas, iniciou o consumo de álcool, nicotina e cola. Por algumas vezes, manteve relações passageiras, de curtas durações. Duas dessas relações geraram seus três filhos. Não esclareceu por certo qual a relação que estabeleceu no passado com os filhos, mas deixou claro que não manteve longas vivências com os mesmos e que se arrepende das ausências.

Afirma que conheceu o Chupa-chupa após anos de prostituição em Chão de Estrelas, Afogados, Nova Descoberta e Cais de Santa Rita. Costumava utilizar álcool e *crack* para aplacar a fome, frio e cansaço. Foi levada ao Chupa-chupa por outras usuárias e, assim, firmou relações cotidianas com o local.

Morgana revelou cobrar muito pouco pelos programas, por ser tachada como “noiada” e não ter dentes, inclusive por sentir-se feia e envelhecida. Afirmou que as relações sexuais, feitas na lama, no início lhe incomodaram bastante. Mas atualmente já está adaptada à sujeira existente nas “entradas” no mangue. Mesmo vivendo nas ruas, afirmou que os filhos aceitam sua condição e prestam apoio e solidariedade sempre que precisa. Enfatiza a todo o momento o quanto a filha é motivo de orgulho para ela, uma vez que a mesma trabalha no IMIP (Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira). Em breve, segundo ela, terá seu primeiro neto, da relação do filho mais novo com uma jovem residente em Chão de Estrelas.

Em sua entrevista, observam-se as referências em retomar a vida, iniciando pela implantação de dentes e pelo trabalho como faxineira ou cuidadora de crianças. Nunca trabalhou formalmente, mas afirmou que, no passado, tinha jeito com crianças e com os cuidados da casa. Acredita que conseguirá o objetivo, após afastar-se completamente do consumo de *crack* e álcool.

No seu prontuário de atendimento no Programa ATITUDE, no entanto, os relatos escritos constam que Morgana não possui vínculos fortalecidos com nenhum filho ou outro familiar. Sobre essa questão, pode-se aventar a possibilidade de Morgana expor, em sua entrevista, a projeção dos seus desejos, tomando estes como a aceção de uma realidade em que acredita, mesmo que esta não esteja balizada em efetividades plausíveis. Sobre esse aspecto, devem-se levar em conta os estudos de Portelli (1993; 2001) sobre a composição entre os desejos do que se quer e o que se vive, além da subjetividade na interpretação da história de vida do indivíduo, que geralmente toma para si um local privilegiado na narrativa. Morgana talvez esteja projetando o seu desejo, sob o que Portelli nomeou como “ucronia” (2001).

Ruth mostrou desconfiança com a presença da entrevistadora no ambiente que estava. Questionou se o interesse pelas falas das usuárias de *crack* fazia parte de um interesse da polícia. Manteve-se afastada durante vários dias e falou apenas o necessário. Vaidosa, mantinha hábitos de usar perfumes, roupas justas e maquiagens. Em um desses dias, percebeu que havia sido roubada por alguma outra usuária. Ameaçou cortar a responsável com lâmina, no intuito de transmitir o HIV/Aids. Nesse momento, mobilizou atenções e intervenções da equipe. Ao longo do dia, ficou mais calma, apenas reivindicando o que havia sido furtado. No “fumódromo” (espaço estabelecido na unidade para o consumo de cigarros/nicotina), Ruth costumava conversar e sorrir com outras usuárias. Foi dessa forma que a entrevistadora e a entrevistada estabeleceram vínculos. Através do cigarro, muitos diálogos eram estabelecidos. Compreendemos que o ato de fumar era observado como uma possibilidade para diminuir a distância entre o usuário de drogas e os considerados sóbrio. Através da diminuição dessa distância, o diálogo foi estabelecido e a confiança foi uma possibilidade. Então, Ruth decidiu perguntar: “tu fuma, mulé?”

Afirmou ter 27 anos de muita “doideira”. O termo foi utilizado no sentido de enfatizar as diversas situações passadas desde a infância até a fase adulta. Ao ser questionada sobre a infância, relatou ser natural do Recife e declarou ter estudado até a 8ª série (atual 9º ano) do Ensino Fundamental. Em sua entrevista, não há alusões a relações afetivas ou amorosas, pautadas por um tempo maior do que seis meses. Também não indicou estar envolvida com alguém neste momento. Afirma viver na rua, mas encontra apoio e acolhimento na casa de amigas. Sua vida está sob ameaças, uma vez que está vivendo sob promessas de que será morta caso retorne ao bairro onde nasceu e cresceu. Esse aspecto, como se pode observar, dificulta a proximidade com sua genitora.

Declarou ter iniciado a prostituição na mesma época em que abandonou a escola, ainda quando muito jovem. Durante esse período, a prostituição era realizada na Avenida Conselheiro Aguiar e na Avenida Boa Viagem. Como forma de garantir as idas até os pontos de prostituição, afirmava para a mãe que ia à casa de amigas e amigos para realizar atividades escolares. Quanto ao genitor, afirma que era um homem bastante violento, e que mantinha relações com várias mulheres enquanto ainda era casado. Por vezes, o pai chegava violento, causava danos nos móveis da casa e ameaçava a família de morte. Isso nos faz pensar em parte dos motivos que leva alguém a considerar viver na rua, pelo fato de não dispor de condições mínimas de paz e harmonia na casa em que vive.

Afirmou que preferia sair a permanecer em casa, pois não suportava a presença do pai e as agressões sofridas. Relata que o pai tinha comportamentos estranhos e ia ao quarto “tocá-la” enquanto dormia. Preferiu não relatar nada para mãe, pois sabia que ele poderia ameaçá-la ou agredi-la. Por causa disso, preferia viver as noites nas ruas ao invés de encontrar-se com pai. Aos 15 anos, saiu de casa para morar com amigas, e sustentou-se durante algum tempo com o dinheiro que conseguia da prática de prostituição. Mantinha relações sexuais e afetivas com homens mais velhos do que ela, e recebia em troca dinheiro, comida, roupas e maquiagens. Afirmou ter consciência de que esses homens eram pedófilos.

Durante o período que dividiu o aluguel da casa com amigas, começou o consumo de álcool e nicotina. O *crack* apareceu na época em que já estava praticando pequenos furtos na região de Boa Viagem. Mas, antes disso, afirma ter utilizado cocaína em bares e casas de massagem na região. Nesse período, tinha acesso a roupas, perfumes, sapatos que valorizavam sua antiga beleza. Consumiu *crack* pela primeira vez com as parceiras de “batalhas” em uma festa na residência onde morava. Consumiu mais de 10 pedras e sentiu um prazer imenso. A partir daquele momento, começou um consumo rotineiro da substância, em geral associado ao álcool. Começou a apresentar distúrbios do sono que a mantinha acordada por várias horas e retirava seu desejo de se alimentar com frequência. Buscava o *crack* nos principais pontos de tráfico dos bairros de Boa Viagem e do Pina. Essa performance lhe levou ao endividamento com os traficantes, notadamente na região onde a genitora mora. Os furtos e roubos aumentaram e as dívidas com o tráfico de drogas local a fez procurar outros lugares para viver.

No bairro de Afogados, rapidamente foi detida por furtar o relógio de um cliente. Lembra as humilhações e violências físicas perpetradas por dois policiais como forma de repreendê-la. Nesse período, quando podia, dormia em motéis e pequenos quartos na região, mas quando o dia não era produtivo buscava repouso no fim da madrugada pelas ruas e

calçadas. Dentre essas vezes, afirma ter sido estuprada por um usuário de drogas que frequentava o local, mas decidiu não denunciá-lo por “medo de morrer”.

Reconhece que, nesse período, não tinha mais acesso aos bens e recursos que no passado auferia através da prostituição no bairro de Boa Viagem. O pouco que angariava voltava-se para manter o consumo de drogas, além de um pouco de comida e algumas noites em motéis. No bairro de Afogados, também adquiriu dívidas e foi ameaçada de morte. Decidiu, então, caminhar até o centro da cidade do Recife, pois sabia que o consumo de *crack* seria garantido e a oferta do sexo possibilitaria o acesso cotidiano a substância. Nesse período, já andava com roupas rasgadas e sujas. Afirmou que as pessoas tinham medo de aproximar-se e frequentemente era expulsa de lugares comerciais.

Em um desses dias de prostituição, encontrou sua genitora na Avenida Dantas Barreto. Sua mãe chorou ao vê-la da forma que estava e ofertou ajuda, inclusive para que voltasse para a casa de parentes próximos. Envergonhou-se por ser encontrada nas ruas, depois de longo período de consumo de *crack*. Rapidamente decidiu não aceitar a oferta de apoio familiar, despedindo-se da mãe. Questiona-se com frequência se foi a melhor decisão. Logo depois, descobriu que a mãe, após muitos esforços, pagou as dívidas de drogas no bairro onde morava.

Após longo período nas ruas do Recife, conheceu o Chupa-chupa através de algumas usuárias do Programa ATITUDE. Afirmaram que o local tem clientes e vendedores de *crack* disponíveis em todos os turnos. Ao adentrar ao local, foi hostilizada por outras prostitutas e precisou manter-se armada no dia a dia. Afirmou andar com navalhas e facas, pois o risco de morte é frequente. Inclusive conheceu mulheres que morreram na região ou foram brutalmente espancadas por traficantes, usuários de *crack* e clientes.

Ruth lembra que já ganhou muitos presentes e dinheiro no tempo em que se prostituía em Boa Viagem. Segundo ela, no Chupa-chupa o pagamento é em menor valor e tudo o que consegue serve para pagamentos de dívidas e para o consumo de *crack*. Afirmo ter certeza de ter contraído HIV/Aids e sífilis no Chupa-chupa e não demonstra estar preocupada com essa situação. Sabe dos riscos e das possibilidades de tratamento, mas afirma que não procura pensar sobre tal fato, embora utilize medicamentos quando está em unidades de acolhimento de longa permanência para usuários de drogas.

A vida de Ruth é uma clara demonstração do que poderíamos denominar de “vida marcada pela violência”. Suas escolhas estão diretamente associadas à fuga da violência, mas esta, ao que parece em sua entrevista, lhe perseguiu ao longo do percurso trilhado desde sua saída de casa.

Luane costumava frequentar as atividades coletivas promovidas por profissionais do Programa ATITUDE. Essas atividades possuem como objetivo promover a informação e a prevenção de riscos e agravos e debater sobre as histórias de vida dos participantes. Durante o período de inserção da entrevistadora na unidade ATITUDE Mulheres, *Luane* demonstrava aparência de profunda tristeza. Magra, cabelos curtos e voz baixa, chorava com frequência no quarto ao lembrar-se das filhas. Decidiu abordar a pesquisadora, pois lembrou que a mesma havia trabalhado em outra unidade do Programa ATITUDE. Dialogou sobre o tempo passado na instituição localizada na cidade do Cabo de Santo Agostinho e, com sorrisos, relembra que foi bem acolhida pela equipe profissional que constituía o núcleo. Iniciou a entrevista nervosa, pois o gravador dava-lhe a impressão de estar sendo filmada. Não desejava ser exposta. Houve um longo diálogo sobre a possibilidade da ausência do gravador, bem como da desistência da entrevista. Contudo, mesmo diante de tantos medos e receios, queria “desabafar”.

Afirmou ter 26 anos e ser natural do Recife. Interrompeu os estudos na 8^o série do ensino fundamental, após envolver-se com o tráfico de drogas na região em que morava. Declarou ter duas filhas e que ambas estão sob os cuidados da avó materna e de outros familiares. O genitor da primeira criança foi assassinado porque mantinha envolvimento com atividades ilegais através de grupos de extermínio e assalto a bancos. Nessa época, afirmou ter vivido em um barraco com as filhas e o companheiro. O casal tinha envolvimento com o tráfico de drogas local e foi dessa forma que *Luane* iniciou os primeiros consumos de drogas ilícitas.

Mantém algumas memórias preservadas sobre a infância. Relembra da primeira vez que pegou em uma arma de fogo dentro de casa. O irmão mais velho tinha envolvimento com o tráfico de drogas local e recorrentemente escondia armas e drogas na casa onde viviam. Esse mesmo irmão era o responsável pelos cuidados de cinco crianças na ausência da mãe – que necessitava trabalhar fora de casa para mantê-los. *Luane* relembra o dia que o irmão foi assassinado nas proximidades de casa. Chorando, afirmou que sabia quem era o assassino, mas não moveu forças para denunciá-lo, tampouco quis vingá-lo. Segundo ela, até hoje não entende os motivos do assassinato do irmão, embora saiba que isso provavelmente foi decorrente do envolvimento dele com a venda e o consumo de drogas.

Conforme sua entrevista, após o assassinato do irmão a vida tornou-se mais dura. A ausência de responsáveis pelas crianças impôs a *Luane* a emergência de manter-se e de buscar alternativas para a sobrevivência. Na adolescência, adentrou na lógica do tráfico de drogas, iniciando com pequenos repasses de maconha nas imediações das escolas. Dessa forma,

conseguiu a independência e montou seu próprio “barraco”. Nesse mesmo período encontrou seu primeiro companheiro – citado mais acima – e intensificou as relações com atividades ilícitas. Afirmou ter se envolvido com roubos e furtos em conjunto com o ex-companheiro, mas negou o envolvimento com o grupo de extermínio do qual ele fazia parte. A primeira filha surgiu deste relacionamento. Sua genitora, avó materna, cuida da criança. Para Luane, o fato de envolver-se com o tráfico de drogas foi uma forma de garantir a sobrevivência além de conseguir respeito entre os moradores do local em que vivia. Ela possuía fortes vínculos com seus familiares e suas memórias aludem aos cuidados e advertências de sua mãe, que, a todo tempo, indicava os perigos em torno do tráfico de drogas.

O companheiro era violento e, após seu assassinato, viu-se livre de uma relação eivada de agressões físicas, psicológicas e morais. Nesse momento, já estava envolvida com o processo de embalagens das drogas e repasse de maiores quantidades. Dessa forma, conseguia uma vida classificada, por ela, como estável, pois conseguia alugar melhores casas para viver com sua filha. Em um desses períodos, conseguiu pagar o acesso da filha a uma escola particular do bairro em que vivia. Embora o tráfico de drogas fosse utilizado como fonte de renda, reconheceu que não deseja tal destino para sua filha. Relatou que até esse período fazia consumo moderado de álcool e maconha.

O cenário mudou quando se envolveu com o consumo de *crack*. Afirmou ter iniciado o uso na “boca de fumo” que trabalhava e o acesso à droga diariamente fez com que a mesma perdesse o “controle”. Tornou-se agressiva com a filha, começou a consumir o que vendia, trocou objetos pela substância e começou a perder o *status* de traficante para o de “noiada”. Neste período, os conflitos com a família começaram e o convívio com a filha foi diminuindo, deixando os cuidados da maternidade sob a responsabilidade da avó materna. A situação agravou-se quando, em um dia, pegou uma quantidade considerável de *crack* para vender e decidiu consumir. Por causa disso, ficou ameaçada e precisou sair de onde vivia para não ser assassinada.

Assim, sem poder voltar para a sua comunidade, começou a jornada nas ruas do Recife e, num desses momentos sofreu o estupro de um homem que diz conhecer. Relatou o quanto sofreu por ter sido violada e por ter gerado sua segunda filha de uma relação sexual forçada. Afirmou que ninguém valoriza a vida de um usuário de *crack*, principalmente quando este é do sexo feminino. Quando sob efeito ou fissura do *crack*, muitos homens se aproveitam da situação para manter relações sexuais não consentidas.

A segunda filha foi gerada em meio a um consumo diário nas ruas do Recife. Afirmou que não deveria consumir *crack* durante a gravidez, pois tal ato poderia acarretar sequelas

para a criança. Inclusive, afirma que se arrepende por não conseguir ser a mãe que educa, cuida e protege os filhos. Nessa fase, buscava pedir alimentos na rua, mas evitava furtar ou roubar, pois começou a acreditar que tais práticas não são dignas, por fazer um “inocente” ser vítima de um “noiado”. Também realizava atividades de limpeza de carros e fazia pequenos repasses de *crack* para outros usuários. Mas, foi através da prostituição que conseguiu melhores rendimentos para manter seu consumo de drogas diário.

Iniciou com a prática da prostituição na comunidade de Chão de Estrelas e, pouco tempo depois, rumou para os bairros centrais da cidade do Recife. Relembra a beleza que tinha antes, até o início da relação com o *crack*. Com o tempo, foi emagrecendo e deixando de manter o asseio diário. O uso constante do *crack* marcou seus dedos e lábios com as cinzas dos cachimbos e latas. Afirmou ter conhecido o Chupa-chupa quando já se relacionava amorosamente com outra usuária de *crack* que a levou para o local. Consumia grandes quantidades da substância por dia e já mantinha conflitos em alguns espaços de prostituição da cidade. Foi atraída para o local pelas promessas de melhor acesso à substância com o tráfico e por ser local reconhecido como de prostitutas baratas que sempre têm clientes a procura de sexo.

Essa experiência, para ela, foi a maior expressão de degradação e humilhação. Ao chegar, foi hostilizada por ser nova e por disputar lugar no asfalto com as mais antigas. Para garantir a permanência, foi necessário realizar alianças através da entrega de algumas pedras para o consumo de algumas usuárias de *crack*. Ela lembrou o quanto o local é sujo, perigoso e escuro. Sentia-se igualmente suja por frequentar o Chupa-chupa e se mostrou muito envergonhada por seu sexo valer menos que um “picolé”. Nessa rotina de usuária de *crack* nas ruas do Recife, ela lembrou diversos momentos em que sofreu violências físicas e sexuais. Planeja reconstruir a vida através da reconciliação com a família, assim que conseguir paralisar o consumo de *crack*. Pretende voltar a reconstruir relações com as filhas, embora afirme não ser privada de encontrá-las. Mas, sente ter fracassado como mãe ao não ter acompanhado o desenvolvimento das filhas no dia a dia.

Marisa tinha o sorriso largo e prontamente aceitou ser entrevistada. Sugeriu uma filmagem para aparecer na “televisão” e ser conhecida por “todo mundo”. Acredita que, dessa forma, será mais respeitada e ganhará visibilidade nos espaços que frequenta. Relembra que jornalistas foram ao Chupa-chupa entrevistá-las e disse que apareceu em fotos sendo chamada de “mulher caranguejo”. Não gostou do nome dado a sua condição pelos jornalistas, mas garantiu boas fotos publicadas no jornal. Afirmou ter 23 anos e ser natural do Recife.

Interrompeu os estudos na 7ª série (atual 8º ano) do Ensino Fundamental após conhecer algumas mulheres e adolescentes envolvidas com a prostituição no bairro onde morava. A escola não era um ambiente interessante e, por isso, fugia com frequência no intuito de frequentar bares e bordéis. Marisa lembrou que a infância foi conturbada, com a presença de um pai e uma mãe que consumiam álcool diariamente. Segundo ela, eles eram constantemente agressivos e violentos com os filhos. Ainda de acordo com suas memórias, a avó materna era o símbolo da proteção e dos cuidados com as crianças da casa. Lembra com carinho a importância da avó na sua vida e o quanto sofreu com a ausência da mesma, após sua morte. Nesse período, intensificou o consumo de álcool, pois não suportava conviver com a perda de quem, segundo ela, realmente lhe protegia.

Na envolveu-se, com o consumo de álcool e maconha, e foi nesse período que teve sua iniciação sexual com promessas de melhores condições de vida e um casamento. Contudo, a realidade foi diferente e logo se viu com o dilema de não ser mais virgem - tão pouco casada. Lembrou a ausência de apoio e compreensão por parte dos genitores e decidiu ausentar-se de casa com mais frequência. Começou a frequentar bordéis e bares, inicialmente servindo refeições e bebidas, mas logo optou pela prostituição. Com o dono de um dos bares frequentados, decidiu manter relações e manteve-se assim por cerca de dois anos. Desistiu da prostituição nesse período para ficar ao lado do homem que escolheu. Mas, com o passar dos meses, percebeu que o companheiro era extremamente violento. Em uma das ocasiões, foi aprisionada por dias em um quarto nos fundos de onde morava. Nessa ocasião, planejava fugir e ao perceber que o companheiro se aproximava em busca de sexo, enfiou-lhe um garfo no peito e fugiu. Buscou apoio com amigas e decidiu procurar outro lugar para morar.

A prostituição foi uma alternativa para a sobrevivência em outra cidade. O Cabo de Santo Agostinho foi o local escolhido para reconstruir a vida. Inseriu-se num dos bordéis da cidade, alugou um “barraco” e engravidou pela primeira vez de um dos clientes. Mas, foi agredida e acredita que isso resultou no aborto do filho esperado. Naquele ambiente consumia álcool, maconha e conheceu o *crack* por um dos clientes com quem mantinha uma relação próxima e contínua. Após a rotina do consumo de *crack*, começou a furtar objetos de clientes e, com isso, era ameaçada e espancada com frequência. Decidiu retornar ao Recife, mas agora sem apoio de amigos ou familiares.

Começou a viver nas ruas e continuou na prostituição, ofertando sexo em alguns bares nos bairros da Imbiribeira e Encruzilhada. Foi acolhida pelos serviços municipais e estaduais voltados aos consumidores de *crack* da região metropolitana do Recife. Para ela, esses lugares são refúgios para repensar a vida e buscar alternativas. Mas, reafirma a dificuldade de manter-

se distante do consumo de drogas. Através do Programa ATITUDE, conheceu Ruth e foi levada ao Chupa-chupa. Marisa declarou que o lugar parece um inferno, pois, além de sujo, atrai pessoas agressivas. Afirmou que não se sente segura e tem medo de ser assassinada no local por clientes, traficantes, policiais e usuários de drogas.

Ao analisar as possibilidades futuras para sua vida, deseja encontrar um companheiro que lhe proporcione uma vida estável. Reconhece a dificuldade de encontrar essa pessoa, pois atualmente não se encontra nas melhores condições, principalmente após ser diagnosticada com HIV/Aids. Acredita que após abandonar o consumo de *crack* conseguirá tratar-se da doença e procurará um companheiro que a respeite e queira ter filhos.

Rosa também aceitou prontamente a entrevista. Ficou ansiosa com a possibilidade de ser escutada por alguém que não era do seu convívio. Questionou se sairia no jornal ou em “Cardinot” (popular programa de televisão recifense, que aborda, muitas vezes de forma preconceituosa e pejorativa, questões policiais do cotidiano da cidade e do estado). Ao perceber que não era uma pesquisa com intuito jornalístico, questionou o porque falar com uma “noiada”. Após diálogos e esclarecimentos, *Rosa* iniciou a entrevista dizendo estar atualmente com 32 anos de idade. Nasceu na cidade do Recife e recorda nunca ter estudado e não saber ler nem escrever. Ao longo de sua trajetória, gerou três filhos – ainda menores de idade – que foram retirados de seu convívio via Conselho Tutelar, pois com frequência era agressiva e vivia nas ruas com as crianças. No que diz respeito à infância, declarou não manter grandes lembranças, recordando apenas que foi um período difícil, pois residia com uma tia com “doenças nos nervos”. Na adolescência, viveu nas ruas do Recife e, assim, afastou-se de onde morava. Logo, encontrou um companheiro e foram viver em uma “favela”, sobrevivendo do pouco que arrecadavam coletando lixo para a reciclagem. Nesse período, realizava consumo rotineiro de álcool e nicotina, mesmo quando descobriu a primeira gravidez. Três crianças foram geradas desse relacionamento. Ela relembrou a difícil rotina nas ruas com o companheiro e a usualidade de violências e agressões. A mesma mostrou marcas deixadas no corpo pelas violências.

Ela afirmou que um dos motivos para os rompantes de violência por parte do companheiro se devia à sua prática de prostituição em bares no Cais de Santa Rita. Por vezes, abandonava os filhos sozinhos, ou com vizinhos, para prostituir-se e consumir álcool. Mesmo com as negativas do companheiro diante da prostituição que exercia, não deixou a prática, pois conseguia ganhar algum dinheiro e bens que valorizava. O fim do relacionamento chegou após – em um dos momentos de intensa briga e violências - seu ex-companheiro decidir

queimar o barraco onde viviam. As crianças foram entregues a alguns vizinhos e ela fugiu para não ser assassinada. Desta forma, passou longos períodos nas ruas até retornar para o encontro com os filhos. Nesse momento, referiu já realizar o consumo de *crack*. Conheceu a droga nas ruas e bares que frequentava com outras prostitutas.

Ao retornar as relações com os filhos, logo foi identificada pelo Conselho Tutelar e perdeu o direito de conviver com as crianças. Afirmou que, durante esse período, não reencontrou o ex-companheiro e que pretende retomar a convivência com as crianças sob a condição de interromper definitivamente o consumo de *crack* e a prostituição. O Chupa-chupa apareceu como possibilidade para a prostituição após ser levada por uma amiga para o local. Ao frequentar o Programa ATITUDE, soube do diagnóstico de HIV/Aids, mas não consegue manter a continuidade do tratamento quando está vivendo nas ruas do Recife. Acredita que o contágio aconteceu quando não utilizou formas de proteção nas relações sexuais. Afirmo que o Chupa-chupa é um desses locais que os homens procuram sexo barato e desprotegido. Mas, frequentou outros locais com as mesmas características: Joana Bezerra, Cais de Santa Rita e Dantas Barreto.

Iris foi convencida por Rosa a realizar entrevista. Perguntou sobre o uso do gravador e solicitou que, após a entrevista, escutasse tudo que foi falado. Animou-se com a possibilidade e, após o término do diálogo, afastou-se para um ambiente isolado e permaneceu escutando o áudio com um aspecto compenetrado e pensativo. Nascida na cidade de Paulista, migrou para o Recife ainda jovem. Atualmente, relata ter 35 anos. Declarou que nunca estudou em instituição de ensino, apenas sabe escrever o próprio nome. Afirmou ter quatro filhos de relações com homens diferentes, mas não mantém convivência com nenhum deles, uma vez que entregou cada um para vizinhos e parentes. Aos 11 anos, começou a frequentar as ruas da cidade de Paulista e a se envolver com homens mais velhos. Afirmou não guardar muitas memórias do passado, pois acredita que lida com “problemas mentais” devido aos sofrimentos da vida e às agressões que vivenciou ainda na adolescência. Até essa idade, viveu com uma tia que a tratava com desprezo e foi nas ruas que encontrou refúgio quando era castigada ou vitimada por agressões físicas. *Iris* relata que ainda quando criança foi deixada por sua mãe aos cuidados da tia. Afirmou não entender até hoje os motivos de seu abandono por parte da sua genitora.

O primeiro filho foi fruto de um relacionamento passageiro com um homem mais velho, e que não assumiu a paternidade. Embora afirme nutrir sentimentos de afeto e saudade dos filhos, *Íris* com frequência declara não possuir arrependimentos por não ser uma

referência materna para as crianças. Através dos conflitos, foi afastando-se de onde morava e migrando para outras localidades da cidade de Paulista e Recife. Morou, durante um tempo, em um prostíbulo e, neste momento, iniciou um uso diário de álcool, maconha e nicotina. Viver na prostituição não era situação simples, pois, muitas vezes, não sentia prazer ou era forçada a manter relações sexuais sem consentimento. Acredita que a “embriaguez” auxiliava no momento das relações com os clientes.

Durante esse período em prostíbulos, praticou aborto clandestino utilizando remédios e chás, pois não tinha condições de manter uma criança em tais condições. Além disso, por vezes não sabia sequer quem era o pai. Contudo, mesmo realizando abortos, ainda gerou três filhos de outras relações mais duradouras. Afirmou que em todas elas sofreu agressões físicas dos companheiros. No nascimento dos filhos, decidia entregá-los aos cuidados de vizinhos mais próximos. Declarou que nunca teve um trabalho de carteira assinada e que sua sobrevivência se deu com a prostituição e com a coleta de “lixo” nas ruas.

O consumo de *crack* começou após viver por longos vinte e oito anos nas ruas. A droga foi oferecida por amigas que também estavam envolvidas com a prostituição. Nessa época, utilizava cola e álcool como forma de manter-se acordada e para afastar os momentos em que sentia fome. O *crack* era uma substância barata, acessível e logo entrou na rotina diária de consumo de drogas da nossa entrevistada. Com um companheiro vivia nas ruas, montando e desmontando barracos nos becos e na frente das lojas do centro da cidade do Recife. As situações de violências físicas eram frequentes no relacionamento. Relata que, numa dessas erupções de agressões, foi brutalmente espancada com pedras e pedaços de madeiras, bem como foi esfaqueada. Acredita que o aborto que sofreu na época foi decorrente das agressões perpetradas pelo ex-companheiro.

Segundo o relato, viveu situações de violência sexual por alguns usuários que frequentavam os mesmos espaços de consumo de droga. Em uma das vezes, estava sob efeito de múltiplas drogas e apenas recorda que desmaiou enquanto sofria o ato sexual sem consentimento. Atualmente, busca proteger-se com facas e canivetes artesanais, pois reconhece que na “rua ninguém respeita mulé, nem criança”. Acredita que o fato de manter relações prolongadas com um homem afasta os perigos, mas nem sempre funciona como fator de proteção, pois, por vezes, alguns companheiros permitem que algumas violências aconteçam contra suas companheiras.

A vivência no Chupa-chupa surgiu quando decidiu prostituir-se nas imediações do Cais de Santa Rita e no Bairro do Recife. Pela proximidade, conheceu mulheres que faziam “programa” na região do Chupa-chupa e foi levada ao local. Refere que a experiência é a

imagem do inferno, pois o local é conhecido como sendo das mulheres com DST's. Atualmente, encontra-se em tratamento contra a sífilis e gonorreia, pois não consegue garantir o uso de preservativos ou qualquer tipo de proteção quando está em consumo ininterrupto de *crack*.

Declara que não tem grandes planos para o futuro, referindo que apenas deseja ter uma casa e trabalhar como faxineira. Acredita que sua esperteza e experiência de vida têm garantido a sua sobrevivência ao longo da vivência de rua na cidade do Recife.

Roberta iniciou o diálogo com a entrevistadora durante uma oficina de artesanato. Ensinou a fazer flores com papéis coloridos e sorrindo aceitou realizar a entrevista. Afirmou ter 29 anos e ser natural do Recife. Ao longo de sua trajetória, não aprendeu a ler ou escrever, e tem dois filhos. Foi criada no bairro de Santo Amaro, numa residência em que moravam três irmãos e a genitora. Afirmo que seu pai nunca assumiu as responsabilidades e o conheceu através de alguns vizinhos que o apontavam como seu genitor. Cresceu encontrando com ele pelas ruas do bairro, mas nunca manteve qualquer tipo de comunicação. Acredita que o homem que era apontado como seu pai, realmente o era, pois reconhece que era parecida fisicamente com ele. Quando já utilizava cola, soube que o pai negava com veemência a paternidade para os conhecidos, pois não admitia que uma filha fosse usuária de drogas e prostituta. Relata que o possível genitor foi assassinado em Santo Amaro por ladrões que queriam roubar os sapatos que usava.

Relembra que durante a infância conviveu com sua genitora, e que a mesma utilizava da prostituição como forma de manter os filhos. Por vezes, segundo ela, a mãe passava vários dias ausentes, e às vezes voltava com algum companheiro para casa. Em um desses episódios, afirmou ter sofrido violência física e sexual por um dos homens que frequentava a residência. Também relatou que o consumo de drogas era uma constante entre a mãe e os irmãos. Foi por conta da relação com as drogas que Roberta teve dois irmãos assassinados nas proximidades de onde moravam. Aos 15 anos, já mantinha vida sexual ativa com alguns homens e recebia em troca comida, roupas e sapatos. Sorrindo, afirma que seguiu o mesmo caminho da mãe: tornou-se prostituta. Contudo, embora utilizassem da venda do sexo, as duas não conseguiam entender-se, pois a mãe julgava as condutas da filha e vice-versa. Acredita que se tornou prostituta a partir da vivência com a experiência da mãe.

Para evitar os conflitos e agressões mútuas na casa onde residia com a genitora, decidiu casar-se. Dessa relação teve dois filhos, atualmente criados pela avó materna. Acredita que não foi uma decisão que trouxe melhores possibilidades para sua vida, pois

sofreu violências e tentativas de assassinato. Nesse período, o casal utilizava cola, maconha, álcool e nicotina. Por vezes exaltados, buscavam na agressão a solução dos conflitos. O ápice aconteceu quando Roberta foi vitimada por uma facada. Sua genitora decidiu então tentar assassinar o ex-companheiro de Roberta e, dessa forma, o expulsou de casa. A entrevistada afirma que o encontrou algumas vezes nas ruas e foi perseguida e agredida. Tem medo de encontrá-lo, pois o ex-companheiro não aceita a separação e se mantém afastado por medo de represálias da genitora de Roberta.

Além da prostituição – quando adulta –, buscou manter-se “catando marisco na beira do rio”. Mas, tal empreitada não durou muito tempo, uma vez que ganhava pouco pelo que conseguia coletar nas margens do Capibaribe. Além disso, declara que a poluição do local e a grande quantidade de pessoas sendo “catadores” diminuíram a quantidade de mariscos. Então, a prostituição continuou sendo a principal forma de garantir a sobrevivência. Buscou, por algum tempo, manter os filhos com os rendimentos obtidos com a venda de sexo, mas afirma que hoje em dia não consegue prover as necessidades das crianças.

Após frequentar o Chupa-chupa e consumir o *crack* ininterruptamente por dias, as condições financeiras e de saúde pioraram. Aproximadamente há seis anos, foi diagnosticada com HIV/Aids e sífilis. Atualmente busca tratar-se de uma tuberculose. Afirmou não ter grandes preocupações com seu estado de saúde, mesmo reconhecendo a gravidade dos fatos. Sorri enquanto relata o esforço da equipe do Programa ATITUDE em mantê-la devidamente medicada.

Com certo receio e envergonhada, afirma que sua mãe também envolveu-se com o *crack*, embora nunca tenham consumido a droga juntas. Quando encontrava com ela em alguns momentos no Chupa-chupa, eram ocasiões para discussões calorosas e agressões físicas. Ao encontrar sua mãe no ambiente de prostituição, rejeitava-a de forma contundente, uma vez que seu papel seria o de manter o exemplo perante a filha. Conviver no mesmo espaço de prostituição com a mãe era motivo de vergonha, inclusive quando eram alvo de comentários dos vizinhos, amigos, traficantes e prostitutas locais.

Contudo, afirmou que a mãe conseguiu manter-se em abstinência, depois da inserção no Programa ATITUDE e no CAP's AD, e atualmente trabalha para uma empresa como auxiliar de serviços gerais. A genitora com frequência afirma o quanto lutou para “vencer o vício” e hoje se tornou uma mulher “honestas” e avó dedicada. No que tange aos projetos de vida, Roberta acredita que conseguirá aprender a ler e escrever, pois mesmo “noiada” mantém a beleza, os dentes conservados e a pele sempre limpa. Envergonha-se de conseguir

preservar o corpo, mas de não ter conseguido, ao longo da vida, aprender e a ler e escrever. Apenas escreve o primeiro nome e diz que isso não é suficiente.

Como podemos perceber as breves trajetórias expostas ao final deste capítulo mostram alguns dos motivos que nos ajudam a entender as violações de direitos presentes na vida dessas pessoas. O uso de drogas e a prostituição aparecem como saídas e reflexos de contextos marcados pelas dificuldades cotidianas, que certamente estão presentes na vida de vários indivíduos que vivem no Recife. Exatamente em um contexto social de inúmeras garantias legais de direitos que visam a proteção dos sujeitos sociais, encontramos a barbárie da negação real destes mesmos direitos nos setores mais vulneráveis. Esses segmentos sociais continuam expostos a violações de cunho sexista, racista e classista. Em meio a diversos avanços no que tange a desconstrução e reconhecimento dos estereótipos de gênero, ainda encontramos o reforço da objetificação do corpos das mulheres. Como aspecto importante para o entendimento das ações dessas mulheres, veremos a seguir algumas questões sobre o espaço físico e o território, nomeado por Chupa-chupa.

4 LAMA: ENTRE POBREZA E VIOLÊNCIAS

Canto de Amor e Lama I

*Choveu
e há lama em Santo Amaro
nas ruas
nas casas
vós contornais
eu não
a mim a lama não suja
em mim há lama não suja
eu sou a lama das chuvas
que caem em Santo Amaro*

*Vosso Scotch
pode me sujar por dentro
cachaça não
vosso perfume
pode me sujar por fora
suor nunca
porque sou suor
A cachaça e a lama
das chuvas que caem
em Santo Amaro das Salinas.*

(Erickson Luna, 2007)

A vida das mulheres que se prostituem no Chupa-chupa não começa neste tempo e espaço. Antes de venderem serviços sexuais, elas construíram trajetórias permeadas pelas condições de pobreza e violências. A chegada ao Chupa-chupa representa o que essas mulheres consideram como o último estágio de sua aparência e degradação:

Estou sem lavar meus cabelos, toda suja [...]. Cheirando a merda! Cheguei ao fundo de tudo, nem é do poço. Aqui é o fim, não tenho mais nada, nem sei por que ainda estou viva (MORGANA, 41 anos).

Eu não quero que ninguém me olhe desse jeito. Ontem minha mãe veio me procurar e eu me escondi, né. Não quero que ela olhe o que tô vivendo aqui. Pior lugar que existe, eu sei! Pra onde eu vou? Não tem lugar pra ir [...]. Do jeito que eu tô, só dá pra ficar por aqui mesmo ou ir pro Atitude (RUTH, 27 anos).

Conheço cada buraquinho do Recife. Já fumei pedra no Cais, no centro, em Chão de Estrelas... Tudo que é canto! Aí fui caindo, caindo, caindo e parei aqui. Não tem lugar pior pra trepar e ficar noiada... Tudo é no meio desse lixo, capaz de morrer com esses caras (LUANE, 26 anos).

Conforme ressaltamos nos capítulos anteriores, o consumo de *crack* e de outras drogas e a prostituição, figuram como fenômenos de origens distintas e que necessariamente não estão atrelados. Contudo, em um determinado momento histórico, houve o encontro entre essas duas práticas no cotidiano de alguns sujeitos. A prostituição continua sendo predominantemente exercida por mulheres e o consumo de drogas tem sido evidenciado nas experiências de inúmeras delas em escala mundial.

A peculiaridade desse encontro, para este trabalho, habita nas experiências das mulheres que consomem *crack* e se prostituem em um espaço geográfico marcado pelos manguezais, pelo rio e pelo asfalto. Dentre inúmeros lugares da cidade do Recife, a faixa de manguezal nomeada como Chupa-chupa tem sido utilizada para as experiências tratadas nesta produção. Entre o passado e o presente da capital pernambucana, os manguezais foram e ainda são expressões radicais das desigualdades e contradições construídas a partir das relações humanas. A lama dos manguezais, ao longo da história da cidade, acolheram aqueles considerados como degredados, marginais e desviantes. Aliás, foram os manguezais e morros³⁰ os lugares sobranes para a parcela da população de pobres e pauperizados, no desenrolar da urbanização recifense. O usufruto desses lugares são expressões da luta pela sobrevivência destes sujeitos ao longo da história da cidade. Antes lugares demarcados pelos mocambos, hoje espaços de agravamento da penúria material e de violências.

Com base nessa reflexão, situaremos neste debate a condição de viver na lama como sendo a expressão radical de experiências construídas ao longo do tempo na cidade do Recife, em espaços considerados impróprios para a vida. A lama, portanto, simboliza vivências perpassadas por extremos contextos de pobreza e violências. Em meio às dificuldades, as mulheres do Chupa-chupa vivem em um contexto de constantes riscos, o que é agravado por suas especificidades do gênero. Por mais que saibamos ter sido o espaço elaborado pelas mesmas, ele se apresenta de forma hostil, conferindo um cotidiano que beira o limiar da sobrevivência. Viver na lama é tornar-se, pouco a pouco, parte e fruto dela. Uma lama que é negada nas engrenagens da cidade dos grandes arranha-céus, e que persiste em afirmar discursos de um desenvolvimento para todos, com direitos universais. Estes, no entanto, não

³⁰ Importa salientar que as duas formas de ocupação habitacional no espaço urbano do Recife mantiveram particularidades históricas. Os mocambos em manguezais e áreas alagáveis são encontrados desde as primeiras ocupações da cidade, através das relações estabelecidas com o Porto. No que tange aos morros, a acentuada ocupação ocorre a partir dos anos de 1930 e perdura com intensidade através dos anos de 1960. Nesse período, os projetos urbanos investiam no aterramento das partes centrais da cidade do Recife para estimular a expansão da rede de comunicação e infraestrutura da cidade. Dessa forma, as populações pobres se deslocaram para as partes mais distantes do núcleo central da cidade, estabeleceram moradia em terras desvalorizadas e de pouco interesse imobiliário. Para mais informações ver: Lima (2012).

são para todos, mas apenas para alguns. Para as mulheres do Chupa-chupa, o que restou foi a lama, no dia a dia da miséria perpassada pelo uso de drogas e da prostituição, regada a violências extremas.

4.1 “Dinheiro na mão, calcinha no chão”: caminhos trilhados até o Chupa-chupa

Os caminhos que levaram as mulheres entrevistadas, aos manguezais - localizados no que conhecemos por Chupa-chupa - nos conduzem à percepção de que as histórias contadas revelam traços de similitudes. O resultado dos discursos dessas pessoas ocorreu após três meses de contínuo acompanhamento no território, bem como nos programas que visam acolher usuários de *crack*. Ao todo foram realizadas nove entrevistas e inúmeras conversas “informais” em todos os espaços utilizados para a pesquisa de campo.

Nesse estudo, constatamos que o início do consumo de drogas não se deu através do *crack*. As primeiras experiências aconteceram na juventude com álcool e tabaco, mas foi na transição da vida familiar para a vida na rua que sucedeu a intensificação do consumo de *crack* por essas mulheres. Sob este ângulo, Ribeiro *et. al.* (2010) expõem que o *crack* não costuma ser a droga inicial utilizada pelas mulheres.

No caso das nossas entrevistas, as primeiras experiências com o consumo de drogas, ocorreram no ambiente doméstico com os pais, irmãos, tios e primos. Morgana e Clarice enfatizam que, ainda menores de idade, o consumo de álcool e tabaco era encontrado corriqueiramente na casa onde viviam. Além disso, através de suas memórias, o consumo de drogas em determinadas ocasiões estava relacionado com erupções de violências, conforme expresso nas palavras de Morgana:

Todo mundo lá em casa bebia e fumava. Foi assim que eu conheci essas desgraça [álcool e tabaco]. Quando meu pai tava em casa só vivia cheio de cachaça. Chegava da rua com as raparigas e metia o cacete em todo mundo. (MORGANA, 41 anos)

Para Clarice a situação não foi diferente. As relações de conflitos foram observadas desde a infância. De acordo com sua narrativa:

Meu pai bebia muito e minha mãe separava por que ele chegava e batia na gente. Ele saía e voltava. Dizia que ia mudar, entrava na igreja, mai não dava

uma semana não. Começava beber e começava tudo de novo [...]. uma vez chegou a puxar uma faca pra ela. Ai, meu irmão mais velho foi pra cima. Foi uma desgraça só (CLARICE, 25 anos).

Além do consumo de drogas por familiares, há relatos que ressaltam o fato do tráfico de drogas fazer parte da dinâmica cotidiana da casa, uma vez que possibilitava o sustento do núcleo familiar. Luane afirma que o tráfico de drogas foi, para sua família, uma atividade que possibilitou angariar proventos para os filhos. Sendo mãe solteira, pobre, com baixa escolarização e moradora de periferia, associada à condição de negra e usuária de drogas, a entrevistada utilizou como alternativa, desde a adolescência, o tráfico de drogas. Conseguia com isso os rendimentos da casa e os cuidados dos filhos. Para ela, sem o recurso de uma adequada educação formal, o mercado de trabalho lícito tornou-se cada vez mais distante enquanto possibilidade de garantir a sobrevivência do núcleo familiar. A ausência da figura paterna para os filhos agravou consideravelmente os problemas financeiros. Nesse sentido, o tráfico de drogas, além de figurar como uma possibilidade de ser respeitada no bairro onde vivia, tornou-se a melhor estratégia para a fonte de renda da família. Dessa forma, conseguia aliar o tráfico de drogas com os cuidados dos filhos.

Através de um irmão - morto pela relação com o tráfico - Luane conseguiu espaço e respeito para iniciar a atuação com o tráfico de drogas do bairro onde morava. Vizinhos também faziam parte da mesma atividade como forma de garantir os proventos necessários para a sobrevivência. Sob esta questão, Cortina (2015) relata que o tráfico de drogas, em determinadas regiões e bairros, torna-se uma atividade comum que agrega familiares, sem ser vista enquanto atividade evitada de estigmas por seu caráter criminal. No caso de Luane, a situação mudou quando o consumo de crack tornou-se rotineiro. Iniciou os conflitos com o tráfico de drogas local, pois não conseguia realizar o repasse das drogas sem consumir boa parte das substâncias ou do dinheiro arrecadado. Gradativamente rompeu com os acordos e códigos de condutas aceitados pelas lideranças do tráfico de drogas do bairro. Ao ser identificada como “noiada”³¹ foi acusada de não conseguir manter a rotina de acordos que permeiam a venda do *crack*. Para ela, o respeito nas relações com traficantes está relacionado com a capacidade de manter o controle das ações e, principalmente, de cumprir os acordos que envolvem a comercialização das drogas. Dentre esses acordos, está a capacidade de garantir a venda, a quantidade do produto e o repasse dos valores angariados nessa transação.

³¹ O termo noiada é frequentemente utilizado como forma de classificar as mulheres que utilizam o *crack*. A expressão mantém referência com os efeitos de paranoia, geralmente sentidos pelos/as usuários/as desta substância. Com alteração do estado mental, algumas entrevistadas afirmaram manterem sentimento de medo, que incluem noções de estar sendo perseguidas e vigiadas por outras pessoas.

Outro elemento relevante no que tange ao consumo rotineiro do *crack* tem sido a fragilização dos vínculos familiares. Os furtos de objetos, as ameaças do tráfico de drogas e o abandono dos filhos com os avós e vizinhos foram momentos relatados de agudos conflitos familiares, que, por vezes, geraram o rompimento dos vínculos afetivos. Algumas mulheres relatam que a composição familiar foge dos padrões nucleares formados por pai, mãe e filhos. O abandono da figura paterna é ponto comum entre os relatos. Diante disso, o grupo familiar pode ser definido como lugar de convenções, no qual se revela uma série de valores e condutas partilhados no cotidiano das relações entre pessoas, com laços sanguíneos ou não. Ainda sobre esse conceito, Miotto afirma (2010, p. 5):

Um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado.

Examinando as relações familiares, Minayo (2005) esclarece que situações amorosas e de cuidado tornam-se um dos fatores de proteção frente aos riscos associados ao consumo de drogas e à dependência química. Os relatos nos mostram que o fator proteção, através das famílias, não foi/é uma realidade nas vidas dessas mulheres. O abandono familiar, seja pela morte de parentes ou por conflitos de toda ordem, forjou uma aguda relação de distanciamento dessas mulheres com aqueles/as considerados/as família. Contudo, tais abandonos já são encontrados no passado. A maioria das entrevistadas enfatiza a chefia das mães e avós nos lares com a ausência paterna demarcada desde a infância. Moraes (2011, p. 30) atenta para o fato de a família ser culpabilizada por não conseguir manter-se enquanto fator de proteção dos sujeitos que a compõem. O autor enfatiza que “o sistema econômico transfere para o grupo familiar parte de sua irracionalidade” quando não garante a proteção do Estado e da sociedade.

Em torno da questão das mulheres usuárias de *crack*, que, em suas trajetórias de vida, apresentam o consumo de drogas que acarreta em determinados problemas de ordem biopsicossocial, há muitos discursos individualizantes e moralizadores. Em tais compreensões, há uma hierarquia de valores que não leva em consideração as assimetrias que atravessam as relações sociais. Ou seja, as mulheres usuárias de *crack* ao não corresponderem a determinadas práticas e condutas, são alvos de discursos de cunho conservador. Desta forma, a noção que prevalece, por vezes, é a divisão do mundo em pessoas “boas” ou “ruins”,

invisibilizando as condições materiais e imateriais que forjam as bases das desigualdades de gênero, cor e classe social (DUTRAS; HENRIQUES, 2016).

De acordo com as análises de Dutra e Henriques (2016), ainda prevalece discursos pautados em uma compreensão de que as características encontradas e classificadas como sendo um “perfil problemático” feminino estão ancoradas numa concepção de um rompimento com a natureza ou essência das mulheres. Esses discursos reproduzem as representações de gênero em perspectivas homogeneizantes e estereotipadas. Os lugares estão marcados a partir dos jogos, presos a identidades fixas, pautadas pelo sexo imutável, eterno, marcado pelo destino e natureza. Nesse ínterim, as diferenças, compreendidas como estáticas e naturais entre os sexos, perpetuam um olhar eivado de estigmas. Nas palavras das autoras:

[...] É perceptível que a noção articulada de que a mulher que faz uso abusivo de crack é supostamente um caso mais complicado por causa das questões de ordem física (que a assistente afirma não saber muito bem quais são), é acompanhada por uma *noção subjacente* que compreende o uso feminino de crack como um caso *moralmente pior*, não somente pelo frequente engajamento dessas mulheres na atividade da prostituição ou da citada “agressividade”, mas também pelo fato primeiro de serem mulheres. (DUTRA; HENRIQUES, 2016, p. 321).

No que tange ao aspecto dos desafios frente aos estigmas, através dos relatos, foi possível atentar que essa estigmatização perpassa todas as relações que as mulheres estabelecem não apenas nos serviços de acolhimento, mas também no contexto familiar e nas ruas da cidade. As mulheres entrevistadas vivenciaram esse aspecto que acarreta na associação entre a condição de classe, de ser mulher e, por vezes, de ser classificada como negra. No que tange ao último aspecto, há a hiperssexualização e erotização das mulheres classificadas como negras. Tal aspecto está situado historicamente no imaginário e nas representações sociais, ao dividir as brancas e negras em mulheres da casa e da rua. Mesmo com as mudanças e complexidades da moral sexual na contemporaneidade, ainda localizamos resquícios de compreensões que versam sobre a naturalização da sexualidade das mulheres negras, consideradas por natureza mais aptas às relações sexuais despudoradas. Sobre esta reflexão, Morgana relata alguns elementos:

Todo mundo gosta de uma “pretinha”. A gente é ferosa mesmo [...] e os cara gosta. Me chama de nega safada, gostosa e tanta coisa. O povo fala dos cabelo duro e na hora de meter ninguém liga [...], procuram as neguinhas, né? (MORGANA, 41 anos).

A prostituição aparece como uma forma de reproduzir a vida e garantir a sobrevivência nas ruas. Na maioria dos casos, a oferta do sexo ocorre ainda na infância, quando as primeiras vivências em situação de rua estão sendo realizadas. Nesses casos, a associação da oferta do sexo, muito jovem, marca uma trajetória aguda de abandono social e familiar.

Viver na rua e sendo puta crackeira é luta todo dia. Se a gente dorme na frente de uma loja, vem o povo e xinga, cospe, manda sair. Ninguém quer ver a gente [...] Por isso vivo ali (Chupa -chupa), só ali que eu fico mesmo (ROSA, 32).

Assumir outra forma de vivenciar a sexualidade, encarada como transgressora e dissidente, é enfrentar os primeiros passos nas calçadas e nas “batalhas”. Romper os laços familiares quando jovens impõe a construção de estratégias que garantam medidas imediatas para a sobrevivência. Por outras vezes, a família é a primeira forma de vivenciar as violências e de estruturar as relações a partir desses códigos de conduta.

Essas mulheres afirmam que haveria outras possibilidades para além da prostituição. Contudo, essa relação de usuária de *crack* e prostituta acarreta na não permanência em alguns empregos como faxineiras, lavadeiras, vendedoras, cuidadoras de crianças. Embora muitas delas não tenham vivenciado outras atividades, o discurso permanece sendo de que outras possibilidades existem para as mulheres e de que o *crack* impede a efetivação de tais planejamentos. Algumas outras conseguiram, em um determinado momento, realizar outras atividades, mas, por conflitos familiares ou por grandes perdas, começaram a construir relações na rua que forjaram as condições de permanência nesses espaços. Relatam, por vezes, que até o consumo dependente de *crack* (dentre outras drogas), conseguiam construir outras possibilidades, mas não muito diferentes das condições precárias comumente encontradas nas realidades das mulheres extremamente pobres da cidade do Recife. Segundo Carneiro (1995), a miséria caracteriza grande parte das famílias chefiadas por mulheres. De acordo com a autora, o quadro torna-se mais agudo quando essas famílias são chefiadas por mulheres mestiças ou negras, que geralmente pouco acesso tiveram à educação e ao emprego formal.³² Esse dado é encontrado, por exemplo, nos discursos de Morgana:

³² De acordo com dados analisados por Lucena (2010, p. 57) “as mulheres sustentam um quarto das famílias brasileiras, segundo IBGE. Esse número vem crescendo ano a ano. Em 1990, as chefes de família eram 20,3. Em 1995, atingiram 22,5; em 1999, chegaram a 26%. A maioria delas não vive com o companheiro. Em 2004, já ultrapassam os 30% [...]”

Eu vim de Chão de Estrela, ali perto da Encruzilhada. Morei a vida toda lá com minha mãe e nove irmão. A gente morava no canal do Jacarezinho e depois foi pra outro canto [...]. Eu não lembro direito da minha infância! Só sei que trabalhei muito com minha mãe. Trabalhava com roupa de ganho e a gente saía de lá pra Olinda e Boa Viagem pra lavar roupa. Minha brincadeira era viver lavando roupa [...]. Meu pai foi embora e minha mãe cuidava de nove. Quando cresci um pouquinho foi que casei. Ele batia em mim e eu batia nele [...]. Tirava sangue, já me furou e a gente tá mais junto não [...]. Desde aquele tempo eu gostava de beber e ia pros brega [...]. Comecei a me prostituir lá em Chão de Estrela no terreno da antiga Coca, sabe onde é, né?! [...]. Todo mundo falava pra mim deixar essa vida, lavar roupa, faxinar casa, cuidar dos filhos. Eu nunca quis porque ganhava pouco e, às vezes, tinha e outras nem tinha [...] Ai usei *crack* e hoje to aqui tentando me recuperar. Fiquei lá no manguezal porque tem cliente e droga fácil, mas né bom, não. Lá tem que ser dinheiro na mão, calcinha no chão. Quero sair do mangue por que ali não presta pra ninguém. É muita trairagem, tem que tá olho vivo [...]Quero deixar essa vida! [...]. Nem sei quando fui pra lá. Acho que tô nessa vida [prostituição] já faz uns 15, 20 anos. Nem sei! (MORGANA, 41 anos).

Comumente, a prostituição, bem como o consumo de determinadas drogas, vem sendo encarada como uma “escolha”, abstraindo-se dessas análises as condições materiais e imateriais que dão forma às desiguais relações que se estabelecem no cotidiano da vida. De acordo com Mattos (2009, p. 205):

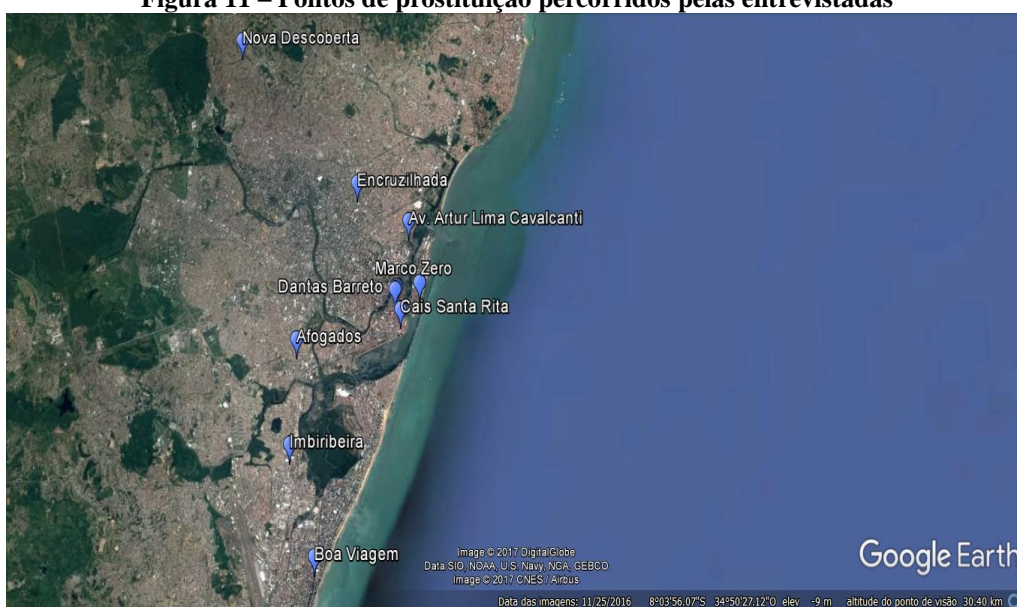
A prostituição não é, na maioria dos casos, uma escolha propriamente dita dessas mulheres. Essa escolha, como diz Bourdieu, é apenas aparente, constituindo-se, na verdade, em uma ‘escolha pré-escolhida’, na qual as prostitutas são inclinadas a orientarem sua conduta a partir de alternativas previamente definidas pelo contexto de vulnerabilidade e precariedade do seu universo familiar.

O que há em comum nas histórias de vida das mulheres entrevistadas são as condições de existências atravessadas por um contexto de pobreza, associadas a violências diversas vivenciadas desde a infância e perpetuadas até a fase adulta. A utilização de práticas sexuais como recurso para a garantia da sobrevivência aparece nos relatos, inclusive sobre a infância. O consumo do *crack*, nessas trajetórias, soma-se a um cenário acentuado de dificuldades individuais. É nas ruas e nas relações estabelecidas nas calçadas, barracos e praças que os primeiros consumos de drogas aparecem, para a busca do prazer, para aplacar a fome e o frio ou para abrandar o sofrimento.

As mulheres entrevistadas, antes de chegarem ao Chupa-chupa, já vivenciavam, o contexto da venda do sexo em troca de dinheiro ou outros bens. Boa Viagem, Afogados, Chão de Estrelas, Imbiribeira, Cais de Santa Rita, Praça da Independência, Avenida Caxangá e

Nova Descoberta foram alguns dos locais referenciados como sendo frequentado para a prática da prostituição, antes de conhecerem o Chupa-chupa. Como forma de ilustrar, demarcamos os espaços citados na figura abaixo:

Figura 11 – Pontos de prostituição percorridos pelas entrevistadas



Fonte: produção autoral, 2017.

Com as falas das entrevistadas e com a figura acima, observamos a diversidade de lugares utilizados para a venda de sexo na cidade do Recife. Além disso, a figura nos possibilita refletir sobre os intensos deslocamentos dessas mulheres pelo núcleo urbano com o objetivo da venda do sexo. Tais deslocamentos relacionam-se com a associação entre o *crack* e prostituição, principalmente na construção de relações que impuseram - através de conflitos, violências e ameaças - a procura de outros locais que necessitam de táticas e estratégias no universo da sobrevivência diante da relação entre consumo de *crack* e prostituição. Quanto mais a prática foi sendo associada ao consumo de *crack*, maiores foram às procuras de outros locais para a prostituição. Locais que aceitassem as “noiadas” magras, por vezes, sujas e “pernoitadas”. Os conflitos iam se acumulando tanto com as famílias como nas ruas. Ser andarilha tornou-se uma exigência para conseguir mais clientes e mais drogas no cotidiano de Amanda, Clarice, Morgana, Luane, Marisa...

O relato de Luane exemplifica essa condição de andarilha em outros pontos da cidade até o Chupa-chupa. Através dos relatos, é nas ruas e instituições municipais e estaduais que se torna possível adentrar ao universo dessa faixa dividida entre o mangue e o asfalto. Ou seja, a

entrada no Chupa-chupa é mediada por outras mulheres que já frequentam o espaço com o objetivo da prostituição e consumo de *crack*. Luane, em seu relato, assumiu, por diversas vezes, ter predileção por relações afetivas e sexuais com mulheres, mas, ao precisar manter o consumo de *crack* nas ruas, recorria à venda do sexo para homens:

Eu comecei a me prostituir perto do Chupa-chupa, num posto de gasolina. Uma menina que eu tive uma relação com ela me levou pra lá, porque tem muito caminhoneiro de noite. Eu não gosto de homem, mas na hora da agonia, tem que fazer! [...]. A gente fazia programa pra fumar droga e pra comer. Ela se prostituía de um lado e eu do outro. Era sempre perto do fim de semana, por que dava mais gente. Quando não era dia de se prostituir a gente fazia viração, roubava, catava lixo e ficava às vezes na rua ou em algum barraco. [...]. Depois veio uma colega minha que me levou lá pro Chupa-chupa dizendo que era fácil levantar dinheiro e bom pra fazer uso. Quando eu cheguei... As nega tudo me olhando por que ainda eu tava bonita, com um corpão, tava magra assim não (LUANE, 26 anos).

Ao comparar as realidades de Boa Viagem e o Chupa-chupa, Ruth explica que a manutenção do corpo e de determinadas práticas incidem diretamente na permanência ou não de determinadas mulheres nos locais:

Tem que ser gostosa pra ficar na avenida (Boa Viagem). Os clientes de lá tem dinheiro e quer mulher bonita, gostosa e lá no Chupa-chupa só precisa ter o buraco mermo. [...]. Quando tem, coloca um batom, maquiagem, uma roupa limpa. (RUTH, 27 anos).

No decorrer do consumo do *crack*, problemas foram gerados no cotidiano das ruas e na manutenção de alguns padrões estéticos. As entrevistadas começaram a demonstrar padrões inversos aos exigidos da feminilidade. Alguns pontos de prostituição não aceitam determinados padrões corpóreos das usuárias de *crack*. Passa-se, então, a procurar espaços que aceitem determinadas condições do corpo, bem como de conduta. Os valores do sexo estão amplamente associados aos atributos de beleza e higiene. Quando não conseguem garantir tais padrões, o Chupa-chupa começa a servir como o lugar legítimo para a prostituição dessas mulheres. Os cuidados com o corpo, portanto, começam a influir nas condições de permanência ou de exclusão dessas mulheres em algumas “zonas” de prostituição da cidade. Mas, o que seria o corpo? Segundo Le Breton (2007, p. 07):

Os usos físicos do homem dependem de um conjunto de sistemas simbólicos. Do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a

existência individual e coletiva; ele é o eixo da relação com o mundo, o lugar e o tempo nos quais a existência toma forma através da fisionomia singular de um ator. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade.

Os usos do corpo devem ser compreendidos sob o signo do diálogo, nem sempre tranquilos, com a heteronormatividade. Tal categoria, segundo Butler (2001), está associada aos papéis esperados e estabelecidos pela lógica binária da heterossexualidade. Aparentemente, impõe-se a heteronormatividade como único lugar possível, pois, “[...] para que um sujeito seja “legível” e “inteligível” dentro da cultura, é necessário que se mantenha um conjunto de relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (ALÓS, 2011, p.430). Nesse sentido, as mulheres em contexto de prostituição estão disputando espaço sob uma lógica predominantemente masculina e heterossexual. A definição de valores tem relação com a estética do corpo, bem como com as práticas simbólicas envolvidas na venda do sexo enquanto mercadoria. E nesse quesito é preciso ser bela e se reconhecer como tal. Enquanto mercadoria, o corpo está sob a lógica do “paga-se e vende-se”. No que tange a relação mercadoria-corpo, Silva (2012) enfatiza a transformação da mulher em objeto/coisa sob o domínio do homem – detentor do dinheiro e do prazer:

Sob o capitalismo a mulher prostituída, convertida em coisa, se encontra com o homem, detentor da mercadoria dinheiro, para objetivar um produto, o prazer, que é a ela alheio. Esse produto [prazer] também não consegue ser a ele [o homem] pleno de sentido, por representar o contato não com um indivíduo livre desejante, mas com um corpo que está a ele disponível pela mediação única da mercadoria dinheiro (SILVA, 2012, p. 83).

Diferente de Boa Viagem, o Chupa-chupa apresenta uma prostituição marcada por amplos conflitos com o tráfico de drogas e com os aparelhos repressores do Estado. Mesmo próximo de um complexo de serviços municipais, estaduais e privados, o Chupa-chupa se configura geograficamente como uma avenida acompanhada por uma faixa de manguezal amplamente degradado e poluído. Esse espaço, portanto, deve ser pensado em suas expressões no que tange aos padrões de identidades e sociabilidade. Dessa forma, o espaço urbano não se configura apenas como linhas geográficas. O espaço é, antes de tudo, lugar no qual se constroem relações de amizade, solidariedade, conflitos, identidades etc. E o Chupa-chupa representa bem esse contexto, pois teve suas configurações e objetivos iniciais redefinidos por aqueles que se apropriaram do espaço, reinventando-o para servir aos seus interesses e objetivos, sejam estes cômicos ou não.

Pensada para ser uma avenida com fins turísticos, o Chupa-chupa atualmente apresenta um repertório de práticas acusadas de transgressoras e imorais. Entre a “maré” e o asfalto circulam carros e algumas pessoas. Muitos dos transeuntes que passam pela avenida sabem da existência da oferta de sexo e drogas, o que não nos autoriza a afirmar que exclusivamente circulam pelo local com tal fim. Nessa avenida estão estabelecidos diversos grupos com fronteiras que estão em constante movimento. Grupos de jovens formados por traficantes; homens usuários de *crack*; mulheres e travestis se prostituindo, consumindo e/ou vendendo drogas; homens à procura de sexo, drogas e prazer; crianças acompanhadas de seus pais em situação de rua; pescadores, serviços de assistência; polícia etc. Esses são alguns grupos que foram visualizados no cotidiano da pesquisa.

O espaço construído, a partir das relações ali estabelecidas, não pode ser visualizado sem levar em conta as identidades e regras sancionadas pelos grupos que fazem parte do cotidiano do lugar. Os sujeitos que circulam pelo Chupa-chupa se reconhecem como portadores de símbolos, condutas e valores comuns. De maneira geral, o local é composto por práticas reconhecidas como ilegais e imorais. Mas, não seria qualquer prática com esse perfil. As associações entre consumo de *crack* e prostituição de mulheres formam a tônica de todo o conjunto de relações que são fixadas na avenida em questão. O tráfico de drogas encontrou na venda do sexo, ofertado todos os dias e horários, uma forma de expandir os lucros e a quantidade de usuárias à procura do *crack*.

Os conflitos com as travestis na avenida Mário Melo³³ impôs a algumas usuárias de *crack* a necessidade de migrar para outros ambientes que aceitassem a condição de prostituta. Segundo relatos, a avenida Mário Melo tem como ofertantes do sexo as travestis. Foram elas que, ao longo do tempo proibiram a circulação de usuárias de *crack*, pois afirmavam que a relação entre o consumo desta substância e a venda do sexo expõe todas as prostitutas aos riscos de violência e ao rebaixamento do valor do “programa”. De acordo com o relato de uma informante:

Eu não sou de lá, sabe? Acho aquele lugar um inferno. Só tem droga! Gosto de [me] prostituir na Mário Melo por que lá as coisas são mais organizadas. Lá você pode usar sua droga, mas não pode perder o controle. Quando perde começa a roubar, cobrar pouco, assaltar. Ai, todo mundo fica com medo de ter problema. Se a prostituta não dá certo lá, ajeitam logo pra colocar ela pra correr. Sobra o Chupa-chupa mesmo pra quem está descontrolada. Faz o

³³ A avenida Mario Melo está localizada nas proximidades da avenida Artur Lima de Cavalcanti. É cerca de um quilometro de distância entre as avenidas, separados por um trecho da Rua da Aurora.

sexo lá dentro [manguezal], pega a droga por lá mesmo e fuma escondido pra ninguém ver (INFORMANTE C).³⁴

Contudo, a formação do Chupa-chupa tem relações com a conformação dos projetos urbanos da capital recifense, no passado e no presente. Os manguezais continuam sendo pontos da cidade representados pela pobreza e estigma. No seu entorno ainda continuam a existir, em alguns pontos da cidade, a construção de moradias precárias conhecidas como “favelas” e “lugares perigosos”. O Recife persiste sendo uma cidade de muitas ilhas reais e simbólicas.

Sendo assim, o Chupa-chupa é representado por sujeitos que demarcam a miséria na paisagem da cidade. É um espaço elaborado nos limiares da sobrevivência pelos mais pobres, dentre os marcados pela miséria. Contudo, não podemos perder de vista que a invenção da miséria é, antes de tudo, determinada por um modelo de produção que fomenta contrastes e contradições, nas condições materiais e imateriais dos indivíduos e coletividades.

Eis, portanto, o quadro existente no local nomeado por Chupa-chupa. Mulheres usuárias do *crack* e que agenciam seus corpos (ou são agenciadas) como forma de conseguir meios para manter a si e ao consumo da droga. Em meio aos conflitos de toda ordem, essas mulheres estabeleceram situações em que há a negociação do simbólico, por mais que estejamos nos referindo a uma situação de degradação extrema. Elas conseguiram, ainda assim, em meio à lama e às adversidades, fixar-se em um ponto para fazerem o comércio do sexo e o consumo de drogas. Veremos a seguir, como, em meio à lama, a vida segue tendo contornos de extrema complexidade e dificuldades.

4.2 “Num é escolha não - sofrimento”: A prostituição no Chupa-chupa

Durante um diálogo que ocorreu nas instalações do Programa Atitude, um usuário questionou sobre os objetivos desta pesquisa. Nessa conversa, o mesmo fez algumas reflexões sobre a relação entre consumo de *crack* e prostituição de mulheres:

Lá você vai encontrar uma tua de mulher se vendendo mesmo. Eu não concordo! Se vender pra comprar droga? Eu não concordo! Olhe... Eu

³⁴ Os sujeitos classificados como informantes não foram entrevistados para esta pesquisa, mas mantiveram com a pesquisadora alguns diálogos. Foram fundamentais para o acesso à informação e a vinculação com os sujeitos da pesquisa.

aconselho essas meninas, mas se conselho fosse bom, todo mundo vendia. [...] Eu tô aqui porque fumo *crack* e muito. Já fui preso e agora tô solto, graças a Deus. Eu tava ontem com uma menina que é usuária também. A gente foi pro quartinho [motel] e ficamos lá fumando pedra a noite toda. Ela se vende também e lá eu fiquei aconselhando dizendo pra ela deixar essa vida de se vender. [...] Pra mim é melhor roubar. Não vou mentir, eu roubei muito, muito mesmo. Já matei também. Eu era vendedor de pipoca no ônibus. O motorista jogou meu trabalho do ônibus e foi confusão. No outro dia, peguei minha arma e fui atrás dele. Matei o cara e pronto. Depois disso, peguei cadeia, perdi minha mulher e tô na desgraça. Mas, sendo sincero, prefiro isso do que me passar pra me vender. Tu já pensou se vender pra comprar pedra? Tem coisa pior que isso não [...]. (INFORMANTE A).

Após esse relato, que continuou por cerca de meia hora, o informante A usou seus códigos de ética, condizentes com a moral predominante, demonstrando o quanto é abjeto o fato de trocar sexo por *crack*. O usuário que relatou a passagem logo acima escrita não se incomodou em discursar, posteriormente, que o consumo de *crack* dele, no dia anterior com uma mulher, foi fruto do que ela conseguiu na prática do sexo com outros homens. Para ele, tornam-se legítimos os furtos e roubos com o objetivo de ter acesso às drogas, mas a utilização do sexo como forma de obter quaisquer proventos é passível de ser observada como absurdo. A prostituição, portanto, considerada imoral por tornar algo considerado íntimo em “coisa de todos”, também representa a passividade do sujeito que se vende. Para Monteiro (2012, p. 4) essa dimensão da depreciação da prostituta está associada ao referencial que ela perde “de mulher, mãe, filha e cidadã, favorecendo assim práticas discriminatórias no seu cotidiano, expressas por violência simbólica, agressões físicas e até assassinatos”. O diálogo toma como síntese a seguinte reflexão:

[...] Imagina um homem mexendo com você. Como uma pessoa deixa outra fazer o que quer? Deixa eu roubando mermo, pedindo no sinal, lavando carro, catando latinha. Ninguém manda em mim [...]. Por isso essas noiadas num tem moral nenhuma, dão pra qualquer um (INFORMANTE A).

Durante as visitas ao Chupa-chupa, percebemos cerca de trinta mulheres transitando entre a faixa de manguezais e toda a extensão da avenida. Durante alguns dias, o cenário modificou-se, pois as intervenções das Forças Armadas nas ruas do Recife acabaram influenciando na dinâmica de prostituição e no consumo de *crack* no local.³⁵ Por medo, muitas mulheres saíram da avenida e dos manguezais e migraram temporariamente para outros lugares do

³⁵ No mês de dezembro de 2016, as Forças Armadas assumiram a segurança da cidade do Recife. O período foi marcado pela ausência do total do contingente da Polícia Militar que buscava acordos com o Governo do Estado de Pernambuco, no que tange a possíveis ganhos salariais, melhores condições de trabalho, dentre outras reivindicações.

Recife e para Olinda. As ruas sinalizavam um medo e uma tensão generalizada que rebatia no espaço em questão. Da mesma forma, o esvaziamento também era notável na avenida quando ocorriam intervenções policiais que visavam à apreensão de drogas e à fiscalização das práticas adotadas pelos que ali vivem. Em uma das ocasiões, uma usuária pediu nossa retirada, pois as tensões podiam gerar riscos, com situações de violências e intimidações diversas. Dessa forma, é perceptível o quanto o espaço é eivado de conflitos diários entre os que vivem e transitam na região, enquanto usuários de *crack*, com os jovens traficantes e com os dispositivos de repressão do Estado. Nesse mesmo dia, encontramos apenas duas mulheres saindo do manguezal com dificuldades, pois quando o rio sofre os reflexos do mar tende a subir o nível das águas e inundar ainda mais a faixa de terra enlameada. Quando isso acontece, as práticas sexuais, bem como o consumo de drogas, sofrem com os desafios postos pelas condições ambientais desfavoráveis.

Em um dia “comum”, portanto, é possível visualizar vários grupos espalhados pela parcela de asfalto que configura a avenida. Embora as atividades ocorram durante todo o dia, é no entardecer que as mulheres se aglomeram, saem dos becos em busca de clientes. A atividade sexual acontece em qualquer lugar disponível, que esteja minimamente longe dos olhares curiosos. Contudo, a privacidade não consegue ser garantida nas condições postas. As árvores encostadas nos muros, alguns becos com papelões ou colchões servem como pontos de apoio para a prática sexual, que deve ser a mais breve possível. O manguezal é utilizado também com esse objetivo. Para algumas mulheres, mesmo sendo inseguro, torna-se o melhor esconderijo para o sexo, bem como para qualquer prática ilícita (consumo de drogas, furtos, violências). Para algumas, a permanência nos manguezais está associada à capacidade do ambiente fornecer esconderijos para práticas consideradas ilegais e imorais.

Como afirmamos anteriormente, os valores cobrados e as práticas sexuais ofertadas têm relações com a dimensão corpórea e com as condutas das mulheres. Essas mulheres contrariam o que Piscitelli (2013) e Blanchette e Silva (2005) afirmam ter encontrado como expressões da prostituição localizada no Nordeste brasileiro. Essas expressões da prostituição têm, enquanto características, a suposta natureza bela e exótica das mulheres, bem como as concepções de submissão e sensualidade. Ao não incorporarem os padrões estéticos e comportamentais exigidos, as mulheres, localizadas no Chupa-chupa, figuram como as “sobras” desse mercado do sexo. De acordo com Silva (2000), as usuárias de *crack* que se prostituem estão localizadas na “baixa prostituição”, são mais vulneráveis às doenças sexualmente transmissíveis e vivenciam violências diversas e cotidianas nas ruas dos principais centros urbanos do Brasil. São mais desvalorizadas no mercado do sexo, pois não

conseguem conservar padrões sancionados socialmente de feminilidade e higiene. Ao não conseguir custear tais padrões, acabam sendo o avesso do que o mercado do sexo legitima como atributos atrativos.

Sobre isso, Nappo (2004) enfatiza que a prostituição da usuária de *crack* é um fenômeno marcado por diferenças entre estas e as profissionais do sexo não usuárias de drogas. As profissionais do sexo, para a autora, são motivadas por objetivos financeiros, principalmente para sustento da família e dos filhos. Em outra perspectiva, as usuárias de *crack* adentram no mercado do sexo como forma de garantir o consumo de drogas. A prostituição para o consumo de *crack*, portanto, torna-se uma alternativa que possibilita o acesso ao dinheiro e à substância, pois o mercado do sexo historicamente tem comprovado a contínua garantia da oferta e da demanda.

Para Luane, a expressão máxima de degradação está nos valores cobrados para o exercício da prática sexual com os clientes. Ela reconhece que os valores estão associados ao consumo de *crack* e à degradação corporal ocasionada pela relação entre o consumo diário da droga, a situação de viver na rua e o fato da prática ser exercida num mangue - encarado como lugar sujo e impróprio:

Eu já fui de outro jeito... Era bonita, cabelo lindo, corpo bem definido. Os caras me pagavam mais. Era um sucesso, sabe?! Aí comecei nessa droga e tudo virou de perna pro ar. Não vou mentir, não... Lá a gente cobra cinco, dez, sete reais pra transar. Às vezes pagam isso pra tudo... Tudo mesmo... Boca, cu e buceta! Sabe um picolé? Um picolé bonzinho, gostoso e bom... Tu num compra por menos de cinco reais não, pô! **Só que lá no Chupa-chupa... Os homem transa com nós por menos que um picolé bonzinho...** Imagina como eu fico quando penso nessas coisas. Eu me sinto uma merda... A gente vive na merda. [...] É horrível se trocar por cinco conto. Tem mulé que se troca por uma pedra de *crack*! É pior ainda, num é? (LUANE, 26 anos, grifos nossos).

Com o contínuo consumo de *crack* nas ruas, os corpos sofrem severas modificações. Sofrem as perdas de alguns dentes; as mãos, dedos e boca ficam marcados pelas cinzas e queimaduras do preparo e do consumo da substância; as roupas ficam sujas e encardidas; a pele perde o brilho e torna-se acinzentada; a lama mancha as roupas, pés, mãos, cabelos. O cheiro intenso de suor demarca os vários dias de ausência do banho e asseio corporal. Tais características são o avesso dos corpos legitimados e aceitados socialmente. Esses corpos não se parecem com as capas de revistas, tão pouco com os padrões corporais veiculados no mundo da moda e dos cinemas. Sobre os corpos desejados, Knoop (2008, p.7), afirma:

[...] No mercado de consumo, os mais esbeltos, torneados, sensuais e atraentes são os mais disputados, desejados e valorizados. A aparência física e a performance do corpo funcionam como características distintivas, signos de status e condição social. São signos relacionais e com valor de troca.

A degradação corporal, portanto, demarca a exaustão do corpo nos longos dias de consumo de *crack* e de vivências nas ruas. Também se relaciona com a desvalorização desse corpo no mercado do sexo no mundo contemporâneo. No decorrer da pesquisa e dos contatos com as usuárias nas ruas e nos serviços de acolhimento, a dimensão dos valores cobrados tem fundamental importância nos conflitos e alianças estabelecidas nas ruas. Trocar-se por uma pedra de *crack* é sinalizado como a pior forma de vivenciar a prostituição e o mais alto grau de degradação do sujeito. De modo geral, preferem o pagamento em dinheiro, pois, dessa forma, decidem o que desejam fazer com o valor recebido. Algumas relatam conseguirem comprar comida e materiais de higiene. Porém, antes de tudo, o fato de preferirem o dinheiro reflete um sentimento de dignidade. De acordo com Clarice:

Trepar com o cara e receber pedra é humilhante, mulé. Com dinheiro eu faço o que quero. Se eu quero pedra, vou lá nos cara e compro, de boa. Não preciso de ninguém pra me dar pedra. Eu consigo sozinha. Eu compro comida também. Não dá pra comprar comer com pedra, num é? (CLARICE, 25 anos).

Há outras mulheres que afirmam não permitir esse tipo de troca, embora, em alguns momentos da vida, já tenham feito uso dessa alternativa. Além disto, há mulheres consideradas “passadoras”, que se orgulham de não precisar recorrer à prostituição para usufruir do consumo do *crack*. Elas são consideradas traficantes, pois fazem os repasses das drogas para outras mulheres. Facilitam todo o processo de venda e repasse do *crack* para as prostitutas e, com os ganhos, conseguem garantir o próprio consumo. Na ótica de nossa informante:

Eu não me passo para ser puta. Vivo ganhando com droga mesmo e é assim que eu vivo. Eu olho pra essas meninas aí e fico sem acreditar no que se que faz por pedra. Tenho respeito, o povo me respeita lá. Tô aqui porque tô descontrolada na pedra mesmo, né porque me vendo não. Tem menina lá que chega no fundo mesmo. Se troca por pedra, fica devendo a todo mundo, até aos nóia. Eu não aguento ver isso. Se tu não se valoriza, quem vai ser o cara que vai te valorizar?! [...] Num vô ser besta e chegar pra senhora e dizer que nunca me vendi. Já fui pro fundo da lama mesmo. Faço de tudo pra não voltar pra lá. Já me prostitui e só faço isso se eu tiver muito doida (INFORMANTE B).

Mesmo utilizando a nomenclatura de traficantes e elaborando um discurso que as diferencia das mulheres que trocam práticas sexuais com o objetivo do consumo de *crack* essas mulheres não estão livres de violências. Nas hierarquias do tráfico de drogas, elas continuam exercendo funções menos valorizadas e destinadas ao universo feminino. São responsáveis pela venda de pequenas quantidades, cozinham e limpam, embalam e distribuem a mercadoria. Quase nunca são detentoras do poder de mando, de armas e drogas, também não estão inseridas majoritariamente nas decisões e nas lideranças voltadas ao comércio de drogas local (CORTINA, 2015). Nesse sentido, o tráfico de drogas não está fora da lógica da divisão sexual do trabalho ao impor às mulheres os lugares menos valorizados:

Eu faço o meu mesmo. Ganho um pouco e vendo também. Tenho boas relações, só que não pode vacilar. Se vacilar é fim da linha por lá. Os caras não querem papo, já chegam batendo e no grito. Ou anda na linha ou é fim da linha. (INFORMANTE D).

No cotidiano das relações estabelecidas no Chupa-chupa, está em jogo uma série de estigmas e de interdições. As diferenciações estão pautadas na lógica do que seria mais digno em termos de condutas e na capacidade de manter-se controlado quanto ao consumo da substância. Para elas, o controle de si torna-se fundamental para que não incida negativamente na qualidade de suas relações com os clientes e com os traficantes de drogas. Sendo assim, o que distingue uma usuária de *crack* que se troca pela própria substância e outra usuária que permanece recebendo em dinheiro é sua capacidade de garantir minimamente o controle de si. Entretanto, tais fronteiras são flutuantes e revelam, antes de tudo, estigmas que demarcam valores simbólicos eivados de moralidades e percepções do que seriam neste espaço social as ações certas e erradas. O problema, portanto, não seria o consumo da substância, mas os reflexos do “descontrole” que geram o rebaixamento de valores, a quebra de pequenos acordos com o tráfico de drogas e as muitas erupções de agressões e violências. No que tange às usuárias que traficam, faz-se necessário atestar o controle do consumo - não usar o que vende - e representar dignidade perante aqueles que estão sob o descontrole de chegar ao ponto de trocar-se pelo *crack* (selecionar as pessoas com quem vai consumir a droga e utilizar de agressões como forma de demarcar autoridades). O padrão de consumo intenso e ininterrupto por vários dias apresenta como expressões as inúmeras e contínuas táticas e diferentes estratégias forjadas para garantir o acesso ao *crack* e também a exaustão psicológica e corpórea. De acordo com Chaves et. al. (2011, p. 169):

O padrão de consumo intenso, contínuo e repetitivo de crack, [...], é provocado pela fissura e pode durar dias até que o suprimento da droga termine ou que haja a exaustão do usuário. Esses ciclos intermitentes de doses repetidas de crack, seguidos de parada abrupta, estão associados a sinais e sintomas da retirada, caracterizados por mal-estar físico e psicológico .

A incapacidade de manter o controle sobre si durante os períodos de consumo intenso gera conflitos e tensões. Os familiares de Luane, segundo seu relato, já chegaram a trancá-la dentro de casa, como forma de impedi-la de comprar a droga e de sanar sua compulsão pelo consumo do crack. Além disso, romper os laços familiares significou o distanciamento dos riscos ocasionados pelas dívidas com o tráfico de drogas no bairro onde vivia com os filhos. Mesmo distanciando-se, no passado, de conflitos com o tráfico de drogas em outra região da cidade do Recife, continua vivenciando outros ou os mesmos conflitos com o tráfico de drogas na região do Chupa-chupa.

O que urge enquanto ponto de tensão para todas - mesmo as usuárias de crack classificadas como traficantes - são as relações com lideranças do tráfico de drogas local, majoritariamente representadas por homens, jovens e negros. Há sempre a oferta do *crack* na avenida em questão e nas imediações, como forma de afastar os usuários e usuárias das residências do bairro de Santo Amaro que estão localizadas nas proximidades dos manguezais. Está estratégia além de rentável evita os conflitos entre os usuários e moradores durante as buscas do crack nos pontos de venda localizados dentro do bairro.

Segundo Luane, as dívidas com o tráfico de drogas e constituem como um eterno ciclo. Sempre estão em situação de dívida e buscam saná-las. Para isso, é preciso buscar homens com interesses em utilizar das práticas sexuais ofertadas. Algumas chamam atenção mostrando partes do corpo, outras buscam chamá-los a partir de outras estratégias. Mas, muitos são atraídos também por outros usuários e pequenos traficantes locais. Estes cobram pelos programas que conseguem facilitar para as mulheres. Dessa forma, é importante frisar que, por vezes, para consumir “uma pedra de *crack*” é preciso executar vários “programas”, pois, além dos valores baixos cobrados, muitas vezes precisam pagar aos homens que mediam a relação entre elas e os clientes.

Além das práticas sexuais com o objetivo de obter o *crack*, muitos outros intercâmbios são utilizados com essa finalidade (RUI, 2015). Vendem-se roupas, eletrodomésticos, alimentos, relógios, gargantilhas, anéis, dentre outras coisas. Uma infinidade de objetos que servem como possibilidade de consumo do crack. Paga-se muito pouco por itens que possuem

valores maiores no mercado legal. Segundo Rui (2015, p. 153), essas transações estão eivadas de violências e de atos arbitrários:

Os usuários de crack podem oferecer mão de obra barata aos traficantes de drogas [...] e, de modo mais complexo, também negociam seus próprios corpos. [...] Ou seja, para obter a droga uma série de negociações podem ser empreendidas. Dinheiro, objetos, trabalhos e corpos são cambiados e valorados situacionalmente, muitas vezes de modo discricionário e despótico.

Mas, o que nos chama a atenção são os valores recebidos como forma de pagamento para as práticas sexuais nessa região de prostituição no Recife. Apesar de algumas hesitarem no primeiro momento em revelar os valores cobrados, houve, posteriormente, inúmeras falas que mostraram os baixos valores recebidos. Há práticas sexuais que valem cinco, dez, dois, vinte reais. O sexo oral, além de nomear e desnudar o significado mais explícito do lugar em questão, também representa o menor valor em termos de dinheiro recebido em troca da prática sexual. Clarice, após envergonha-se dos valores, por reconhecê-los como “humilhantes”, relatou que já chegou a receber dois reais como forma de pagamento pelo breve sexo oral que fez em um cliente.

Como forma de garantir mais dinheiro, no menor espaço de tempo possível, torna-se necessário ofertar práticas sexuais mais rápidas. Os homens, consumidores do sexo, preferem a rapidez dos atos para minimizar as exposições e riscos, relacionados aos furtos e roubos recorrentes no local. Outros, quando há condições financeiras favoráveis, recorrem aos pequenos motéis e quartos localizados nas proximidades das avenidas. A prática sexual, portanto, é dividida em três categorias: sexo anal, oral e vaginal. O sexo oral garante a rapidez do ato, além de ser expressão que nomeia o lugar em questão:

Tem três coisas pra fazer lá. Todo mundo prefere chupar por que é rápido e vem mais fácil. Se a gente tiver doidona, acaba fazendo tudo que os homi quer. Tem que ser rápido. Tem tempo pra nada não. Tem que fazer e correr pra pagar dívida e comprar. [...] Eu já transei com dez, doze num dia só (LUANE, 26 anos).

O nome Chupa-chupa já diz tudo, mulé. É boquete mesmo. Tudo rapidinho pra ninguém olhar. [...] Eu não sei quando apareceu o nome, não. Eu sei que todo mundo chamava lá de chupódromo, porque antigamente ia uns povo lá chupar mesmo, nem precisava ser puta (RUTH, 27 anos).

Os homens que procuram pelas práticas sexuais são transeuntes das mais diversas localidades da região metropolitana. Durante as observações, era possível percebê-los

circulando nas avenidas e becos em busca de mulheres. Eram homens a pé ou de bicicleta, alguns aparentavam juventude, mas, em grande maioria, eram homens entre os quarenta e sessenta anos. Rosa nos informou que esses homens geralmente moram nos bairros centrais da cidade do Recife. Há os aposentados, bem como os que trabalham pela região. A partir do fim do entardecer, começam a surgir alguns transeuntes andando lentamente focados na procura por algumas mulheres que já conhecem ou que buscam aleatoriamente. Durante o início das quinzenas de cada mês, aumenta-se a procura pelo sexo e os ganhos são garantidos, pois nesses períodos há o pagamento de muitos trabalhadores. Rosa enfatiza o que faz com os ganhos:

São muitos que vão lá procurar a gente. A maioria vai com as pernas mesmo. Uns vão de bicicleta e alguns vão de carro, com dinheiro e tudo. Eu não converso muito com ninguém. Não dou papo pra nenhum. Pra que saber da minha vida? Num tão querendo meter? Então pronto [...]. Às vezes vem uns véio que quando recebe vem pra cima. Eu faço tudo e quando recebo vou usar minha pedra. Às vezes consigo comprar um leite pra minhas filhas e mando por alguém ou levo. Mas, não gosto de ver ninguém quando tô assim (ROSA, 32 anos).

Vivendo durante muitos anos na prostituição nas ruas centrais do Recife, Rosa confidenciou que poucas vezes envolveu-se por longo período com um cliente. Embora, afirme ser conhecida e respeitada entre os usuários, nas ruas em que se prostitui e vive, procura manter-se em alerta nas relações que estabelece. Reconhece o Chupa-chupa como um local com perigos diários, pois envolve relações violentas e agressivas. Mas, tal configuração não está longe da vivenciada em outros pontos de prostituição da cidade. Para ela, proteger-se nas ruas é algo difícil e demanda determinadas estratégias, dentre elas, a principal, é manter-se acompanhada por armas.

Enfatiza no relato que permanece com facas e canivetes artesanais, como forma de limitar e intimidar atitudes agressivas de clientes, traficantes, companheiras de prostituição e consumidores de drogas. Por conseguinte, no que tange aos clientes, determinadas proximidades com diálogos, trocas de carícias e afetividades não são possibilidades no cotidiano do Chupa-chupa. As condições do local, bem como a necessidade intensa do consumo do *crack*, impossibilita por vezes, o contato mais próximo entre as usuárias que se prostituem e os clientes que estão em busca do prazer sexual.

Dessa forma, as mulheres não relataram, durante as entrevistas, manterem relações com os clientes que fossem além do ato sexual. Algumas inclusive, não se lembram dos atos sexuais, narrando que o consumo de crack por vários dias e horas faz esquecerem-se de tudo.

Quase todas mencionam que, de fato, é melhor perder a consciência, pois é “humilhante” e “horrível” manter relações sem sentir prazer:

Eu não lembro da primeira vez que dei pra um homem pra conseguir pedra. Só sei que faz tempo. Gosto nem de lembrar de nada. É melhor fumar pra transar. Tem homem que fede, que pega e parece que tá com um pedaço de pau na mão. É uma humilhação todo dia (ROSA, 32 anos)

Acho que fumo pra esquecer de tudo. A vida não tem felicidade. Esses homens são sebosos, mulé. Melhor ficar doida mermo pra não pensar em nada (MORGANA, 41 anos).

A relação que estas mulheres estabelecem com o *crack* é um misto de profundas relações de sofrimentos, angústias, prazeres e dependências. É importante enfatizar que o *crack* não é a única substância consumida no cotidiano, mas, segundo os relatos, é com o *crack* que se estabelece a contínua relação da prostituição para o acesso a droga. Esse “poder” de dependência do *crack* ocasiona o seu consumo como forma de obter o prazer e de combater de sintomas e sentimentos desagradáveis. Luane e Clarisse reconhecem que o consumo diário do *crack* as submete a passar dias e horas buscando e planejando as formas de acesso e de consumo da droga:

Já roubei, bati, vendi tudo que tinha lá em casa. Tudo por conta da droga. Minha mãe já me prendeu dentro de casa pra eu num morrer de tanta droga (LUANE, 26 anos).

As medidas para o acesso à droga são, por vezes, radicais e extremas. Algumas pesquisas enfatizam que as usuárias e usuários de drogas costumam se expor a comportamentos de alto risco, se comparado a pessoas não usuárias. (RIBEIRO *et. al.*, 2015). As situações de violências e os comportamentos ligados às práticas sexuais são alguns dos altos riscos que dizem respeito ao cotidiano de vivências no Chupa-chupa. Mais adiante, traremos relatos e análises que versam sobre essas duas dimensões localizadas nos discursos das entrevistas.

4.3 “Eu só sei que preciso viver!”: os perigos nas ruas.

As entrevistadas ouvidas durante a pesquisa relataram dificuldades para se protegerem no enfrentamento cotidiano das ruas. Para todas elas, a lógica principal é sobreviver e planejar um dia de cada vez. Assim, a condição de sobrevivência significa assegurar as situações mais básicas. Quando possível: manter-se vestida; proteger-se das violências; elaborar estratégias para garantir a alimentação diária; procurar locais para dormir e descansar, dentre outras prioridades.

Vale salientar que estamos nos referindo a mulheres que vivem constantemente nas ruas, embora, no passado, relatem terem vivido em casas ou cortiços em conjunto com alguns parentes (filhos, mães, avós). Um traço comum, em suas trajetórias, tem sido o abandono e a fragilização dos vínculos familiares. Foi através desse afastamento do núcleo familiar que ocorreu gradativamente a permanência na rua como referência para todos os aspectos de suas vidas. Há os relatos sobre a existência de filhos e filhas, que, em sua maioria, são cuidados pelos avós, irmãs, dentre outros parentes. Apesar de saberem os endereços das residências dos familiares, continuam nas ruas, pois afirmam não mais apresentarem interesses em manter relações próximas, principalmente após os reflexos negativos do consumo de *crack* tomarem grandes proporções em suas vidas. Nessas trajetórias de afastamentos da família, há relatos de violências, prisões, roubos e furtos de objetos nas próprias casas e na vizinhança, ameaças e conflitos com o tráfico de drogas dos bairros de onde são originárias.

Segundo Carvalho (2016), o perfil da população de rua é marcadamente de pessoas do sexo masculino; sabem ler e escrever; estão envelhecendo na rua e permanecendo nesta condição por mais tempo; não estão inseridos no mercado formal de trabalho; é frequente o uso de álcool e de outras drogas; são extremamente vulneráveis às violências; parcela significativa dessa população está desacompanhada ou não tem vínculos familiares fortalecidos. O que caracteriza essa população, para além desses aspectos, é a radicalização da pobreza no cotidiano das suas vidas.

Silva (2010) salienta que o período de 1995 a 2005 foi marcado por profundas mudanças no mundo do trabalho. Tais mudanças estão consoantes com o aumento da população em situação de rua no Brasil. São pessoas que fazem parte do amplo contingente populacional afetado pelas transformações no mundo do trabalho e figuram como a “massa sobrança” de trabalhadores apartados do mercado formal. As mudanças no mundo do trabalho foram operadas a partir da flexibilização e precarização do trabalho, bem como na diminuição

dos salários e no agravamento do desemprego. Nesse contexto, Silva (2014) endossa que “esses efeitos produziram uma expressiva superpopulação relativa que fez aumentar as desigualdades sociais e elevar os níveis de pobreza da classe trabalhadora” (p.21). Nesse sentido, o desemprego figura enquanto processo estrutural do desenvolvimento do sistema capitalista, mas, por vezes, tem sido encarado enquanto fracasso subjetivo e pessoal do indivíduo incapaz de inserir-se no mercado de trabalho, pela ausência de esforços e competências. Sendo assim, reforça-se a falácia da disfunção de alguns indivíduos de integrar-se a sociedade. Segundo Siqueira (2013, p. 189):

Também esta concepção da pobreza como opção encontra-se na suposição de que há igualdade de oportunidades, em que os indivíduos concorrem ou perseguem fins que alcançarão ou não segundo suas próprias condições ou escolhas. Com a célebre e equivocada frase de que “há trabalho para todos, basta querer” se individualiza o problema e reforça a lógica de subalternidade.

Sob outra ótica, alguns autores, enfrentam o debate da pobreza contemporânea caracterizando-a enquanto fenômeno multidimensional e complexo, sendo consequência de um desenvolvimento que, ao longo do processo histórico, concentra as riquezas socialmente produzidas (SILVA, 2010). Para Santos e Arcoverde (2011), a pobreza abarca as incapacidades de atendimento das necessidades biológicas, mas também demarca a ausência de condições favoráveis de moradia, saneamento, saúde, educação, dentre outros aspectos. Dessa forma, os autores defendem que a pobreza caracteriza o não acesso a bens e serviços essenciais para a satisfação da existência humana.

Lima (2014, p. 158) salienta que a pobreza está intrinsecamente relacionada com o sistema capitalista de produção e, portanto, é um fenômeno social histórico multidimensional e complexo, radicalizado pela exploração da força de trabalho, ao passo que também resulta na acumulação privada das riquezas produzidas socialmente. Sendo assim, a pobreza atinge de diferentes maneiras homens, mulheres e crianças, bem como diferentes grupos e setores da sociedade. No contexto brasileiro e mundial, encontra-se em intenso processo de renovação, expansão e atualização, através das transformações das relações de trabalho e na retração do Estado enquanto promotor da proteção social para a classe trabalhadora.

Na América Latina, a pobreza ganha contornos particulares, pois incide com maior severidade no grupo populacional de não brancos que despontam como seres historicamente considerados descartáveis e que, no passado recente, vivenciou atrocidades através da diáspora negra e da escravidão. Dessa forma:

[...] Pobreza [...] é apenas o polo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se à contínua ressocialização que delas faz apenas objeto de um objeto, instrumento de um processo social de produção de riqueza que passou a usar as pessoas como se elas fossem apenas matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fossem objeto e não mais sujeito (MARTINS, 2002, p. 46).

A pobreza no Brasil revela as desigualdades de classe, gênero e de cor de pele que persistem na contemporaneidade. A partir dos anos 1990, foi possível identificar melhorias no campo educacional e na expectativa de vida para as mulheres, mas isso não significou a diminuição das diferenças observadas no campo dos rendimentos e na valorização salarial da mulher. A inserção feminina no mercado de trabalho ocorreu em paralelo com o crescimento das atividades informais, bem como com o aumento do desemprego (MELO, 2004).

A população feminina no Brasil representa cerca de 51,3%, sendo, portanto, superior a população masculina (IPEA, 2009). As lutas das mulheres por ampliação de espaços e direitos impactaram as realidades e tendências sociais ao longo dos anos. Mesmo havendo significativas mudanças nos marcadores socioeconômicos de desigualdade entre homens e mulheres, alguns entraves ainda estão presentes. Pensemos no mercado de trabalho: cerca de 40% das mulheres formalmente inseridas no mercado de trabalho, recebem menos que os homens, mesmo quando ocupam os mesmos espaços sócio-ocupacionais e os mesmos cargos. De acordo com Blanchette e Da Silva (2007):

É importante assinalar que esta diferença salarial [entre homens e mulheres], que reluta em diminuir, é uma das explicações significativas da desigualdade de renda do país. Esta diferença deve-se, claro, à discriminação, não ao pior desempenho profissional das mulheres. Por último, este hiato é maior nos domicílios chefiados por mulheres. A proporção de mulheres chefes de família tem crescido no Brasil e isso provavelmente tem um forte impacto no aumento da pobreza e da exclusão social

Enquanto marcadores sociais relevantes para um diagnóstico da inserção das mulheres no mercado de trabalho, considerando as diversas clivagens possíveis, observaremos outro fenômeno significativo. As mulheres negras, se comparadas às brancas, ainda possuem baixa inserção no mercado de trabalho formal, menor escolarização e maior dificuldade ao acesso a direitos básicos:

O desemprego é também uma realidade permeada de desigualdades de gênero e raça. Assim, a menor taxa de desemprego corresponde à dos

homens brancos (5%), ao passo que a maior remete às mulheres negras (12%). No intervalo entre os extremos, encontram-se as mulheres brancas (9%) e os homens negros (7%). (IPEA, 2010).

Essas desigualdades no âmbito do trabalho, no que tange às relações de gênero, não são fenômenos naturais e a-históricos. A maneira como o trabalho feminino é (des)valorizado no capitalismo forma a base de uma pobreza que tem cor, gênero, dimensões geográficas e classe social.

Dessa forma, as entrevistadas enfatizaram as profundas e limitantes condições e pobreza e existência ao longo de suas trajetórias de vida. Sobre esse panorama, ter a rua como principal referência para suas vidas é manter-se em constante exposição a situações de riscos e perigos. Luane reconhece que já se expôs a diversos perigos para conseguir consumir o *crack*. Relata que o ato de prostituir-se é um dos muitos riscos que já enfrentou no dia a dia nas ruas. Ao demonstrarem em seus corpos a exaustão decorrente do consumo de *crack* por dias, muitos homens buscam se aproveitar de sua condição com o intuito de utilizá-las para o tráfico de drogas ou para o sexo:

Viver essa vida é muito difícil. Não sei se vou acordar ou se minha família vai lá no rio me pegar boiando sem tá viva. [...] Quando a gente tá magra, com a boca estourada, suja, sem tomar banho, todo mundo sabe que a gente é noiada e não tá bem. Os caras sabem que a gente faz tudo por dinheiro e colocam as meninas na boca do leão. Vender droga e transar o dia todo (LUANE, 26 anos).

Quando os caras olham que a gente só tá usando o dia todo sem sair de lá, eles colocam logo as treta. Se a polícia bater, colocam a culpa logo pra as noiadas (MARISA, 23 anos).

O corpo, tratado enquanto mercadoria barata, que por vezes custa menos que uma pedra de *crack*, tem sido facilmente violado nas ruas da cidade do Recife. Tais condições não acontecem unicamente no Chupa-chupa, mas na maioria dos pontos de prostituição que essas mulheres relataram vivenciar no passado e no presente:

Tem muito lugar aqui do centro que num é diferente, não. A gente faz cada coisa e não quer, sabe? Quando os caras olham a gente assim na rua, sem ninguém, obrigam a gente a fazer tudo [...]. Tem cara que paga mais pra ser sem camisinha e se a gente num quiser querem pegar a força (CLARICE, 25 anos).

Tais condições rebatem na capacidade de proteção, inclusive, nos atos sexuais. Nappo *et. al.* (2004, p. 20) enfatiza que a relação entre consumo de *crack* e prostituição impõe riscos relacionados às doenças sexualmente transmissíveis:

Nessa transação comercial de serviços sexuais por droga, o consumidor sexual domina a negociação insistindo, chegando muitas vezes a exigir a dispensa do preservativo e/ou posições que a prostituta não faria em outras situações. Ainda, pagamentos irrisórios são impostos levando-as a um número maior de relações sexuais e conseqüentemente um maior número de parceiros para alcançarem a quantia necessária para a droga (NAPPO *et. al.*, 2004, p. 20).

As entrevistadas expuseram a importância do acesso ao preservativo, mas durante os períodos de prostituição não conseguem, por vezes, garantir o uso. Há homens que pagam mais para que o ato sexual seja realizado sem proteção alguma. Outras vezes, as mulheres, com estados de consciência alterados, não recordam se houve o uso ou não da proteção. No ato do sexo oral a situação agrava-se. Relatam preferir a ausência do preservativo, pois tal uso, para elas, retarda a finalização do sexo. Devido às condições descritas, as mulheres não possuem situações favoráveis para a tomada de decisões ou a imposição da proteção.

Silva (2000) ao analisar o não uso do preservativo por prostitutas, afirma que essa realidade não está restrita apenas as prostitutas usuárias de crack. No cotidiano do cenário da prostituição no Brasil, o pagamento para a não utilização do preservativo é fato comum. Muitas mulheres afirmam que ganham mais caso aceitem o sexo com a ausência da proteção. Sob essa questão, a autora defende que o ato de não utilizar o preservativo é responsabilidade dos dois sujeitos que se relacionam, ao contrário do que comumente é entendido como culpa e responsabilidade da mulher. Contudo, ao perceber que as mulheres estão vulneráveis às violências, os homens, por vezes, obrigam-nas a realizar o ato sexual desprotegido:

Vou te dizer a verdade. Só uso camisinha quando posso e eles querem. Ontem mesmo eu ganhei cinquenta conto por que trepei no limpo. Tem homem que paga pra trepar sem nada mesmo. O povo do Atitude quando chega entrega e é bom por que eu até coloco. Tem muito homem que leva também. Mai tem homem que é safado e não coloca porque não quer (ROBERTA, 29 anos).

Tenho AIDS e digo quando chegam sem querer usar camisinha. Pois tu acredita que tem homem que não usa. É doença que ninguém vê, né?! Nem eles ligam mesmo. Só fico com pena das mulé dele que não sabem de nada e pega essa porra (MARISA, 23 anos).

Chega uns homi que obriga a gente a fazer sem nada. Logo quando comecei neguei e o cara me bateu e fez de todo jeito (LUANE, 27 anos).

Das oito entrevistadas, seis delas afirmam ter ocorrências de infecções sexualmente transmissíveis. Elas relataram o HIV/AIDS, a sífilis e a gonorreia como as principais doenças que enfrentam no cotidiano de suas vidas. Segundo Rosa, falar que tem HIV para os homens é também uma forma de fazê-los utilizar da proteção, mas tal estratégia, em um momento específico, desencadeou uma situação de violência física, pois o cliente, segundo a mesma, “teve raiva”.

No que tange ao HIV/AIDS no mundo, metade das pessoas infectadas são mulheres (VILLELA, NILO, 2007). Tais condições de infecções são favorecidas pela ausência de garantias de direitos no campo reprodutivo e sexual, pois a transmissão continua sendo predominantemente sexual. Villela e Nilo (2007) afirmam que a infecção se expande em condições nas quais ainda prevalece uma complexa combinação de pobreza, práticas sexuais inseguras, ausência de informações e atenuados contextos de violências. Dessa forma, os riscos de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis estão atrelados às condições de extrema precariedade e ausência de direitos. Os autores concluem:

Várias situações agravam a vulnerabilidade das mulheres ao HIV, como estar encarcerada, trabalhar como profissional do sexo, fazer uso de substâncias psicoativas ou ser analfabeta. Em maior ou menor medida todas estas situações são articuladas com a pobreza. (VILLELA; NILO, 2007, p. 41).

De acordo com Aguiar (2014), os direitos reprodutivos e sexuais referem-se a garantias de direitos no que tange à vida e à sobrevivência; à saúde reprodutiva e sexual; o respeito às escolhas; ao acesso aos avanços beneficiados pelo progresso científico, dentre outros aspectos. Contudo, segundo a autora, esse caminho continua distante no que tange ao cenário da sexualidade das usuárias de *crack*.

Muitas das informações no tocante às infecções sexualmente transmissíveis são construídas nas relações entre as usuárias e as instituições voltadas para as pessoas em situação de rua e/ou para usuários de *crack*. Marisa relata que sabe das formas de transmissão e os riscos que envolvem suas práticas sexuais desprotegidas. Inclusive, afirma que foi através da prática da prostituição que se infectou com HIV/AIDS. Roberta afirma ter o diagnóstico do HIV/AIDS há seis anos e também convive com sífilis. Relatam compreender que as formas de transmissão vão além das sexuais, incluindo a utilização e compartilhamento de objetos cortantes e seringas:

Peguei transando pela rua. [...] Quando tem camisinha é bom, mai nem sempre tem, né (ROBERTA, 29 anos).

Eu soube que tava com Aids quando tava internada no Atitude. [...] Eu sei que pega com gilete, seringa e transando. Acho que peguei transando com os caras. Lá sempre mandam a gente fazer o exame [...] Eu não sinto nada, sabe! Tá de boa! (RUTH, 27 anos)

A descontinuidade do tratamento é fato comum para as mulheres que estão com diagnóstico para o HIV/Aids, pois, ao saírem das unidades de acolhimento e voltarem para as ruas, o acesso ao medicamento torna-se limitado, bem como a gestão do autocuidado. Segundo Renata, na rua tudo é reflexo de muitas dificuldades. Tomar banho, cozinhar, dormir e vestir-se, por exemplo, são processos que dispendem tempo e passam por obstáculos para serem executados. Por vezes, a única coisa que possuem ao alcance das mãos são os próprios corpos e roupas. O disciplinamento de buscar medicamentos não é uma prioridade para a sobrevivência nas ruas. A tônica da situação é, como dito no início deste tópico, sobreviver um dia de cada vez. Além disso, o discurso de Renata traduz a dimensão do imediato da sobrevivência: “se eu não vejo que tô doente, então não tô doente”. Sendo assim, a busca por unidades de saúde só ocorre quando o estado está agravado pela dor: “se eu tiver com dor resolvo na rua tomando pinga ou venho pra cá”.

Ao longo desse caminho de observações, diálogos e entrevistas, percebemos que o corpo da prostituta tem sido encarado como espaço de permissividade e destituído de entraves (CERCARRELI, 2008). Como objeto de prazer do outro, sem, contudo, necessariamente sentir prazer, os corpos são violados, pois estão para servir. A palavra “não” dessas mulheres ressoa deslocada de qualquer condição de poder perante seus desejos e anseios. Distantes da estética socialmente aceita, bem como de condições favoráveis de saúde, esses corpos são encarados como ilegítimos e, por isso, utilizáveis a partir dos desejos e anseios daqueles que procuram as práticas sexuais. Desta forma, os corpos que estão expostos às infecções e doenças são os mesmos que estão vulneráveis aos abusos e violações (RUI, 2016). Aliás, no cotidiano dessas mulheres tais dimensões se entrecruzam. Nesse sentido, debateremos a seguir as experiências de violências nas ruas.

4.4 “Tô toda marcada feito animal”: cicatrizes do (des)amor

As entrevistadas relataram situações de extremas violências. Admitiram que, desde a infância, passando pela adolescência e chegando à fase adulta, passaram por circunstâncias de violações psicológicas, físicas, morais, dentre outras. Também viram suas irmãs, mães e avós partilhando desses momentos ou sendo autoras desses fatos que marcaram suas trajetórias de vida. Também foram ou são autoras de ações violentas, principalmente nas vivências das ruas. Aparentemente, tais posturas fazem parte dos códigos e condutas de muitos e muitas que vivem nas ruas. Clarice afirma:

Tem que se garantir na rua, mulê porque tem muita braba na rua. Se tu for besta, o povo te mata. Tem que aprender a se defender. Ali é pra quem fala mais alto (CLARICE, 25 anos).

Clarice apresenta um corpo marcado pela rotina de violências e agressões. São marcas no rosto, pernas, barriga, nuca, lábios, braços. Os ferimentos, por vezes, cicatrizados, remetem às tentativas de assassinato que sofreu durante o percurso da vida nas ruas. Muitas dessas tentativas e concretizações de agressões foram feitas pelo ex-companheiro com o qual teve uma filha, que não foi assumida pela parte paterna. Com o nome dele tatuado no braço, Clarice enfatizou o quanto o amava e, ao mesmo tempo, odiava. A relação foi um misto de agressões e parcerias perigosas pelas ruas do Recife. Relatou que o fato de se prostituir era um ponto de tensão no relacionamento, pois não havia aceitação do companheiro quanto à troca de sexo por dinheiro. Mas, mesmo com as proibições, Clarice buscava formas de se prostituir e isso gerava conflitos que deslanchavam em erupções de violências físicas. O ciúme, então, seria a justificativa para as agressões e ameaças, pois Clarice não firmava a monogamia entre o casal. Segundo Blay (2008), o ciúme continua justificando as práticas de violência dos homens contra as mulheres, como forma de corrigir as mulheres que não são monogâmicas. Embora juridicamente as condutas violentas sejam alvo de punições, no imaginário social continua sendo legítima a defesa da honra e da virilidade masculina por meio da violência e do assassinato das mulheres quando há a perda do controle do corpo feminino ou quando a mulher transgredir papéis sociais e morais situados como parte da natureza feminina.

Após o término do antigo relacionamento, os posteriores não foram diferentes. O pai da sua última filha também mantém posturas agressivas e violentas. Quando nas ruas, fazem uso de drogas juntos e procuram manter uma parceria para que outros homens não a violem.

Para ela, é melhor um companheiro agressivo do que vários clientes com a mesma postura. A figura de um companheiro afasta outros perigos e impõe determinado respeito e limites para outros homens. Por manter-se como companheiro das jornadas nas ruas, ela tatuou seu nome no outro braço, como forma de expressar o amor que sente por ele:

Eu fecho com ele e ele comigo, mulé [...]. Ele bate, fala um monte de merda, diz um monte de coisa, sabe. Só que ele é meu homi e não deixa ninguém chegar perto pra bagunçar (CLARICE, 25 anos).

Depois do encontro com Clarice no núcleo Atitude Mulheres, soubemos, por outras usuárias, que, ao sair da unidade, sofreu um atentado de morte por parte de um possível cliente. Agrediram-na com seu companheiro no Chupa-chupa e ela não estava sendo localizada. Após duas semanas, houve a confirmação de que os dois estariam vivos, mas tinham se afastado do local, por receio de outra tentativa de homicídio.

Durante seu discurso, Clarice relata suas primeiras vivências sexuais e revela que sua iniciação sexual com um “cliente” foi quando tinha 12 anos de idade. O homem tinha cerca de 60 anos e lhe ofereceu pipoca em troca de sexo. Lembrou que estava no centro da cidade, pois havia fugido da casa de uma vizinha, onde sua mãe a deixava com os irmãos no intuito de trabalhar nos mercados centrais da cidade do Recife. Com fome, resolveu pedir algo para se alimentar a um vendedor. Prontamente a decisão dele foi levá-la para uma rua sem saídas e fazer o ato sexual que desejou. Clarice relata que chorou e voltou para casa depois de comer pipocas e doces.

Para Clarice a prostituição é um dos meios utilizados para sustentar as relações com seus parceiros. Através da prostituição, conseguem esquivar-se dos perigos relacionados aos furtos e roubos, bem como do aprisionamento decorrente dessas práticas. A prostituição, apesar de rechaçada pelos seus parceiros, continua sendo uma opção para garantir o consumo de crack e outras drogas para o casal. A relação de troca assim se estabelece: através da prostituição, encontram-se os meios econômicos de acesso às drogas e, por outro lado, a figura do homem estabelece algumas formas de proteção das violências perpetradas por clientes e outros usuários de drogas. Segundo Tiene (2004, p 156) “as mulheres mantêm a submissão sexual em troca de proteção e pagam muito caro por isso”. Seus corpos revelam traços de "utilidade-obediência".

Sobre este aspecto, Barreto (2013) afirma que a violência é um risco potencial para as mulheres que vivem em contexto de prostituição. A situação, contudo, agrava-se para aquelas

mais pobres e de cor negra. Dessa forma, para o autor, há uma dupla desqualificação-ser mulher e prostituta:

A violência praticada por alguns clientes aparece, em todos os grupos, como um fator de tensão permanente [...]. Essa violência se manifesta nas formas de ameaça, com arma, agressão verbal, física e/ou moral. (GUIMARÃES e MERCHAN-HÁMANN, 2005, p.534)

Irís também enfatizou no diálogo travado com a pesquisadora as inúmeras agressões de companheiros e clientes. Tinha marcas explícitas no rosto. Relatou, sem muitos entraves, os momentos que foi tomada à força por meio de um estupro, e quando sofreu uma tentativa de assassinato no centro da cidade do Recife. Seu ex-companheiro foi um dos homens que buscou assassiná-la com pedradas quando estava grávida, e foi um cliente que a estuprou. De acordo com a narrativa:

Meu marido... Meu marido bateu, bateu, bateu. Chegou doido, doidão... Aí bateu com pedra. A gente bebeu na rua e começou a confusão, nem lembro.[...]. Fui bater pro hospital. [...]. Ta vendo essa marca aqui [mostrou parte do abdômen] foi o bebezinho que eu perdi (IRIS, 35 anos).

Em sua maioria, os relatos demonstram que viver a condição de usuária de *crack* e prostituta é estar sob a linha tênue entre a vida e a morte. No período das entrevistas, Luane relatou uma violência recentemente vivida enquanto usava de *crack* com uma amiga e outro usuário de drogas. Depois da violência, decidiu buscar apoio no Programa ATITUDE, pois, para ela, seria o único local que iria acolhê-la e prestar-lhe a assistência necessária:

Eu vim pra cá porque me pegaram à força [...]. Fui fumar com uma amiga e aí ela saiu de onde a gente tava pra pegar mais crack. Eu tava numa casa abandonada. Eu, ela e o cara. A gente tava de boa... De boa. Aí ele me atacou e fez tudo. Ele tava com um canivete... Uma faquinha e me ameaçava. Eu gritei e chorei. Quando ele terminou me chamou de puta e foi embora. [...] Tô tomando aqueles remédio pra não ficar doente (LUANE, 26 anos).

É nesse mercado sexual que podemos encontrar situações diversas de vulnerabilidades que se relacionam com as infecções sexualmente transmissíveis, bem como as múltiplas violências. O estigma associado à prostituição e ao consumo de droga afasta essas mulheres da lógica matrimonial, expondo-as ao mercado sexual da prostituição vivenciada nas ruas (ANJOS, 2002). Por manterem-se fora da lógica matrimonial, constituem-se no avesso do que

se representa como papéis de virtude e de comportamentos adequados. Para Giddens (1996, p. 269)

A mulher decaída nos sistemas pré-modernos de patriarcado referia-se não apenas a uma categoria de pessoas – prostitutas, concubinas, cortesãs – que ficavam fora do âmbito da vida familiar normal. Tornar-se decaída era uma desgraça que poderia acontecer a qualquer mulher que não se sujeitasse aos códigos da virtude e do comportamento adequado.

Dessa forma, as mulheres são estigmatizadas por comportarem uma série de identidades consideradas socialmente desviantes. Agrava-se a condição de estigmatizadas quando utilizam o sexo como forma de obter drogas. Na verdade, sendo expressão de uma sexualidade considerada transgressora e imoral, são reduzidas a qualidade de objetos. Tal objetificação expande as possibilidades de violações de diversos grupos com os quais interagem nas ruas: os homens considerados companheiros, maridos, esposos e namorados; traficantes de drogas; usuários de drogas; clientes.

Então, a violência de gênero é um dos aspectos que permeia as experiências dessas mulheres. Trata-se de uma violência indiscriminada contra mulheres, crianças, idosas, adolescentes, em sua maioria pertencentes às camadas sociais mais baixas, moradoras dos subúrbios da Região Metropolitana do Recife - RMR. No entanto, esta violência é um fenômeno recorrente nas mais diversas classes sociais. Safiotti (1987, p. 141) examina a questão da violência como a expressão das relações de poder estabelecidas pelos homens sob as mulheres, em diversos níveis e formas:

As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, pode-se afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral (SAFFIOTTI, 1987, p. 141).

Em sua maioria os relatos da violência se consubstanciam na relação dicotômica dos sexos. Deixamos claro que não desejamos biologizar essa violência, tampouco atribuir condição natural de vítima para a mulher. Estas sofrem diferentes atos de violência por razões que vão além da questão biológica. São agredidas por serem preteridas no mercado de trabalho, por não ocuparem espaços públicos na mesma proporção que os homens e por estarem quase sempre no lugar do objeto sexual, por exemplo. A violência contra as mulheres

é antes de tudo resultado de uma sociedade que constrói identidades de gênero baseadas em relações de poder, que é exercido pelo homem em uma sociedade falocêntrica.

Essas relações, segundo Saffioti (1987, p.87) apresentam “[...] duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência, os homens – sempre vinculados à força, são preparados para o exercício do poder”. Como afirma Albuquerque Júnior (2013), o falo, ereto, viril e em riste detém o poder de dizer, ser e fazer, sobretudo no Nordeste.

Faz-se necessário abordar de forma breve, questões importantes em relação às diferentes formas de violências sofridas pelas mulheres em Pernambuco. A capital pernambucana, entre 1980 a 2010, despontou 26 vezes entre as 10 cidades mais violentas do país. No que tange aos homicídios, a cidade ocupou por 21 vezes a primeira colocação nacional (SOUZA 2012). No que se refere à situação das mulheres em Pernambuco, alguns números ilustram o cenário atual. Foram 350 mulheres assassinadas no ano de 2016. Os estupros revelam números alarmantes para o mesmo ano no mês de janeiro de 2016: 148 estupros. Em termos de violências domésticas, houve no mesmo período 2.743 denúncias.

É importante considerar que esses dados sofrem as dificuldades relacionadas com a não notificação dos crimes, além das disparidades de informações observadas no setor público.

Ao discutir o assassinato de mulheres (femínicídio) Pasinato (2011), sugere que a questão da violência sofrida pelas mulheres não deve ser vista como um fato isolado, mas em sua relação com a perpetuação de práticas de violências físicas, morais, sexuais e psicológicas que possuem como eixo motriz e justificativa a discriminação de gênero, aliada às diversas conexões com as categorias de raça, etnia, cor, orientação sexual, religião, geração e classe social, destacando-se, nesse sentido, um universo complexo e heterogêneo da violência contra a mulher.

Nesse sentido, na particularidade brasileira, o capitalismo está umbilicalmente retroalimentado por outros eixos de opressões e dominação. O gênero, a raça e a classe, não são dimensões separadas no cotidiano das relações sociais. Ou seja, são categorias inseparáveis e transversais. Ao vinculá-las, tomamos dimensão das relações de opressão e dominação que vão além das fronteiras geográficas. Em países periféricos, como o Brasil, com longas trajetórias de subordinação aos padrões imperialistas e colonialistas dos países economicamente dominantes, as relações de classe, raça e gênero, por exemplo, apresentam violências e desigualdades latentes no cotidiano. Portanto, essas opressões estão lançadas em todas as dimensões da vida.

Ainda sob a questão das violências, dados do IPEA, entre o período de 2001 a 2011, revelam que os homicídios apresentam traços de classe, gênero e cor:

No Brasil, 61% dos óbitos foram as mulheres negras (61%), que foram as principais vítimas em todas as regiões, à exceção do Sul. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%)” (IPEA, 2011).

A violência contra as mulheres, portanto, é tomado como instrumento de opressão, subordinação e dominação das mulheres. Construídas discursivamente pela ciência, religião e Estado como inferiores perante os homens, as mulheres estão à mercê de múltiplas violações.

A história nos ajuda a compreender os mecanismos através dos quais os homens reivindicam os direitos de acesso sexual e de domínio dos corpos das mulheres. Além disso, as relações heterossexuais não estão limitadas à vida privada. O exemplo mais dramático da dimensão pública do direito patriarcal é o fato de os homens exigirem que os corpos das mulheres estejam à venda como mercadorias no mercado capitalista; a prostituição é uma importante indústria capitalista (PATEMAN, 1993, p. 36).

Dessa forma, a naturalização da dominação e de hierarquias de gênero retroalimenta práticas de violações do corpo e da integridade física, psicológica e moral das mulheres. Socialmente identificadas como mais frágeis do que os homens, as mulheres historicamente na prostituição, desde o período colonial, estiveram à mercê das violências e da exploração sexual. No contexto de consumo de drogas ilícitas, a força física e o poder são aspectos valorizados e, quando ausentes para determinados sujeitos, deixa os sujeitos vulneráveis a práticas de humilhações, agressões e assassinatos (SILVA, 2000). Na região da Luz, segundo Silva (2000), algumas mulheres usuárias de *crack* referiram utilizar - como estratégia de proteção no que tange às violências sexuais – roupas mais masculinas e folgadas, no sentindo de se assemelharem aos homens no cotidiano das ruas e do consumo do *crack*. Dessa forma, acreditam que modificar a aparência serve como fator de proteção e respeito, tendo em vista que a violência sexual ocorre predominantemente contra as mulheres. Ainda sobre essa questão, Solange Nappo *et. al.* (2004) estimou que cerca de 54% das usuárias entrevistadas afirmaram ter sido vítimas de violências em alguma fase da vida, mas a autora pontua que tal dado revela o que as usuárias reconhecem como atributos relacionados à violência. Desta forma, a autora argumenta que violência para o grupo entrevistado caracteriza-se predominantemente como as práticas que deixam sequelas e marcas nos corpos. Sendo assim,

as violências psicológicas e morais são naturalizadas e não são reconhecidas como parte de um conjunto de violências no cotidiano das vivências dessas usuárias.

Para as mulheres entrevistadas, a denúncia das agressões e violências não aparece como possibilidade. Buscam outras formas de proteção, principalmente forjando alianças com companheiros/namorados/maridos. O fato de possuírem parceria com um homem impõe respeito e limites em algumas tentativas de agressões. Algumas violências são resolvidas nas ruas através de vinganças e ameaças, sendo preciso formar redes de apoio com outros sujeitos e grupos com os quais convivem nas ruas. Dentre as expressões dessas alianças, em visita de campo no Chupa-chupa, visualizamos um grupo de usuários com facões, pedras, facas e canivetes, provocando e esperando reações de um grupo de traficantes que bateu e ameaçou uma das usuárias do grupo que estava com dívidas com o tráfico de drogas local. Como forma de retaliação, decidiram unir-se e enfrentar a questão de maneira violenta, tendo em vista evitar que as práticas de ameaça e violências contra os usuários de crack aumentassem no cotidiano do Chupa-chupa. Ao serem questionados sobre a utilização da denúncia para a polícia, Ruth prontamente respondeu:

A senhora num sabe o que acontece aqui, não. Se a gente chamar a polícia, eles se juntam com os cara (traficantes) e matam a gente. Policial é tão bom mesmo! Tem ninguém por nós, não. Só Deus é por nós (RUTH, 27 anos).

Nos discursos desse grupo, a polícia, enquanto instituição que representa o Estado, não é compreendida como um mecanismo de proteção. Com a não notificação dessas violências, corrobora-se para o silenciamento e a invisibilidade das experiências dessas mulheres. Nas representações destas mulheres, o Estado mantém condutas repressivo-punitivas quando são autoras dos crimes, mas não as acolhe quando são vítimas de violências. Inclusive, alguns relatos tratam da relação de conflitos com a polícia no local. As mulheres relatam humilhações, espancamento e torturas. Segundo Luane:

Os caras chegam batendo em todo mundo que tá na frente. Pega nas meninas e chamam de “noiadas”. Tem respeito nenhum por nós, não. Quando pega a gente com o crack, joga tudo no chão, bate, grita, puxa cabelo, bate na cara (LUANE, 26 anos).

Encaradas como cidadãs de segunda classe por não corresponderem aos padrões humanos desejáveis e compreendidas como “normais”, elas reafirmam em suas trajetórias os reflexos das contradições e contrastes da sociedade de classes, racistas e machistas. Dessa

forma, podemos concluir que, para a sociabilidade vigente, a pobreza e a miséria das mulheres tem funcionalidade, pois constituem uma parcela da população que utiliza a venda do sexo como forma de garantir a sobrevivência, diante de um contexto de privações agudas que se expressam no acesso à moradia, educação, saúde, emprego/renda, dentre outros direitos negados. O cenário se acirra com o fôlego de discursos conservadores e autoritários que ganham espaço defendendo a culpabilização dos classificados desviantes, marginais e não cidadãos. Essas práticas de opressões e subordinação sobrevivem através dos tempos inclusive por aqueles que representam o Estado, quando decidem deliberadamente extorquir, violentar, humilhar e exterminar.

Dessa forma, a prostituição de mulheres continua sendo a única possibilidade de sobrevivência de milhares de mulheres que vivem o contexto de violências, abandono, tráfico de pessoas etc. De acordo com Lucena (2010, p. 199) no cenário nacional e internacional encontramos mulheres que estão a mercê de uma bárbara rede criminosa que toma as mulheres como instrumento para o lucro através de práticas ilícitas:

Muitas fogem de suas vidas cheias de problemas (pobreza, baixa autoestima, violências múltiplas, solidão etc) buscando ajuda nas drogas. Com as mudanças de comportamento advindas, são presas fáceis de redes locais, nacionais e internacionais de tráfico de seres humanos. De sequestro e lesões graves/morte. Sem volta, quase sempre, enfrentam o perigo de morrer em atividades de alto risco para a saúde. Alcoolismo, tabagismo, uso de drogas ditas “pesadas” (cocaína, heroína, êxtase etc.) de tranquilizantes, antidepressivos atestam a falta de limites, de autocuidado, a degradação que leva à autodestruição. As doenças sexualmente transmissíveis aí incluídas, como a Aids.

Para nossas entrevistadas, o envolvimento com o *crack* tornou-se a expressão aguda e extrema diante de trajetórias de limitadas opções e difíceis condições que são sinalizadas desde a infância, passando pela juventude e chegando até a vida adulta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer deste estudo, pontuamos a relação entre prostituição feminina e consumo de *crack* na cidade do Recife, especificamente numa faixa de manguezal e asfalto localizada no bairro de Santo Amaro. A partir dos discursos das mulheres, foi evidente a percepção de trajetórias de vidas eivadas de violências, privações materiais e simbólicas. A prostituição vivenciada por nossas informantes revela contornos de intensas ausências no âmbito da escolarização, habitação, saúde, emprego/renda, dentre outros aspectos que nos leva a concluir que suas trajetórias não estão desarticuladas desses condicionantes. Embora este estudo apresente uma perspectiva local e parcial sobre o fenômeno, essas vivências representam e somam-se a condições de outras mulheres que estão em meio à opressão e à subordinação em âmbito nacional e internacional.

Através dos tempos, as hierarquias e assimetrias pautam-se em discursos que constroem as mulheres como seres de natureza frágil, voltadas para a procriação e a serviço dos desejos dos homens. Sendo assim, o mercado sexual continua sendo um meio para a sobrevivência de muitas mulheres e também tornou-se um reduto de assassinatos e extermínios delas ao longo da história da humanidade. Então, sendo predominantemente exercida por mulheres, a prostituição apresenta sua dimensão de gênero, pois não sendo de ordem natural, foi culturalmente construída ao longo do tempo e do espaço.

Tanto a prostituição como o consumo de *crack* conformam arenas controversas, pois são fenômenos que revelam representações e discursos que não formam consensos. Tal fato não se resume apenas ao consumo de *crack*. No desenvolvimento do processo histórico, muitas foram as drogas utilizadas, os efeitos e os padrões de consumo. É importante compreender que os padrões de uso variam imensamente, porém é sobre os usuários considerados dependentes de determinadas drogas que recai, com mais ênfase, uma série de regulações, interdições, punições e práticas de cuidado. No que tange ao *crack*, ainda encontramos discursos de demonização da substância e dos que a consomem. Através do consumidor de *crack* - considerado na contemporaneidade um problema de saúde e segurança pública - constrói-se uma gama de intervenções assistenciais, religiosas e repressivas.

Contudo, em termos históricos, a droga em questão tem uma origem ainda recente. O mesmo não acontece com a prostituição, pois tal prática mantém sua existência, nas mais diversas sociedades no passado e no presente, sob diversas configurações e estatutos sociais.

No Brasil, desde a colonização, as mulheres que viviam nessa atividade eram classificadas como imorais e impuras, embora contraditoriamente tenham sido toleradas pelas instituições incumbidas de zelar pela moral sexual. Dessa maneira, aliada à condição de gênero das mulheres, definidas a partir do sexo biológico, a prostituição era demarcada como prática exercida predominantemente por negras e mestiças. Mulheres, inclusive, utilizadas pelos seus senhores como mercadoria a serviço dos prazeres sexuais. Com o passar dos anos, o Estado tomou para si os cuidados sobre os controles dos corpos e da sexualidade. Acirrou-se ainda mais as concepções entre a mulher da casa e da rua, colocadas como opostas e, ao mesmo tempo, complementares na ordem hegemônica masculina. Para ambas, os papéis estavam demarcados, possuindo como norte os desejos e prazeres dos homens. As mulheres virtuosas, reclusas em suas casas e aos mandos dos maridos, pais, filhos e irmãos; e as mulheres impuras, recolhidas nos quartos, becos, calçadas e ruas. Essa é a divisão consagrada nas representações feitas para definir as mulheres.

No Recife, a trajetória não foi diferente, porque desde a origem da cidade a prostituição aparece como uma possibilidade para muitas mulheres pobres, libertas ou escravizadas. Para essas sobravam os “guetos” representados como locais dos imorais, degredados, loucos e marginais. Mesmo com consideráveis mudanças no desenrolar do processo histórico da cidade, percebemos permanências nessa história. Ainda verificamos que a prostituição, além de continuar predominantemente realizada por mulheres, também ocupa localidades específicas da cidade, dependendo dos bairros frequentados.

Para nossas informantes, na interação entre o consumo de drogas e a prostituição, restou o manguezal, nomeado por elas de Chupa-chupa. Cenário um tanto diferente do encontrado nas ruas, bares e casas de massagem das principais vias de acesso do bairro de Boa Viagem. Sendo assim, a prostituição contemporânea expressa uma diversidade de elementos relacionados ao mercado do sexo, que, ao longo dos anos, tem se diversificado e intensificado a atuação, inclusive nas diversas mídias sociais.

Enquanto parte constituinte da realidade da cidade do Recife, o mangue transformou-se em um símbolo das desigualdades e dos contrastes em que a cidade se metamorfoseia e movimenta-se ao longo dos séculos. Desde os primórdios da cidade, as faixas de manguezais foram apropriadas pelos mais pobres, como forma de garantir a sobrevivência, seja construindo moradias e/ou sobrevivendo com o que o ecossistema oferece como possibilidade de alimento. Entretanto, mesmo diante de transformações no núcleo urbano recifense, através da ampliação da rede de serviços e comunicações, os manguezais (considerados terras impróprias para moradia e por isso pouco valorizados) continuam sendo locais ocupados

pelos mais pobres. Sob esse ângulo, nossas informantes apropriam-se do espaço de manguezais como forma de garantir a sobrevivência e como único, por vezes último, recurso em uma cidade em que não há lugares para aqueles culpabilizados pela condição de adversidades em que vivem.

O Chupa-chupa condensa uma gama de práticas ilegais que estão relacionadas com o tráfico de drogas, armas, violências, furtos, roubos, assassinatos, ameaças etc. Essa rede de práticas de ilegalidades expõe todos os que vivem em um contexto de extremos riscos. O tráfico de drogas local tem cooptado as mulheres para o consumo e a venda de drogas. Elas são recrutadas pelo tráfico de drogas com a esperança de acessar as drogas desejadas, mas também através de ameaças e violências, inclusive sexuais. Dessa forma, as violências centram-se nos corpos das mulheres, pois são tratadas como moeda de troca para os clientes, traficantes e outros usuários que se relacionam na região. Destituídas de decisões sobre seus corpos, todas estão à mercê das violações de seus direitos humanos. A violência sexual propicia perceber a relação com o gênero, tendo em vista que, para os corpos das mulheres, ao longo da história, o sexo realizado de maneira forçada e sem consenso tem sido uma possibilidade, o que pouco acontece no que tange aos homens. A oferta do sexo, por essas mulheres, é feita em um contexto de desigualdades e hierarquias, pois a partir dos relatos, ficaram evidenciadas as agressões e violações a que são expostas diante dos estigmas e exclusões que cotidianamente enfrentam.

As dificuldades encaradas quanto ao acesso aos direitos fundamentais apareceram como fator que aproximou a realidade dessas mulheres ao consumo de *crack* e às problemáticas decorrentes dessa relação. O passado de suas histórias de vida já apresentava fatores relacionados às violências, privações materiais, abandono familiar e longas vivências nas ruas. A experiência nos manguezais surge quando as trajetórias apresentam a extrema e aguda degradação da vida e dos corpos. Ao não conseguirem seguir padrões de beleza e comportamento sancionados como sendo do universo feminino, essas mulheres começam a transformar-se em “sobras” do mercado do sexo. Essa condição é reafirmada pelo local no qual a prática sexual é realizada, bem como nos baixos valores cobrados. O manguezal degradado, através da exploração e poluição, torna-se reduto de corpos também degradados por uma série de violações e exclusões vivenciadas ao longo das trajetórias de vida. Isso não significa dizer, entretanto, que essas mulheres sejam destituídas de protagonismo e que não encontrem respostas para suas vicissitudes, por mais contraditório que isso possa parecer.

Conforme vimos, a experiência enquanto categoria, necessita ser levada em conta no âmbito da análise das trajetórias de vida dessas mulheres. Tomando as narrativas elaboradas

pelas mesmas, é preciso considerar o fato de que mesmo em meio às adversidades, estas mulheres tomaram decisões e caminhos para as suas vidas. Afinal de contas, mesmo na miséria, não se pode desprezar o fato de que o Chupa-chupa é um território construído por mulheres que o fizeram para determinadas práticas e atos. A invenção do Chupa-chupa deve ser percebida como parte de um contexto complexo, impossível de ser entendido sob lógicas permeadas por juízos de valor, ou por conceitos enviesados pelos binarismos e maniqueísmo.

O presente trabalho teve como foco refletir sobre as experiências e vivências de mulheres na prostituição e no consumo de *crack*. Não foi objeto a análise dos efeitos fisiológicos da substância em seus corpos. No entanto, reconhecemos a importância desses estudos, porque adensam a compreensão que tais realidades são reflexos de contextos multifatoriais. Compreender as realidades dessas mulheres é questionar a responsabilidade do Estado e da sociedade civil diante da barbárie humana que pode ser observada nos mais diversos espaços do meio urbano.

As posturas conservadoras de culpabilizar as mulheres pelas condições em que vivem não levam em consideração os marcadores sociais de gênero, raça, geração e classe social. Esses discursos, ao desconsiderar as desigualdades e assimetrias, buscam como objetivo deslocar a responsabilidade do Estado e da sociedade para o indivíduo isolado e desprovido de alternativas para a tomada de decisões. Contudo, enfatizamos que os direitos vivem em constante disputa, mas, estão, no momento atual, sofrendo com diversas represálias fomentadas pelo projeto neoliberal que amplia o abismo entre o Brasil legal e o real. Isto é, as reformas orientadas para o mercado, que seguem a lógica neoliberal, fomentam a lógica do Estado mínimo diante da proteção social (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Dessa forma, quando o Estado transfere para o indivíduo e o mercado suas responsabilidades protetivas, o mercado do corpo, bem como o das armas e drogas, transforma-se em redutos que cooptam parcelas consideráveis de jovens, negros e pobres para os fins da ilegalidade e da violência.

Salientamos que a postura do Programa ATITUDE tem sido relevante para a oferta do acolhimento e do cuidado no âmbito da assistência social. O Programa trata a questão do consumo de crack a partir da promoção da saúde, lazer, educação e cultura; reinserção social; do fortalecimento das relações afetivas e familiares dos usuários, bem como eleva os níveis de atenção aos usuários de drogas levando em consideração suas falas, histórias de vida e anseios. Para isso, considera que a assistência prestada deve atender a relação dos usuários com o consumo de drogas, porém sem impor o afastamento ou a diminuição do uso. Além disso, considera as necessidades específicas das mulheres em contexto de consumo de drogas, ao possibilitar ambientes voltados a esse grupo que apresentam dificuldades de acesso às mais

diversas políticas públicas. Dessa forma, busca acolher principalmente mulheres que estão em contexto de violência e em consumo de drogas na gestação. Sobre a maternidade, permite que elas mantenham vínculos com os filhos, enfrentando as práticas que separam filhos e mães pelo fato destas manterem uma relação com o consumo de drogas.

A todo o momento, buscou-se indagar sobre quais discursos essas mulheres produziam perante toda essa situação. O que pensam de si? E o que seus discursos permitem compreender em termos de melhorias nas formas de atenção a grupos de mulheres em mesmo contexto? A partir dos seus relatos, foi possível enfatizar as múltiplas experiências vivenciadas por mulheres, afastando pressupostos essencialistas no que tange às identidades femininas. Desse modo, afastamo-nos de postulados que primam por identidades fixas de mulheres, reiterando os papéis sociais compreendidos como do universo e natureza feminina. Através dos relatos das informantes, nota-se que a perspectiva que prima por uma suposta natureza feminina amordaça e silencia as pluralidades ao abrir precedentes para violações daquelas consideradas transgressoras dos papéis postos como representativos do gênero que fazem parte. Sob esse ângulo, optamos por formas de interação entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa que fomentassem o discurso dessas mulheres, consideradas protagonistas e construtoras do conhecimento produzido.

Sob os debates propostos nesta dissertação, pontuamos algumas possibilidades de estudos futuros, tendo em vista alargar a arena de debates sobre as pessoas que consomem *crack*, além de propagar as vozes e os conhecimentos produzidos pelos sujeitos historicamente silenciados e invisibilizados. Entre muitas possibilidades e arranjos no que tange ao fenômeno e à temática, seria relevante em posteriores pesquisas a análise dos discursos dos profissionais que lidam diretamente com o público em questão, além de tematizar especificamente os dilemas que permeiam a vivência de maternidade em meio ao consumo de *crack*. Sobre este último aspecto, percebemos ao longo da pesquisa o estigma que vivenciam por não conseguirem, por vezes, prover o amor e os cuidados considerados de cunho materno.

Por fim, neste estudo, evidenciamos que, no transcorrer do processo histórico da cidade do Recife, os manguezais continuam figurando como espaços de explícitas violações dos direitos fundamentais dos mais pobres. As mulheres sujeitos da pesquisa encarnam o cotidiano de estratégias para a sobrevivência e os inúmeros desafios diante de exclusões e abandonos sistemáticos, inclusive por parte das instituições que deveriam protegê-las.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C.M.D. **Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack**. 2014. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, PPGP, UFPE, Recife, 2014.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **Nordestino – invenção do ‘falo’**. Uma história do gênero masculino (1920 – 1940). São Paulo: Intermeios, 2013, 2ª edição.

ALMEIDA, R. B. F. **O caminho das pedras**: conhecendo melhor os usuários de crack do município do Recife – PE. 2010. 119 f. Dissertação (mestrado) – Curso Psicologia Universidade Católica de Pernambuco. Pós-graduação em Psicologia Clínica, 2010.

ALÓS, A. P. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Estudos Feministas**, v. 02, n. 19, 421 – 449, 2011.

ALVES, T. M.; ROSA, L.C.S. Usos de substâncias psicoativas por mulheres: a importância de uma perspectiva de gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.2, nº 24, p. 443 – 462, 2016.

ANJOS, J. C. G. dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre (Brasil): UFRGS/IFCH; Praia (Cabo Verde): INIPC, 2002.

ANJOS, J. C. G. dos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde**: lutas de definição da identidade nacional. Porto Alegre (Brasil): UFRGS/IFCH; Praia (Cabo Verde): INIPC, 2002.

ARCOVERDE, A. C. B. Serviço Social e Questão Social na Globalização. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 102-124, 2008

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. **Abuso e dependência de álcool**. Disponível em: http://www.sbmfc.org.br/media/file/diretrizes/02abuso_e_dependencia_de_alcool.pdf. Acesso em 19 de jul. de 2017.

BARRETO, L. C. **Prostituição: Gênero e trabalho**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMAN, Z. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo, Cortez, 2007.

BERNARDES, D. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BITOUN, J. **O que revelam os índices de desenvolvimento humano**. Atlas Municipal de Desenvolvimento Humano no Recife, 2005.

BLANCHETTE, T. G.; DA SILVA, A. P. **Amor um real por minuto**: a prostituição como atividade econômica no Brasil. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org/pt/wp-content/uploads/2009/10/sexualidade-e-economia-thaddeus-blanchette-e-ana-paula-da-silva.pdf> . Acesso em: 02 de jun. de 2015.

BLUME, S. **Women and alcohol**. Disponível em: <http://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/362264>. Acesso em: 20 de jun. 2017.

BONFIM, P. T. dos S. **Discriminação e preconceito**: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista. **Estudos Afro-Asiáticos**. v. 24, n. 1, p. 15-33, 2002.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu. Vol. 2, nº.26, p. 329 – 376, 2006.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres**. Disponível: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 15 jul. de 2017.

BRASILIANO, S. **Comorbidade entre dependência de substâncias psicoativas e transtornos alimentares: perfil e evolução de mulheres em um tratamento específico para dependência química**. 202 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Pós Graduação em Medicina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BRITES, C. M. **Ética e uso de drogas**: uma contribuição da ontologia social para o campo da saúde pública e da redução de danos. 148 f. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BUTLER, J. **Corpos que pesam**: Sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 154 – 172, 2001.

BUTLER, J. P. **Bodies that matter**: on the discursive limits of sex. Nova York: Routledge, 1993.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Entre a luxúria e o pudor**: A história do sexo no Brasil. São Paulo: Octavo, 2011.

CARNEIRO, H. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (org.) **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2005.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n3, p.544-552, 1995.

CARNEIRO, H. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro**, IES, São Paulo, v. 6, p.115-128, 2002.

CECARELLI, P. R. Prostituição: Corpo como mercadoria. **Mente & Cérebro Sexo**, v. 4 (edição especial), p. 1-10. 2008.

CORTINA, M. O. C. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 23, v. 3, p. 761 – 778, 2015.

COUCEIRO, S. C. **Artes de viver a cidade**. Conflitos e convivências nos espaços de prazer e diversão do Recife dos anos 20. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo** — racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro Ed.: Pallas, 2001.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

DUAILIBI, L. B; RIBEIRO, M.; LARANJEIRA R. Perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil. Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD) – Departamento de Psiquiatria- Universidade de São Paulo (UNIFESP). **Boletim eletrônico ABEAD** 41ª ed., 2008.

DUTRA, R.; HENRIQUES, V. O poder discricionário dos agentes institucionais que lidam com usuários de crack: invisibilidade de classe e estigma de gênero. In: SOUZA, J (org.). **Crack e Exclusão social**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOBAR, J.A. C. Atenção Integral aos usuários de álcool e outras drogas. In: ESCOBAR, J.A.C.; PERRELLI, J.G.A.; FRAZÃO, I.S.; UCHÔA, R. (orgs.) **Saberes e práticas profissionais**. A experiência do Centro Regional de Referência sobre drogas em Pernambuco. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 235-241.

ESPÍNDOLA, L. F.G. **Redução de danos: uma análise da prática profissional das assistentes sociais nos Centros de Atenção Psicossocial em álcool e outras drogas – CAPs – AD**. 133 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

ESPINHEIRA, G. Os tempos e os espaços das drogas. In: TAVARES, L. A; ALMEIDA, A. R., NERY FILHO, A (orgs). Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo. Salvador: EDUFBA – CETAD/EDUFBA, 2004, p. 11-26.

IORE. M. **Uso de Drogas: Controvérsias médicas e debate público**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade**, v. 1: A vontade de saber. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira**. Recife: Global editora, 2010.

GIDDENS, A. **As transformações na intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. da USP, 1996.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GRANJA, E. M. **Gênero, masculinidade e drogas: trilhas, obstáculos e atalhos nos caminhos para a atenção integral aos homens jovens na saúde**. Tese (Doutorado em Saúde da Mulher e da Criança). 148 f. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, 2015.

GUIMARÃES NETO, R.B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, R. *et. al.* **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Editora da Universitária UFPE, 2011.

GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializado fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 13, p.525-544, dez. 2005.

HARAWAY, D. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. v. 26, n. 1, 2014.

HIRATA, H. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e sindicalismo. In: COSTA, A. A. *et. al.* [Orgs.] Reconfigurações das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT Brasil, p. 144, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>> Acesso em: 13 de mar. de 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Brasília, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19152> Acesso em: 12 mar. 2016.

JULIANO, Dolores. El trabajo sexual em la mira. Polémica y estereotipos. **Cadernos Pagu** (25), jul/dez de 2005, p. 79-106.

KERGOART, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E. WALDOW, V. R. (orgs). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre. Ed. Artes Médicas, 1996.

KNOPP, G. C. A influência da mídia e da indústria da beleza na cultura de corpolatria e na moral da aparência na sociedade brasileira. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador**, 2008.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LAGENEST, J.P. B. de. **Mulheres em leilão**: um estudo da prostituição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**, Vozes: Petrópolis, 2007.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Vozes: Petrópolis, 2007.

LIMA, I. M. de F.. Maracatus – Nação e Religiões Afro- Descendentes: uma relação muito além do carnaval. Universidade Estadual de Maringá: **Diálogos**, vol. 10, n. 3, 2006, p. 167-183.

LIMA, R. C. Ladrilhos da Pobreza Urbana e Rural. In: LUCENA, M. F. G (Org). **Saber, Prever e Cuidar**: Estudos sobre o tráfico de pessoas. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

LIMA, R. M. C. de. **A cidade autoconstruída**. Recife: Editora UFPE, 2012.

LINS, J. O uso de crack entre mulheres: tendências e desafios. **Estudos Universitários**, revista de cultura / [Pró-Reitoria de Extensão da UFPE]. Recife: Ed. Universitária da UFPE, v. 28, n. 9, p. 110 – 125, 2011.

LUCENA, M. F. G. **Saúde, gênero e violência**: um estudo comparativo Brasil/França sobre a saúde da mulher negra. Recife: Ed. Universitária, 2010.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo — muito além da riqueza e da diferença**. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2002.

MACRAE, E. Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos. In: SEIBEL, D. **Dependência de drogas**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010, p. 27-37.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A. **Rodas de fumo** – o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: EDUFBA, 2000.

MATTOS, A. **A dor e o estigma da puta pobre**. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: Quem é e como vive?** Belo Horizonte: UFMG, p. 173-2012, 009.

MATTOS, A. **A dor e o estigma da puta pobre**. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: Quem é e como vive?** Belo Horizonte: UFMG, p. 173-2012, 009.

MINAYO, M.C de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MIOTO, A. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv. Soc. Rev.**, v.12, n.2, p. 163 – 176, 2010.

MIOTO, A. C. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. **Serv. Soc. Rev.**, v.12, n.2, p. 163 – 176, 2010.

MORAES, M. A; SILVA, R. E. Mulheres, crack e contextos de vulnerabilidades. **Estudos universitários**, revista de cultura - [Pró-Reitoria de Extensão da UFPE]. Recife, Ed. Universitária da UFPE, v. 28, n. 9, 2011.

NAPPO, S. A. **Comportamento de risco de mulheres usuárias de crack em relação à DST/AIDS**. São Paulo: CEBRID, 2004.

NETA, M. A. V. **Geografia e literatura: Decifrando as Paisagens dos Mocambos do Recife**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio De Janeiro, Instituto de Geociência, 2005.

NUNES, A. I. F. **Prostituição feminina negra: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) 119 f. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

OBID – **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas**. Disponível em: https://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/%20conteudo/index.php?id_conteudo=11423&rastra=TRATA%20MENTO%2FPopula%C3%A7%C3%B5es+espec%C3%ADficas. Acesso em: 12 de jun. 2016

OLIEVENSTEIN, C. **O não-dito das emoções**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

OLIVEIRA, J. **(In)visibilidade do consumo de drogas como problema de saúde num contexto assistencial: uma abordagem de gênero**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 207 f., 2008.

OLIVEIRA, J.; NASCIMENTO, E.; PAIVA, M. Especificidades de usuários (as) de drogas visando a uma assistência baseada na heterogeneidade. **Esc. Anna Nery Rev. Enfermagem**, v. 11, nº4, 2007.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. 10 (1). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The World's Women 2010: Trends and Statistics**. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW2010pub.htm>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

PASINATO, Wânia. “Femicídio” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, vol. 02, nº 37, p. 219 – 246, 2011.

PASINI, E. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 14, p.181-200, out. 2000.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo, Paz e Terra, 1993

PELÚCIO, L. M. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre a prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PEREIRA, M. “Mulheres-caranguejo” no mangue de Santo Amaro. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, p. 4D, 05 ago. 2012.

PISCITELLI, A. **Deslocamentos femininos e prostituição**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PISCITELLI, A. Gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.25, p 7-23, dez.2005.

PRIORI, D. M. **História do amor no Brasil**. Rio de Janeiro: Contexto, 2005.

PULEO, A. H. **Filosofia, Género y Pensamiento Crítico**. Universidad de Valladolid, 2002.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

RAIMUNDO, J.V. Breves reflexões acerca das políticas sobre gênero, raça e etnia para a articulação da rede de atenção psicossocial. In: ESCOBAR, J.A.C.; PERRELLI, J.G.A.; FRAZÃO, I.S.; UCHÔA, R. (orgs.) **Saberes e práticas profissionais**. A experiência do Centro Regional de Referência sobre drogas em Pernambuco. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 219 – 223.

RIBEIRO, L. A.; SANCHEZ, Z. M.; NAPPO, S. A. Estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo da droga. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 59, n. 3, p.210-218, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v59n3/a07v59n3>>. Acesso em: 26 de jan.. 2016.

ROCHA, R. M. G.; PEREIRA, D. L.; DIAS, T. M. O uso de drogas entre travestis e profissionais do sexo. **Saúde Soc**. São Paulo, v.22, n.2, p.554-565, 2013.

ROMO AVILÉS, N. Repensar la diferencia. Género em la prevención y uso de drogas. In: **Observatório de drogodependências de Castilla La Mancha**, nº1, p. 29-34, 2005.

ROSA, P. O. **Drogas e a governamentalidade neoliberal**: uma genealogia da redução de danos. Florianópolis: Insular, 2014.

ROSTAGNOL, S. **Regulamentação**: controle social ou dignidade do/no trabalho? In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana; BENEDETTI, Marcos R (orgs.). Na batalha, identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição Dacasa/Palmarinca/GAPA: Porto Alegre, 2000.

RUI, T. C. **Corpos abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Antropologia Social - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANCHEZ PARDO, L. **Guia informativo**: género y drogas. Documento Macro. Plan de atención integral a salud de lamujer de Galicia, Servizo Galego de Saúde, 2008.

SANTANA, D.; AZEVEDO, S. A produção discursiva da prostituta como diferença e a construção de novas (?) faces da prostituição. *Gênero*, Niterói, v. 14, n.1, p. 89 – 110, 2013.

SANTIAGO, R. A.; COELHO, T. A. D. **A violência contra a mulher numa perspectiva histórica e cultural**. Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: Direito, relações etnocorraciais, educação, trabalho, reprodução, diversidade sexual, comunicação e cultura. Bahia: 2011

SANTIAGO, R.A.; COELHO, M.T.A.D. O crime passional na perspectiva de infratores presos: um estudo qualitativo. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 15, n. 1, mar. 2010.

SANTOS, G. C.; ARCOVERDE, A. C. B.. Pobreza: Conceitos, mensuração e enfrentamento no Brasil. In: **V Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**, 2011, São Luís: Anais... São Luís: JOINPP, 2011.

SANTOS, N. T. V.; ALMEIDA, R. B. F.; BRITO, A. M. **Vulnerabilidade de usuários de crack ao HIV e outras doenças transmissíveis**: estudo sociocomportamental e de prevalência no Estado de Pernambuco. Caderno de Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife, 2016.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão racial no Brasil 1870-1930. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20, n. 2, 1995.

SEIBEL, S. D. **Dependência de Drogas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

SILVA, A. C. O. **Estatuto social da prostituição**: Uma crítica ao padrão conceitual de positivação atribuído à prostituição contemporânea. Dissertação - (Mestrado em Serviço Social). 181 f. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

SILVA, M. H. **Pretas de honra**: Vida e trabalho de domesticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, M. O. S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVA, R. A. **Mulheres da vida?** Um estudo sobre a prostituição feminina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 145 f. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2004.

SILVA, S. L. da. **Mulheres da Luz**: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. 120 f. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, 2000.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e Serviço Social**. Diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE CIRURGIA ESTÉTICA. **Ranking de cirurgias estéticas no mundo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/07/brasil-se-torna-pela-primeira-vez-lider-em-cirurgias-plasticas-diz-organizacao.html>. Acesso em: 12 de mai. 2016.

SOUTO, M. A. Conceitos e padrões de consumo de drogas. In: ESCOBAR, J.A.C.; PERRELLI, J.G.A.; FRAZÃO, I.S.; UCHÔA, R. (orgs.). **Saberes e práticas profissionais**. A experiência do Centro Regional de Referência sobre drogas em Pernambuco. Recife: Editora UFPE, 2015, p. 180-186.

SOUZA, C. A. D. **A configuração do espaço como ocorrência da violência e do medo**: a questão de áreas de baixa renda no bairro da Iputinga – Recife (PE). 152 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGO – Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SOUZA, C. A. D. O uso de crack na cidade do Recife/PE e suas implicações territoriais. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014. Vitória. **Anais do VII CBG**. Vitória-ES, 2014.

SWIFT, W.; COPELAND, J.; HALL, W. **Characteristics of women with alcohol and other drugs problems**: findings of an Australian national survey. *Addiction*. 1996.

TORRÃO FILHO, A. Uma de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, v. 01, n 24, p. 128-152, 2005.

TOSCANO JUNIOR, A. Um breve histórico sobre o Uso de Drogas. In: SEIBEL, S. D; TOSCANO JUNIOR, A (org.). **Dependência de drogas**. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

VARGAS, E.V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: LABATE, B.C; GOULART, S. L.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (orgs.). **Drogas e Culturas**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

VASCONCELOS, E. M. Cenário econômico, social e psicossocial no Brasil recente, e a crescente difusão do crack: balanço e perspectivas de ação. **O Social em Questão**. v. 2, nº 28, p. 149-186, 2012.

VELHO, G. **Nobres e anjos** – um estudo de tóxicos e hierarquias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

VELHO, G.. **Individualismo e Cultura**: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

VELHO. G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VILLELA, W.; NILO, A. Violência de gênero contra as mulheres com HIV/Aids: aprimorando as respostas no Brasil. **Saúde Coletiva**. v. 4, n. 18, p. 178-182, 2007.

ZALUAR, A. **A criminalização das drogas e o reencantamento do mal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ZALUAR, A. **A máquina e a Revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ANEXO A**ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO DE CAMPO****1 O PERFIL DAS MULHERES**

- ✓ Idade;
- ✓ Cor;
- ✓ Gestante;
- ✓ Escolaridade;
- ✓ Classe social

2 O COTIDIANO DAS MULHERES

- ✓ Interações entre elas;
- ✓ Conflitos e rivalidade;
- ✓ Relações de solidariedade
- ✓ Formas de realização da prostituição;
- ✓ Formas de consumo de Crack;
- ✓ Cuidados e proteção do corpo

3 SOBRE O LUGAR

- ✓ Estrutura do lugar;
- ✓ Precariedade;
- ✓ Condições ambientais;
- ✓ Circulação de pessoas;
- ✓ Quem circula no lugar;
- ✓ Como os sujeitos chegam ao local;
- ✓ Observar os contrastes entre Avenida Artur de Lima Cavalcanti (Santo Amaro – Recife/PE) e o entorno;

4 EQUIPAMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO

- ✓ Proximidade equipamentos sociais disponibilizados para essa população (CREAS, CRAS, Unidade Básica de Saúde (UBS), Programa Atitude, Consultório de Rua);
- ✓ Acesso a outros bens e serviços (mercado, padarias, farmácias, clínicas populares);
- ✓ Serviços atendem as mulheres que se prostituem e usam crack (se levam em consideração as particularidades das demandas das mulheres e como as ações são direcionadas para atendê-las).

Outras Observações do Pesquisador:

Data: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

ANEXO B

COLETA DE DADOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Endereço da realização da entrevista: _____

Data: _____

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA

Nome: XXXXXXXX Idade: _____ Cor (autodeclarada): _____ Número de Filhos/as: _____

Escolaridade: _____ Profissão/ocupação: _____

Onde nasceu? (cidade, estado, país) _____

Qual sua idade?

Tem alguma crença religiosa? Caso tenha qual?

2 INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA E PARENTES

Seus pais ainda estão vivos?

Tem irmãos?

Tem Filhos?

Tem algum companheiro ou companheira (casada)?

Quantas pessoas residem na mesma casa com você?

No caso de residir com familiares qual a relação de parentesco um são essas pessoas (pai, mãe, irmãos/as, primos/as, filhos/as, avós)?

Renda familiar:

Recebe aposentadoria ou pensão?

Recebe algum benefício?

3 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA ENTREVISTADA

Qual o seu endereço? É fixo? Outro tipo de endereço. Tem endereço fixo?

Caso tenha residência responder as questões seguintes:

Tipo de imóvel: (, tipologia do imóvel – apto, casa de alvenaria, palafita, etc).

Condição (alugado, cedido, próprio):

Há quanto tempo reside no endereço?

Na casa tem água encanada e esgotamento sanitário?

Possui algum trabalho? Já trabalhou? Onde trabalhou

4 SOBRE O CONSUMO DE CRACK, ALCOOL E OUTRAS DROGAS

Você usa algum tipo de droga?

Caso sim: Relate um pouco sobre essa experiência

Pode falar quando usou pela primeira vez alguma droga? Qual foi a droga?

Qual o tipo de droga que você mais consome?

Faz consumo de crack?

Quanto tempo?

Como começou?

Já tentou diminuir ou parar o consumo de crack?

Qual o prazer que você sente com o crack?

Tua família sabe da tua condição de usuária de crack? O que você acha que eles pensam sobre isso?

Alguém da sua família já usou ou usa algum tipo de droga? Quem?

5 SOBRE A PROSTITUIÇÃO E O MANGUE

Relate um pouco sobre o início da sua experiência nesse lugar e como o conheceu

Fale um pouco da sua rotina/dia-a-dia

Quais os locais do Recife você anda, além desse espaço do mangue?

Você se prostitui?

Como começou a se prostituir? Por que “escolheu” a prostituição? Foi uma escolha?

Já parou de prostituir-se em algum momento? Deseja parar ou diminuir?

Se sente segura aqui?

É um lugar violento? Já viu ou viveu alguma violência aqui?

Como você tem acesso aos seus “clientes”?

Quantos clientes por dia?

Qual a forma de pagamento?

O que faz com o que ganha?

Qual o tipo de ato praticado e como se protege contra DST's?

Faz exame periódico? Vai ao posto?

Você pretende sair daqui? Como e quando pretende?

Quais os teus sonhos e desejos?

6 SOBRE O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tem acesso a escolas públicas?

Tem ou já teve acesso a programas habitacionais?

Tem acesso aos serviços de saúde?

O que você acha das ações dos serviços (Programa Atitude e Consultório de Rua) junto a você e as mulheres que convivem aqui?

Observações da Pesquisadora:

Assinatura do Pesquisador: _____

ANEXO C



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Departamento de Serviço Social – DSS
Programa de Pós Graduação em Serviço Social –PPGSS – Mestrado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS - Resolução CNS N°466/12)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **Entre Pedras, Prostituição e Lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack no bairro de Santo Amaro, Recife/PE**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Mércia Cristina da Silva Assis residente na Rua João Fragoso de Medeiros, nº 69, Bairro Cohab, Ribeirão-PE, CEP: 55520-000 – Telefone: (81) 997156101 (inclusive ligações a cobrar) e e-mail merciacris15@yahoo.com.br. A pesquisadora está sob orientação da Professora Dra. Rosa Maria Cortêz de Lima, e-mail cortez.rosa@gmail.com

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. Caso não concorde, não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- ✓ A pesquisa tem o **objetivo** de analisar a relação entre uso de crack e a prostituição vivenciada pelas mulheres nos manguezais nas dimensões da Avenida Artur de Lima Cavalcante (“Chupa – Chupa”), em Santo Amaro – Recife/PE. A coleta dos dados se dará através de entrevista semiestruturada de conteúdo aberto a ser aplicada em data e local previamente acordados com os seus participantes.
- ✓ Quanto aos **riscos**, no momento da entrevista e observação poderá ocorrer algum desconforto ou conflito para o participante ou entre este e os colegas, os quais a entrevistadora tentará minimizar. Caso sinta alguma situação de desconforto, ocasionada pelo procedimento, a participante pode interromper a entrevista. Como pesquisadora, me comprometo a dar o suporte necessário, encaminhando-a a uma unidade de atenção psicológica, ou buscando outro modo de ajuda.
- ✓ Quanto aos **benefícios**, a pesquisa contribuirá para a produção de conhecimento sobre a relação entre o gênero e o consumo de crack, bem como sobre a transversalidade do gênero nas políticas sociais que versam sobre a saúde mental. Os resultados da pesquisa poderão beneficiar na compreensão do consumo de crack e nas práticas de cuidado ofertadas a esse público. Além disso, a oportunidade de falar sobre as práticas de consumo e prostituição pode propiciar um momento de reflexão para os participantes. As conclusões provenientes do estudo poderão contribuir enquanto subsídios para as ações com o público que consome drogas. Por fim, o estudo possibilitará

reflexões críticas sobre as experiências das mulheres que vivem em territórios de pobreza e vulnerabilidades no espaço urbano.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa, tais como gravações, entrevistas, ficarão armazenados em computador pessoal e arquivo digital, sob a responsabilidade da pesquisadora Mércia Cristina da Silva Assis, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – Centro de Ciências da Saúde, 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).

(assinatura da pesquisadora)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____, CPF N° _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **Entre Pedras, Prostituição e Lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack no bairro de Santo Amaro, Recife/PE**, como voluntário (a). Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar:

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____